

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO**

MARLEY NUNES VITURI

**UM ESTUDO BASEADO NOS INDICADORES DO SETOR
AGROPECUÁRIO E O DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL**

**CAMPO GRANDE - MS
2010**

MARLEY NUNES VITURI

**UM ESTUDO BASEADO NOS INDICADORES DO SETOR
AGROPECUÁRIO E O DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Administração.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em
Administração.
Área de concentração em Gestão do
Agronegócio.

Orientador: José Nilson Reinert, Dr.

**CAMPO GRANDE - MS
2010**

Vituri, Marley Nunes.
Um Estudo Baseado Nos Indicadores do Setor Agropecuário e o Desenvolvimento Socioeconômico nos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul./ Marley Nunes Vituri – Campo Grande, 2010.

114 f. Fig., Quadros.

Orientador: José Nilson Reinert
Dissertação (Mestrado em Administração) Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Administração. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

MARLEY NUNES VITURI

**UM ESTUDO BASEADO NOS INDICADORES DO SETOR
AGROPECUÁRIO E O DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Gestão do Agronegócio do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e aprovada, em sua forma final, em 31 de março de 2010.

Prof. Dr. José Nilson Reinert
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. José Nilson Reinert
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dra. Regina Sueiro de Figueiredo
UNIDERP

Prof. Dr. Leonardo Francisco Figueiredo Neto
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**Aos meus pais
Jacinto Nunes Dourado e Pierina Vituri Dourado
Que sempre me incentivaram, acreditaram e apoiaram,
dedico o resultado do meu estudo.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus que não tem me faltado, e aos meus pais a quem devo mais que a vida, a lição de vida que sempre foram minha inspiração.

A minha família, em especial ao meu consorte Rodrigo Carlo Toloi que tanto me apoiou, incentivou e compreendeu meus momentos difíceis;

Ao meu orientador, professor Dr. José Nilson Reinert, pelas orientações, ideias para elaboração deste trabalho e pelos conselhos acadêmicos e principalmente pela paciência;

Aos professores que participaram da banca de qualificação, Dr. José Nilson Reinert; Dr. Luiz Antonio dos Santos Monteiro e Dr. Leonardo Francisco Figueiredo Neto e Dr. Leandro Sauer, pelas sugestões apontadas para aperfeiçoamento do trabalho;

Aos professores que participaram da banca de avaliação. Pelas contribuições e sugestões de melhoria do trabalho

Agradeço também a entidade *Capes* que financiou e que contribuiu para que eu pudesse desenvolver e concluir este trabalho.

Agradeço aos professores do programa de Pós-Graduação em Administração, a todos os funcionários da Coordenação do Programa e aos meus colegas de curso, com os quais pude estabelecer uma rica convivência pessoal e intelectual ao longo de todo esse tempo. A cada um deles, por diferentes razões, agradeço pela oportunidade de aprender um pouco mais a ver o mundo, a pensar soluções para pequenos e grandes problemas.

Muitos foram os que me ouviram discorrer sobre esse trabalho, que leram parte dos textos, na medida em que eles foram sendo escritos e que contribuíram com suas críticas e sugestões para que eu pudesse seguir trabalhando. A todos estes colegas e amigos não expressamente citados registro o meu mais profundo reconhecimento.

Agradeço ainda aos meus familiares, obrigado a conviver com as tensões, incertezas, angústias, momentos de frustração e de desânimo, sucedendo-se ao longo de meses e meses de estudo, e, por certo, afetando-os de algum modo. A eles dedico a minha alegria por chegar ao fim deste percurso.

A todos estes (e a todos aqueles que, por falha minha, não foram mencionados) o meu muito obrigada.

O conhecimento é orgulhoso por ter aprendido tanto; a sabedoria é humilde por não saber mais." (William Cowper).

RESUMO

VITURI, Marley Nunes. **Um Estudo Baseado Nos Indicadores Do Setor Agropecuário E O Desenvolvimento Socioeconômico Nos Municípios Do Estado De Mato Grosso Do Sul**, 114 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

Orientador: José Nilson Reinert

Defesa: 31/03/2010

Este estudo foi elaborado com o objetivo de demonstrar se existe alguma relação entre o PIB agropecuário e o desenvolvimento socioeconômico nos municípios do Estado do Mato Grosso do Sul. Para tanto, foram eleitos quatro objetivos secundários: identificar o PIB agropecuário; o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), ambos dos municípios de MS no ano 2006; comparar esses índices e verificar se existe relação entre os mesmos. Partiu-se da hipótese de que quanto maior a participação da agropecuária no PIB, menores seriam os índices de desenvolvimento social. Foram utilizadas e organizada informações de 76 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. Montou-se um banco de dados com a utilização do *software (minitab)* versão demo. Realizou-se o teste de correlação linear de *Pearson* e teste de médias. Isso permitiu concluir que, no geral, o PIB agropecuário não tem relação e nem influência direta sobre o indicador IFDM nos respectivos municípios de Mato Grosso do Sul no ano de 2006.

Palavras-chave: Setor agropecuário; Desenvolvimento socioeconômico; Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

VITURI, Marley Nunes. **A Study on Agriculture and Cattle Section Indexes and The Social and Economical Development In Municipalities of The State of Mato Grosso Do Sul, Brazil**, 114 f. Thesis (MBA) - Graduate Course in Business Administration, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

Advisor: José Nilson Reinert

Defense: 31/03/2010

Current analysis demonstrates whether there is any relationship between agriculture and cattle section GNP and the social and economic development of municipalities of the state of Mato Grosso do Sul, Brazil. Four secondary aims were provided: identification of agriculture and cattle section GNP; FIRJAN index of Municipal Development (IFDM) of the municipalities of MS, Brazil, for 2006; comparison of above indexes and the verification the relationship among the above items. The more participation of agriculture and cattle section GNP is involved, the less are the indexes of social development. Information from 76 municipalities of the state of Mato Grosso do Sul was organized into a data bank by demo software (minitab). Pearson's correlation test and mean tests were undertaken. Results show that, as a rule, the agricultural and cattle section GNP has no relationship and no direct influence on the IFDM index in the municipalities studied in the state of Mato Grosso do Sul, Brazil, for 2006.

Keywords: Agriculture and Cattle Section; Social And Economical Development; Mato Grosso Do Sul.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Demonstrativo da evolução da participação dos setores de atividades na composição do PIB/MS.....	28
Tabela 2 - IFDM-emprego e Renda – Emprego Formal (50%)	56
Tabela 3 - Emprego e Renda – Salário Médio Mensal (50%).....	56
Tabela 4 - IFDM Educação	57
Tabela 5 - IFDM Saúde	58
Tabela 6 - Teste de Correlação linear para os indicadores que compõem o IFDM- dos Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul – MS (2006).	64
Tabela 7 - Estatísticas descritivas dos grupos de IFDM*- MS (2006).....	65
Tabela 8 - Teste de diferenças de médias entre os grupos de IFDM e o percentual de participação da agropecuária no PIB dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul- MS (2006).	77
Tabela 9 - Classificação de Grupos por meio do PIB-Agropecuário dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul –MS (2006).....	81
Tabela 10 – Ranking IFDM Geral dos Municípios do Estado de MS 2006.....	84
Tabela 11 - Demonstrativo de ranking por ordem decrescente na participação do PIB-Agropecuário, em comparação com o IFDM, nos Municípios do Estado de MS, 2006.....	85
Tabela 12- Classificação dos municípios em grupos de acordo com a composição do PIB Agropecuária, no Estado de Mato Grosso do Sul –MS (2006).	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pontos positivos do setor agropecuário de acordo com os autores.	46
Quadro 2 - Pontos negativos do setor agropecuário de acordo com os autores.	46
Quadro 3 - Síntese das variáveis componentes do ifdm por área de desenvolvimento.....	54
Quadro 4 - Classificação do IFDM.....	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Classificação por grupo de desenvolvimento - IFDM dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul (2006).	65
Gráfico 2 – Diagrama de dispersão entre IFDM-emprego e renda e a participação no PIB-Agropecuário dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul (2006)	66
Gráfico 3 – Diagrama de dispersão entre IFDM-saúde e a participação no PIB-Agropecuário dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul (2006)	69
Gráfico 4 - Diagrama de dispersão entre IFDM- educação e a participação no PIB-Agropecuário dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul (2006).	72
Gráfico 5 - Diagrama de dispersão entre o IFDM e a participação no PIB-Agropecuário dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul (2006).	75

Gráfico 6 - Média geral dos grupos IFDM geral e média do PIB-Agropecuário nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul (2006).....	78
Gráfico 7 - Média geral dos grupos IFDM-Emprego e renda e media do PIB-Agropecuário nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul (2006).	79
Gráfico 8 - Médias por grupos de IFDM-Saúde e médias do PIB-Agropecuário nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul (2006).....	80
Gráfico 9 - Média dos grupos IFDM educação e média do PIB-Agropecuário nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul (2006).....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPEA	Centro de Estudos Avançados de Economia Aplicada
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Humano Municipal
FIRJAN	Federações das Indústrias do Rio de Janeiro
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
SEMACE	Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Geral.....	17
1.2.2 Específicos.....	17
1.3 JUSTIFICATIVA	17
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 BREVE HISTÓRICO DA ORIGEM DA AGRICULTURA	21
2.2 CONCEITO DE AGRONEGÓCIO	24
2.2.1 O Agronegócio no Brasil	25
2.3 O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	27
2.4 CRESCIMENTO ECONÔMICO	30
2.5 ORIGENS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	30
2.5.1 Origens do estudo de Desenvolviemnto Econômico na America Latina.....	39
2.5.2 Conceito de Desenvolvimento Econômico	39
2.5.2.1 Estágios de Desenvolvimento	37
2.5.3 A agricultura e Desenvolvimento Econômico	39
2.5.4 A Modernização da Agricultura Brasileira e seus Impactos Negativos	42
2.6 INDICADORES	47
2.6.1 O Produto Interno Bruto – PIB	48
2.6.1.1 O Produto Interno Bruto - PIB per capita.....	48
2.6.1.2 O Produto Interno Bruto - PIB - Agropecuário.....	49
2.6.2 Indicadores Sociais.....	50
2.6.2.1 Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM.....	52
3 METODOLOGIA	59
3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA	61
3.2 COLETA DE DADOS	61
3.3 UNIVERSO DA PESQUISA	61
3.4 TRATAMENTO DE DADOS	62
4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	64
4.1 ANÁLISES EXPLORATÓRIAS DOS DADOS PARA A APLICAÇÃO DE CORRELAÇÃO LINEAR E TESTE DE MÉDIAS.....	64
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	87
5.1 CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO	95
REFERÊNCIAS	97
ANEXOS	101

1 INTRODUÇÃO

A agricultura nas últimas décadas tem passado por profundas transformações, saindo de uma era em que as tarefas se encontravam mais centradas na força humana, para outra em que as atividades baseiam-se no conhecimento sistematizado e no uso intensivo de tecnologia avançada.

Nesse ambiente, no qual o conhecimento desponta como o maior e mais precioso dos insumos, a agricultura teve que realizar adequações para se garantir como negócio e enfrentar a concorrência cada vez mais acirrada.

Foi necessária a modernização de todo o sistema agrícola, por intermédio da realização de pesquisas, em busca de melhores resultados quanto ao emprego das tecnologias em insumos, plantio, colheita, comercialização, além de investimentos em qualificação de mão de obra para atuar no referido setor.

A nova tendência de produção de alimentos e o crescimento demográfico requerem o aumento da demanda por produtos alimentícios e energia. Essa demanda por alimentos intensificou a produção agrícola, atingindo escala para movimentar outros setores que fazem parte do agronegócio. A demanda e os custos de oportunidades atraíram mais investimentos na produção “antes, durante e depois da porteira”. Isso é agronegócio (SANTOS, 2001, p.22).

O setor agropecuário brasileiro teve que acompanhar o avanço desse segmento, ou seja, proporcionando melhorias em investimentos e qualificação de mão de obra, com o intuito de aumentar a produtividade na busca de maior lucratividade, evitando, dessa forma, que este setor fique atrasado em relação aos demais que integram o sistema produtivo.

Além do mais, o Brasil é um país que possui inúmeras vantagens agrícolas, pela diversidade geográfica e, também, de sistemas de produção heterogêneos. Dentre as regiões do país, destacou-se o Centro-Oeste por despertar interesse desde as décadas passadas, na busca por expansão territorial e novas fronteiras. Esse interesse surgiu motivado pelas condições

favoráveis à produção agropecuária, proporcionadas pela altitude, clima, mão de obra barata e pelo fator logístico da região.

O Estado de Mato Grosso do Sul está localizado no Centro-Oeste do país e, assim como os demais estados desta região, despertou interesse de investidores, justamente pela disponibilidade de grandes extensões territoriais, terras agricultáveis, além da vantagem de estar inserido no grupo dos maiores produtores de grãos e carne bovina do mundo.(SENAI/DN, 2003 *apud* CORREA *et al* 2009).

O estado é conhecido nacionalmente como uma região que se destaca por sua produção agropecuária (ARRUDA *et al*, 2006). Esse setor tem apresentado um histórico relevante no que diz respeito a indicadores econômicos agropecuários.

O setor agropecuário, segundo dados informados pela SEMAC, representa 14,52 % da formação do PIB do estado; desse total, 3,70% envolvem a agricultura, a silvicultura e o extrativismo vegetal, e a maior parcela compreende à pecuária e à pesca, representando 10,82%, o que caracteriza Mato Grosso do Sul como o estado com vocação para a pecuária.

Outro fator interessante é o aumento dos índices dos demais setores da economia, podendo ser explicado pela influência que o setor agropecuário tem para impulsionar a montante e a jusante da produção agropecuária até chegar ao consumidor final.

O setor de serviços, de acordo com a SEMAC, demonstra um significativo crescimento, com uma participação de 66,97% na formação do PIB do estado. Esse aumento é explicado pela crescente prática de terceirização, em que empresas têm como atividade a prestação de serviços.

Contudo, não basta apenas demonstrar crescimento econômico (mensurado por meio do indicador PIB), se junto a esse crescimento não for possível proporcionar uma evolução na área social, ou seja, levar à população uma melhor qualidade de vida, que pode ser mensurada por indicadores que avaliam o desenvolvimento educacional, emprego e renda, bem como melhorias na saúde.

O conjunto desses indicadores acaba por influenciar o fator do desenvolvimento econômico que, entre as suas várias definições, pode ser delineado muito além do crescimento econômico, pois esse sozinho não é suficiente para acrescentar uma melhoria na qualidade de vida.

Conforme ressalta Souza (2005), a corrente estruturalista dos chamados economistas de desenvolvimento econômico, provoca transformações nas estruturas econômicas, sócio-institucionais e políticas, com as devidas melhorias da produtividade e da renda média da população.

Para Furtado (1974), desenvolvimento não se restringe apenas ao crescimento econômico, mas também ao desenvolvimento dos indicadores sociais, culturais e políticos.

Para haver desenvolvimento econômico em uma determinada região, é preciso que haja, além do crescimento econômico, uma diminuição dos níveis de pobreza e desemprego, evolução no acesso à saúde, educação e moradia.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Dentro desse contexto, o presente estudo tem como tema “Um Estudo Baseado entre os Indicadores do Setor Agropecuário e o Desenvolvimento Socioeconômico nos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul”.

O propósito deste estudo é responder a seguinte problemática de pesquisa:

Existe alguma relação entre o indicador PIB - Agropecuário com o indicador IFDM, que mensura o desenvolvimento socioeconômico, nos municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, no ano de 2006?.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos da pesquisa estão divididos em dois grupos apresentados a seguir:

1.2.1 Geral

Este estudo propõe alcançar o seguinte objetivo geral:

Verificar se o PIB - Agropecuário possui alguma relação com o desenvolvimento socioeconômico, por meio do IFDM, nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2006.

1.2.2 Específicos

Com a finalidade de responder ao objetivo geral deste estudo, são propostos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o PIB - Agropecuário de 2006, nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul e comparar com o PIB global desses mesmos municípios;
- Levantar o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM do ano de 2006, nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul;
- Comparar os índices PIB - Agropecuário dos municípios do ano de 2006, com os respectivos índices socioeconômicos IFDM do ano de 2006;
- Verificar se há relação do PIB - Agropecuário com o indicador socioeconômico IFDM, para cada subárea: saúde, emprego e renda e educação.

1.3 JUSTIFICATIVA

A análise da correlação do PIB-Agropecuário, com o índice de desenvolvimento socioeconômico IFDM¹, é um estudo de grande pretensão, pois a articulação entre indicador de crescimento com o de desenvolvimento acaba por envolver um aparato conceitual muito complexo, além da dificuldade de encontrar dados e séries históricas de ambas no mesmo período.

¹IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento dos Municípios, disponível em: www.firjan.org.br

Outro motivo que justifica a realização deste estudo elucubra a necessidade da formulação de políticas públicas voltadas tanto para o crescimento, quanto para o desenvolvimento não só do setor agropecuário, mas também de todos os que dele fazem parte.

Para possibilitar essa reflexão, o estudo utilizou-se do índice de desenvolvimento dos municípios – IFDM, que considera três áreas de referência, que ajudam mensurar a qualidade de vida humana. As áreas consideradas pelo IFDM são: educação, saúde e a geração de emprego e renda.

Diante da proposta, o estudo fez uso de uma base de dados quantitativa para fazer uma análise aprofundada da realidade, a fim de que, assim, seja possível denotar a formulação de hipóteses a serem levadas em consideração.

Não se almejou, com a realização deste estudo, buscar uma relação de causa e efeito, haja vista a variedade de fatores que podem afetar essa relação.

Nos últimos anos, o Brasil tem sofrido profundas mudanças, em especial no âmbito das políticas públicas sociais, em função da eleição de um governo preocupado com questões sociais. Dentre as mudanças promovidas pela atual gestão federal, pode-se destacar o aumento do valor do salário mínimo, de aposentadorias, a implementação de uma forte política de distribuição de renda, de assistência médico-hospitalar, a ampliação da rede de Universidades e Institutos de Ensino Técnico, entre outros programas sociais. Todos esses fatores podem ter afetado a relação supracitada.

Espera-se coletar o máximo de dados possível para verificar a hipótese do estudo, pela qual se busca confirmar ou não a existência da relação entre a participação da agropecuária no PIB e os indicadores sociais de 76 municípios pertencentes ao Estado do Mato Grosso do Sul.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O estudo está estruturado em cinco capítulos, organizados de forma a permitir um arranjo crescente na apresentação das informações levantadas, organizadas e processadas no decorrer da laboração do estudo.

O primeiro capítulo refere-se à introdução, em que se buscou realizar uma breve contextualização da relevância, problemática, objetivos e justificativa do estudo.

O segundo capítulo, que recebe o título de Referencial Teórico, foi organizado em sete seções. A primeira seção apresenta uma breve história da origem da agricultura, onde se buscou enfatizar desde a sua origem em um momento de cultivo totalmente manual e obsoleto, até o seu estágio atual. Na segunda seção, conceitua-se o Agronegócio por meio das principais correntes metodológicas; na terceira seção, apresenta-se o Agronegócio no Brasil; na quarta seção, contextualiza-se o Estado de Mato Grosso do Sul. Na quinta seção, conceitua-se crescimento econômico; para a sexta seção, com o intuito de possibilitar, a distinção entre desenvolvimento e crescimento que não são sinônimos, busca-se conceituar desenvolvimento, bem como suas origens; na sétima seção, apresentam-se os indicadores que mensuram crescimento e desenvolvimento, juntamente com os critérios utilizados na metodologia desses cálculos.

O terceiro capítulo apresenta os Procedimentos Metodológicos utilizados no estudo.

No capítulo quatro, são relatados e analisados os resultados obtidos na pesquisa, com o método proposto.

Finalmente, no quinto capítulo, são expostas as conclusões gerais do estudo, sendo discutidas suas limitações e feitas proposições para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta etapa do estudo, foi feita uma revisão da literatura denominada como Referencial Teórico que permitiu a familiarização com o assunto em questão.

O capítulo está organizado de acordo com a seguinte sistemática: inicialmente, apresenta-se a origem da agricultura desde os seus primórdios, destacando o uso intensivo de mão de obra bruta, até os momentos atuais nos quais há intensificação do setor agropecuário, com sua forma tecnificada e altamente mecanizada, proporcionada pelo desenvolvimento de estudos e pesquisas ao longo do tempo. Na sequência, procurou-se conceituar agronegócio e descrever a sua inserção, tanto no cenário brasileiro, quanto no Estado de Mato Grosso do Sul, destacando as suas principais características.

Fazem-se presentes no referencial teórico conceitos acerca do crescimento econômico e do desenvolvimento, bem como índices e metodologias de cálculo desses indicadores.

Por final, apresenta-se o indicador utilizado para mensurar o crescimento econômico e o desenvolvimento socioeconômico (nível de qualidade de vida). O primeiro entende-se como o processo de aumento do Produto Interno Bruto de um país, sendo este mensurado por meio do percentual no PIB - Agropecuário. Tal indicador foi o escolhido para esse estudo.

Quanto ao indicador de desenvolvimento, há várias definições que merecem destaque, podendo em poucas palavras descrever o que é o processo dinâmico da mudança estrutural da economia, objetivando proporcionar à maioria da população maiores níveis de economia, aumento de bens de consumo e da expectativa de vida (longevidade), bem como melhoria em educação e acesso à saúde, sendo esse mensurado pelo indicador IFDM, o qual também foi escolhido para este estudo.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA ORIGEM DA AGRICULTURA

A agricultura teve a sua origem a partir das necessidades básicas e primárias do ser humano, em busca por alimentos para sua sobrevivência. A partir do momento que o homem começa a organizar-se sob a forma de sociedade, surgem com ele novas necessidades juntamente com o aumento de demanda por alimentos.

Essa nova forma de organização social desencadeia uma série de mudanças no sistema de produção, principalmente na área de alimentos. A nova realidade gera uma necessidade intrínseca na busca por novos conhecimentos, tanto para a transformação como também para a melhoria de produção, com intuito de garantir a subsistência e a busca por renda, por meio, inicialmente, do escambo e, posteriormente, da comercialização do excedente.

Considerando o desenvolvimento do homem como sociedade e a crescente demanda por alimentos, nesta seção, apresenta-se um breve histórico sobre o surgimento da agricultura e da pecuária, bem como sua disseminação por todo mundo, em especial no Brasil, finalizando com o desenvolvimento desta atividade no Estado de Mato Grosso do Sul, o qual vem a ser objeto deste estudo.

Na pré-história, em torno de 12000 a.C., é possível identificar os primeiros sinais do surgimento do que hoje se denomina agricultura, e a domesticação de animais que se chama pecuária. As aldeias agrícolas passaram a utilizar o fogo, a desenvolver algumas ferramentas manuais e a utilizar o esterco animal como uma maneira de adubar a terra, dando assim os primeiros passos o surgimento dos municípios (SANTOS, 2001).

De acordo com Veiga (1991) *apud* Couto (2004), por volta dos séculos XVIII e XIX, houve a Primeira Revolução Agrícola. Nesse período, o continente europeu passava por uma crise, ocasionada pelo crescimento populacional e, também, pela falta e queda da fertilidade dos solos, acarretando a escassez de alimentos.

A partir dessa situação, começaram as primeiras transformações na agricultura e na pecuária, houve a intensificação dos sistemas de rotação de culturas com plantas forrageiras (capim e leguminosas) e as atividades de pecuária e agricultura passaram a se integrar.

No final do século XIX e início do século XX, aumentaram os problemas de escassez de alimentos por toda Europa. Em busca de solucionar essa necessidade, intensificaram-se as pesquisas para descobrir novas maneiras de melhorar a produtividade, passando ao uso intensivo de fertilizantes químicos, melhoramento genético, máquinas e motores à combustão (VEIGA 1991 *apud* COUTO 2004).

Com a inovação agrícola, deixando de lado as antigas práticas de produção, entra-se para uma nova fase, a Segunda Revolução Agrícola, denominada como Revolução Verde (EHLERS, 1998).

A Revolução Verde foi desencadeada quando os agricultores entraram para uma nova era nos sistemas agropecuários, na qual a forma de conceber e gerenciar a atividade rural passou a ser chamada de Agricultura Industrial (AI), Agricultura Convencional ou Agricultura Química, conforme sugere Batalha (2001).

No Brasil, os indígenas já povoavam as terras litorâneas, antes mesmo da chegada dos portugueses. Eles viviam apenas de peixes e crustáceos e consumiam algumas raízes e pequenos animais caçados nas áreas próximas à Mata Atlântica.

No século XVI, as vegetações das regiões litorâneas foram devastadas, iniciando a exploração e a exportação do pau-brasil como matéria-prima para tingir tecidos e para a fabricação de embarcações. Nesse mesmo período, inicia-se a exploração de minérios, especialmente, do ouro, bem como a produção de outras culturas, até chegar mais recentemente à exploração do café (SANTOS, 2001).

A economia era voltada apenas para a exploração (extrativismo) das terras férteis encontradas em quase todo continente e exportação dessas culturas acima citadas.

Segundo Santos (2001), no final do século XVIII e meados do século XIX, o Brasil experimenta um crescente aumento da produção e exportação de cana de açúcar, uma forte expansão do café no interior da província do Rio de Janeiro, e junto com esse crescimento começou a aparecer sinais de crise na agricultura brasileira, ocasionada principalmente pela falta de mão de obra, em virtude do fim da escravidão, sem contar com os entraves no gerenciamento das lavouras.

Proprietários de grandes extensões de terras acreditavam na exploração extensiva dos sistemas de produção, por meio da expansão das fronteiras agrícolas, e, com as terras perdendo sua fertilidade, com a produtividade insatisfatória, iniciou-se um novo ciclo para exploração de novas terras mais férteis. Essa era a cultura nômade de expropriação do solo brasileiro e pouco se pensava nas consequências negativas dos manejos agropecuários empregados, especialmente no que diz respeito à destruição florestal.

A agricultura foi se transformando, ao longo do tempo, pela expansão agrícola, pela demanda por alimentos e avanços em tecnologia. Com essa nova expansão e a busca por solos férteis, deu-se início à exploração de novos territórios.

A exploração de novas terras agricultáveis ocasionou uma grande mobilização do país para o crescimento interno, chamado de “crescer para dentro”, voltado à valorização do mercado nacional. Fortaleceu-se, então, por meio de uma intervenção maior do antigo Estado de Mato Grosso com os mercados paulistas (CORRÊA *et al* , 2009).

Dessa maneira, a industrialização brasileira ocorreu pela abundância de terras agrícolas ociosas e uma excedente força de trabalho.

De acordo com Corrêa *et al* (2009), outro fator que ajudaram para o desenvolvimento da região foi o impedimento da entrada de imigrantes no Brasil. As autoridades brasileiras com uma visão nacionalista-desenvolvimentista restringiram essa entrada, valorizando, desse modo, o processo de colonização por brasileiros, sendo conhecido como “marcha para o oeste”, provocando uma expansão da “fronteira agrícola”.

As regiões de fronteiras ganharam importância, pois começaram a perceber o avanço dos países vizinhos almejando essas terras. O estado de Mato Grosso do Sul, para Corrêa, *et al* (2009), está localizado em ponto estratégico geograficamente, o qual possuem suas vantagens e está inserido como grande produtor de grãos de soja e carne bovina.

Diante da transformação da agricultura, com o aumento de produção e a busca por produtividade ainda maior, houve a necessidade de aprimorá-la criando um novo conceito para o sistema agrícola; surgiu, assim, o termo agronegócio.

Nas próximas seções, discorre-se sobre o caminho percorrido para o processo da modernização da atividade agrícola e pecuária, e sobre o surgimento do conceito de agronegócio e seus impactos.

2.2 CONCEITO DE AGRONEGÓCIO

Esta seção apresenta uma breve apresentação da origem do termo Agronegócio.

A agricultura deixou de ser uma atividade agrícola exclusivamente rural, passando a depender de outros serviços, máquinas e insumos provenientes de setores diversos, de forma que culminou na origem do conceito de *agribusiness* (BATALHA e LAGO DA SILVA, 2001).

O termo foi utilizado pela primeira vez, no ano de 1957, na Universidade de Harvard, pelos professores John Davis e Ray Goldberg, chegando ao Brasil com a seguinte tradução:

A soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. (*apud* BATALHA e LAGO DA SILVA, 2001, p. 27).

Na prática, o agronegócio pode ser entendido como a necessidade da junção de todo o conjunto dos setores que antes era compreendido apenas pela agricultura, ou seja, tudo que envolve desde a produção agrícola até a mesa do consumidor.

O setor primário é compreendido apenas pelo agropecuário, ou seja, agricultura, pecuária, pesca e extrativismo, tem pequena expressão na composição do PIB nacional. Porém, para que sejam realizadas as atividades “dentro da porteira”, é necessária a participação do setor industrial e do setor de serviços.

Nesse sentido, a contribuição que o setor agropecuário traz para o crescimento do PIB total não é direta e, sim, uma cadeia de produção que necessita de insumos, máquinas, pesquisas, sementes e outros itens desenvolvidos pelos setores da indústria e de serviços. Dessa forma, percebe-se a importância desse setor para alavancar todos os demais setores da economia.

Na próxima seção, trata-se de como foi a disseminação do conceito agronegócio no Brasil.

2.2.1 O Agronegócio no Brasil

A evolução mundial do setor agrário forçou o Brasil a acompanhar o desenvolvimento, tanto pelo lado econômico, como também pela necessidade de atender a uma demanda maior por alimentos.

Segundo Mendes e Padilha Junior (2007), no início da década de 60, a agricultura passou por mudanças conceituais, influenciadas pelo processo de industrialização na agricultura, resultando em grandes transformações tecnológicas.

Nesse período, o sistema de produção agrícola brasileiro foi fortemente influenciado pelo surgimento de novas indústrias ligadas ao setor, ocorrendo primeiramente no segmento de suprimentos agrícolas, como por exemplo, a substituição da tração animal, juntamente com a força humana, pela mecanização agrícola; e, posteriormente, nas áreas de tecnologia química, ocasionando maior produtividade por área plantada (MENDES e PADILHA JUNIOR, 2007).

Na busca do aumento de maiores níveis de produção e melhor produtividade, os setores públicos e privados investem em pesquisa para o

desenvolvimento de cultivos mais produtivos e que sejam resistentes a pragas e doenças, além da utilizar insumos agropecuários.

O agronegócio, até o início dos anos 90, era dependente de políticas públicas agrícolas, e era necessário o financiamento de suas atividades pelo governo, principalmente, na comercialização, via Política de Garantia de Preços Mínimos- PGPM² (MONTELLA, 2009).

Nesse período, o sistema financeiro atuava recuado e havia um descompasso entre o custo do financiamento, que era indexado e os preços dos produtos agropecuários, obrigando, assim, a intervenção estatal para regular o mercado, seja na forma de financiamento da produção ou na forma de subsidiá-la.

Como consequência da intervenção insuficiente do governo, o setor apresentou altos índices de endividamento e de inadimplência (MONTELLA, 2009).

De acordo com Montella (2009), com o início do processo de globalização, em meados da década de 1990, a economia brasileira foi marcada pela entrada do agronegócio no contexto internacional, por meio de reduções de tarifas de importação, estabilização dos preços e entrada de novos intervenientes no auxílio ao financiamento da agricultura.

O governo nesse período passou a ser o principal provedor do desenvolvimento do agronegócio, juntamente com outros agentes, mantendo forte a atuação como regulador e estimulador do crédito rural.

Ainda nesse contexto, difundiu-se o conceito de cadeias de agronegócios pelo Brasil. O setor agrícola deixou de ser discutido apenas isoladamente e passou a ser visto como uma conexão, desde suprimentos até distribuição, ou seja, as atenções foram voltadas para a importância da junção de todos os elos da cadeia produtiva (ZYLBERSZTAJN, 2005).

² PGPM- De acordo com BRASIL. MAPA(2008), a Política de Garantia de Preços Mínimos, lançada em 1966, ainda exerce papel relevante na política agrícola brasileira e, conseqüentemente, nas decisões do produtor sobre o plantio, contribuindo para a redução das oscilações de preços, característica do mercado agrícola. Por meio de instrumentos como a Aquisição do Governo Federal (AGF), o Empréstimo do Governo Federal (EGF) e outros mais modernos, o Governo atua comprando o excedente e/ou financiando a estocagem, sempre que o preço de mercado se situa abaixo do preço mínimo. O Preço Mínimo de Garantia é definido pelo Governo para os produtos das safras regionais e de verão e sinalizam o momento adequado para o apoio governamental na comercialização, que pode ocorrer por meio de operações de compra, de equalização de preços ou de financiamento.

Essa conexão foi vislumbrada como uma visão sistêmica do agronegócio e tornou-se uma ferramenta indispensável aos gestores, sejam esses públicos ou privados, para tornar possível a elaboração e práticas de políticas e estratégias mais eficientes (ARAÚJO, 2005).

Para tanto, as regiões geográficas com maior concentração de atividades que envolvem o agronegócio brasileiro englobam todo o território nacional, sem exceção. Atualmente, a região Centro-Oeste é um dos pólos mais desenvolvidos em termos de agronegócio no Brasil. Nesse contexto, o Estado de Mato Grosso do Sul vem apresentando crescimento significativo nos últimos anos.

2.3 O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Estado de Mato Grosso do Sul está localizado ao sul da região Centro-Oeste, possui uma área 357.124,962 km², formada por 78 municípios. Sua capital é a cidade de Campo Grande. A população do Estado é estimada em 2.265.274 habitantes, com um contingente de 58.433 trabalhadores rurais formais de acordo com dados obtidos pelo (IBGE 2007)³. Possui 65.619 estabelecimentos agropecuários, com uma área em produção de 26.449.105 hectares.

Segundo Vieira *et al* (2008), a agricultura é uma das alavancas da economia do estado e um dos setores que mais emprega mão de obra, embora nos últimos anos venha passando por transformações de mecanização, o que de fato ocorre com a agricultura brasileira. O estado apesar de ser novo, criado em 1977, sempre apresentou a agropecuária extensiva como base de sua economia. Após a divisão do Estado de Mato Grosso, a agricultura ganhou mais espaço, sendo a maior produção e comercialização de soja e de cana de açúcar.

De acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, dos Municípios, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC, o estado passou por dificuldades no setor agropecuário principalmente nos anos de 2004 e 2005, em virtude de uma redução da produção agrícola. Seu impacto

³ RAIS - Dec. 76.900/75 (IBGE, 2007).

negativo foi oriundo dos efeitos dos focos de febre aftosa, o que provocou perdas expressivas no setor, bem como a eliminação de cabeça de gado para atendimento das exigências sanitárias.

A maior perda que houve na participação do Setor Primário pode ser explicada pelas dificuldades que esse setor enfrenta, mais especificamente com perda de safra em 2004 e 2005 e redução de preços dos principais produtos agrícolas, além das questões sanitárias que estavam presentes em 2006. Também houve elevação dos preços dos insumos agrícolas, o que provocou a redução do valor adicionado do setor, bem como o crescimento dos setores industriais como mostra a tabela 2 (SEMAC, 2006).

Tabela 1- Demonstrativo da evolução da participação dos setores de atividades na composição do PIB/MS.

<i>Ano</i>	<i>Setor Primário</i>	<i>Setor Secundário</i>	<i>Setor Terciário</i>
2002	22,31	16,71	60,99
2003	24,72	15,70	59,58
2004	20,93	19,21	59,86
2005	15,45	17,24	67,31
2006	14,52	18,51	66,97

Fonte: IBGE/CONAC, SEMAC-MS/SUPLAN (2006).

Como consequência do atendimento às exigências sanitárias, o estado ficou impossibilitado de exportar carne e outros derivados, reduzindo a participação no mercado internacional, o que acarretou queda na renda do produtor e do setor e desencadeou reflexos para toda economia.

Quanto aos setores secundários e terciários, percebe-se um avanço entre os anos de 2002 a 2006: o setor secundário apresenta uma maior regularidade com tendência de avanço ao longo dos anos, e o terciário responde atualmente por mais de 66,0% do PIB brasileiro e regional, confirmando o aumento deste setor com a crescente terceirização pelas empresas de parcela de suas atividades e de serviços.

Esse fenômeno pode ser explicado pelo seu próprio desenvolvimento, partindo pela teoria da industrialização, transporte, entre outros, demonstrando que o setor primário também ajuda na aceleração da economia.

No ano de 2007, segundo a SEMAC (2007), Mato Grosso do Sul destacou-se pela acelerada retomada do crescimento de sua economia, com

crescimento de 7,0% no PIB. Esse aumento aqueceu os setores de papel celulose, siderúrgico e sucroalcooleiro.

O desempenho mais expressivo ocorreu no setor agropecuário, apresentando em 2007 uma taxa de crescimento no produto interno bruto de 9,93% em relação ao ano anterior (7,92%), contra -1,9 e -20,9 de queda nos anos de 2005 e 2004, respectivamente. A evolução desse setor em 2007 refletiu um aumento em 20,3% na produção das principais culturas de grãos, incluindo o algodão em relação ao ano anterior (SEMAC, 2007).

O mesmo desempenho deu-se em culturas mais tradicionais como grãos e algodão, que juntos formaram o montante de 8,4 milhões de toneladas em 2007, contra 7,0 milhões de toneladas em 2006. A cultura da cana de açúcar também ampliou a produção em 32,0%, na safra 2008/07, passando de 12,0 milhões para 15,8 milhões de toneladas.

Segundo a SEMAC (2006), a comparação, entre a participação dos setores econômicos na formação do Produto Interno Bruto do Brasil e de Mato Grosso do Sul, mostra a dimensão da crise pela qual o setor primário vem passando, a qual atinge não somente o estado, mas sim todo o país, perdendo peso tanto nas contas nacionais como nas contas regionais.

Drucker (2002) explica que o crescimento agrícola ocorre na velocidade inversa à sua participação na formação do PIB total, já que a sua produção não adiciona valor ao longo do seu processamento.

Ao se observar o significado do agronegócio, contudo, passa-se a questionar a sua responsabilidade como agente impulsionador do crescimento e desenvolvimento, tornando-se, assim, imprescindível a discussão sobre ambos os conceitos.

Nas próximas seções, discorre-se sobre o conceito de crescimento e desenvolvimento econômico.

2.4 CRESCIMENTO ECONÔMICO

Dentro do vigor das ideias de Adam Smith, surge a questão do crescimento econômico. O autor procura identificar os fatores da formação da riqueza nacional por meio de como se deve operar o mercado, diante da importância do aumento do tamanho deste para reduzir os custos médios (efeito escala) e permitir a produção com lucros (HUNT, 2005).

Vasconcellos (2008) entende crescimento como um aumento, um acréscimo no volume de produção, ou em qualquer outra forma de medida a ser considerada. Porém, para as ciências econômicas, a expressão representa o crescimento contínuo do produto nacional em termos globais ou *per capita*, ao longo do tempo

Gremaud *et al* (2008) acrescenta que crescimento está relacionado com a produção de bens que tendem a atender às vontades humanas; entretanto, quanto maior a quantidade de bens produzidos, maior a probabilidade de as pessoas satisfazerem suas necessidades. Desse modo, melhores serão as condições de existências dessas pessoas.

Segundo Souza (2005), uma corrente de economistas diz que crescimento econômico é sinônimo de desenvolvimento, mas outra corrente entende que o crescimento é imprescindível para que haja desenvolvimento.

De acordo com os economistas, que associam crescimento com desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, mesmo que apresente recursos disponíveis, embora não utilizem totalmente os fatores de produção, assim como: terra e mão de obra, fazendo com que, dessa forma, a economia cresça abaixo de suas possibilidades (SOUZA, 2005).

2.5 ORIGENS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Desenvolvimento econômico é um tema que surgiu no início do século XX. Antes desse período, raramente havia a preocupação com a melhoria das condições de vida do povo. O objetivo das nações (em especial das

subdesenvolvidas) era aumentar o poder econômico e militar. Tal objetivo era moldado no regime feudal, cujo sistema foi mantido em equilíbrio por períodos seculares, o que dificultava as mudanças necessárias ao desenvolvimento econômico (SOUZA, 2005).

Nesse período, a grande massa popular buscava apenas sanar as necessidades básicas, nem se pensava em uma melhor qualidade de vida.

A partir do surgimento do Estado nacional moderno, o Renascimento e as grandes descobertas marítimas, juntamente com as riquezas coloniais desempenharam importante papel na expansão das economias nacionais européias, revolucionando as relações econômicas.

A ideia de desenvolvimento econômico originou-se a partir de raízes teóricas e empíricas. Alguns autores acreditam que, derivado do pensamento mercantilista, encontrava-se, no pacto colonial, a origem do subdesenvolvimento contemporâneo, podendo ser explicado em relação às metrópoles. O sistema comprovou grande falha, pela importância excessiva ao afluxo de metais preciosos como fator da riqueza nacional.

Com a intenção de elevar ao máximo os saldos da balança comercial, rejeitava-se, de maneira implícita, o papel que as importações poderiam ter no desenvolvimento manufatureiro interno. O mercantilismo, surgido no século 18, com a escola fisiocrática na França e a clássica na Inglaterra, passaram a se preocupar com os problemas do crescimento e da distribuição (SOUZA, 2005).

A partir das flutuações econômicas do século 19, passou-se a observar, com mais ênfase, que o desenvolvimento está relacionado com o problema de concentração da renda e da riqueza em nível mundial, tornou-se mais evidente a desigualdade entre nações ricas e pobres, devido ao surgimento de alguns poucos países industrializados.

De acordo com Souza (2007), as fases de acontecimento das inovações (tear mecânico, máquina a vapor, petróleo, eletricidade, informática, Internet, telefonia móvel, entre outros) fizeram com que a economia dos países inovadores crescesse de modo acelerado, de tal maneira que se expandiram a renda, o emprego e o nível de bem-estar da população. Mas depois ocorria o

inverso: o nível da atividade se reduzia e as empresas despediam trabalhadores. O fenômeno repercutiu nos setores interligados e a crise se generalizava, primeiro como recessão, depois como depressão.

Com a queda da Bolsa de Nova Iorque, ocorreu a grande depressão em 1930, deixando evidente o drama social do desemprego. Diante dessa situação, com a finalidade de reduzir o desemprego e amenizar as repercussões sociais, o Estado tomou ações urgentes na economia, realizando investimentos diretos e manipulando políticas anticíclicas, com a finalidade de reduzir o desemprego e os problemas sociais atrelado ao desemprego.

A partir de 1930, a questão do desenvolvimento econômico ganhou mais destaque, em virtude da aplicação da Contabilidade Nacional, nascida com a teoria *keynesiana*, que começou a comparar a renda *per capita* dos diferentes países e a classificá-los como “ricos” ou “pobres”. Os países “pobres” foram caracterizados como “subdesenvolvidos”, após a publicação de outros indicadores, pelo fato de apresentarem seu crescimento econômico insuficiente e instável.

A intervenção do governo, após a Grande Depressão, mostrou que políticas monetárias e fiscais tornavam-se imprescindíveis para amenizar as crises. Também, depois da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial, começaram a publicar diagnósticos, gerando o interesse dos países subdesenvolvidos. Dessa forma, os países menos desenvolvidos passaram a reivindicar mais ajuda dos países ricos internacionais (MYRDAL, 1968 *apud* SOUZA, 2005).

De acordo com Meier e Baldwin, citados por Souza (2005), a miséria nos países “pobres”, sem dúvida, é o maior problema econômico mundial, ficando imprescindível estudar as “causas da pobreza das nações”. Técnicos do Banco Mundial acreditam que não basta, apenas, investimento em produção e infraestrutura, para reduzir a pobreza no curto prazo, mas várias ações humanitárias diretas nos focos de pobreza (SOUZA, 2007).

A macroeconomia *keynesiana*, após a Segunda Guerra Mundial, passou a ser aplicada em todo o mundo, por ser uma teoria que explicava o desenvolvimento, mas acabou sendo imprópria, pelo fato de este ser um

fenômeno de longo prazo e aquela ser mais aplicável para o curto prazo. Os economistas buscaram, então, na História Econômica, os elementos para a formação de uma “teoria do desenvolvimento”, constatando que subdesenvolvimento derivava de desenvolvimento, isto é, da expansão do capitalismo mundial em sua fase oligopolista. (FURTADO, 1961).

Quanto à teoria do imperialismo, concluem que a economia dos países “pobres” não rompia os vínculos coloniais com os países de economia dominante. Esses vínculos, segundo os adeptos das teorias do imperialismo e da dependência, tornavam-se cada vez mais fortes com a troca desigual e com o aumento dos fluxos internacionais de capitais (SOUZA, 2005).

Verificou-se que, de fato, a principal barreira ao desenvolvimento era de natureza política. Os países “pobres” sempre ocupavam uma posição dependente, ou seja, esses países continuavam a produzir matérias-primas a baixo custo para fins militares (Segunda Guerra Mundial, Guerra da Coréia e Guerra Fria), além de produzirem alimentos baratos para alimentar os trabalhadores dos países centrais. Essa abordagem histórica, feita, sobretudo por *marxistas*, provocou uma reação dos economistas da corrente mais tradicional, nos anos de 1940 e 1950.

Estes últimos passaram a contestar a teoria do imperialismo e a teoria da dependência com teorias alternativas. Então, eles construíram modelos nos quais identificaram a escassez de capital como a causa fundamental do subdesenvolvimento. Destacava-se uma nova inspiração neoclássica, como nova estratégia de crescimento e desenvolvimento, sendo o acréscimo da taxa de poupança interna, o afluxo de capitais externos e a expansão das exportações, fatores mais tarde aceitos pela maioria das correntes de pensamento (SOUZA, 2005).

2.5.1 Origens do estudo de Desenvolvimento Econômico na América Latina

Economistas dos países pobres começaram a elaborar análise da realidade de seus países, a partir do final dos anos de 1940 e início dos anos de 1950, para conseguir recursos dos países desenvolvidos.

Contrariando os interesses da divisão internacional, economistas da CEPAL tinham em mente que os norte-americanos deveriam estabelecer para a região algo parecido com o Plano Marshall, elaborado para a reconstrução da Europa, devastada pela guerra. Os EUA pregavam que cada país deveria se especializar e produzir bens que apresentassem vantagens competitivas de custo, ao contrário do que queriam os economistas brasileiros. Em outras palavras, os EUA não queriam que os países subdesenvolvidos partissem para industrialização, mas permanecessem na produção de alimentos e matérias-primas para exportação, continuando, dessa forma, a importar bens manufaturados para o consumo interno.

Mesmo com toda pressão de países como os EUA, países como Brasil, México e Índia, adotaram uma política de industrialização por substituição de importações, (SOUZA, 2005).

Dessa maneira, os países industrializados começaram a perder participação no mercado interno. Mas, diante disso, iniciou-se a exportação de capitais de risco, mediante a implantação de filiais de suas empresas, a fim de reconquistar os mercados. Em meados da década de 50, o plano da política interna substituiu a aliança do capitalismo internacional com o latifúndio feudal por uma aliança com os grupos industriais emergentes e com o Estado nacional intervencionista (CARDOSO e FALLETO, *apud* SOUZA, 2005).

Empresas multinacionais tiveram participação e fizeram investimentos diretos em países como Brasil e México. Entretanto, começaram a receber os mesmos incentivos dados às empresas nacionais. No Brasil, a partir (1951/1953), iniciaram-se as discussões sobre desenvolvimento econômico, com a Comissão Mista Brasil-EUA e do Grupo Misto BNDE-CEPAL (1953/1955).

Os relatórios divulgados pela Comissão Mista demonstraram que o ritmo de crescimento industrial, desde a década de 1940, era três vezes superior ao da agricultura e que o Brasil já possuía amplo setor de mercado interno, embora tenham também apontado deficiência em infraestrutura (energia, transportes, comunicações), produção agrícola insuficiente, oligopolização da comercialização agrícola, entre outros.

Com esse cenário, os países industrializados sugeriram que se incentivasse o ingresso de capitais estrangeiros e se adotasse uma política de desenvolvimento semelhante à da CEPAL, com a vantagem “de produzir projetos de investimentos que respondiam diretamente às necessidades de acumulação industrial no Brasil”. De outra parte, tratava-se de “sugestões práticas que foram amplamente acatadas pelo governo brasileiro” (MANTEGA, *apud* SOUZA, 2005).

2.5.2 Conceito de Desenvolvimento Econômico

Os economistas buscaram, então, na História Econômica, os elementos para a formação de uma “teoria do desenvolvimento”, constatando que subdesenvolvimento derivava de desenvolvimento, isto é, da expansão do capitalismo mundial em sua fase oligopolista (FURTADO, 1961).

De acordo com Pizzi (2005), a definição de desenvolvimento começou a expandir-se, substituindo o conceito de crescimento econômico, antes considerado como sinônimo do primeiro. Nesse novo parâmetro, o autor salienta três dimensões fundamentais:

1. O desenvolvimento dos homens, que exige investimentos na educação, saúde, alimentação e bem-estar social, para o qual a expectativa de vida é tomada como indicador, no nascimento.
2. O desenvolvimento pelos homens, que requer sua participação abrangente no processo de desenvolvimento, para o qual o nível cultural, medido pelo grau de alfabetização, serve como indicador.
3. O desenvolvimento para os homens, que demanda possibilidades de renda e de trabalho para todos a fim de que possam conseguir um modesto padrão de vida.

De acordo com o autor, entende-se que para haver desenvolvimento e melhorias com relação ao bem-estar social e humano de certa população, é preciso mais do que o aumento da renda, é fundamental investimentos em saúde e educação, possibilitando à população mais acesso a esses benefícios.

Desenvolvimento econômico, segundo Vasconcellos (2008), é um conceito mais qualitativo, que inclui alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza,

desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Para Milone (1988), desenvolvimento é um processo de domínio consecutivo do setor de produção primário, secundário e terciário. Entende-se que, além das mudanças de caráter quantitativo, deve haver modificações que alterem a composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia.

De acordo com o referido autor, deve-se observar a presença de características que definam desenvolvimento econômico ao longo do tempo, como:

1. Crescimento do bem estar econômico, através dos indicadores de natureza econômica como: produto nacional total, produto nacional per capita;
2. Diminuição dos níveis de pobreza, desemprego, desigualdade;
3. Elevação das condições de saúde, nutrição, educação, moradia.

Este é um conceito amplo e está atrelado ao crescimento econômico, ou seja, não importa a proporção e a grande expansão da produção representada pelo aumento do PIB, mas, sim, a qualidade desse crescimento, em que a ideia de desenvolvimento econômico esteja associada às condições de vida das populações residentes em seu país (GREMAUD *et al*, 2008).

Para Furtado (1974), o desenvolvimento não se restringe apenas ao crescimento econômico, mas também ao desenvolvimento dos indicadores sociais, culturais e políticos. O autor complementa, ainda, que o conceito de subdesenvolvimento está ligado à insuficiência e/ou ausência de desenvolvimento.

Portanto, desenvolvimento econômico pode ser entendido como a comparação entre o rendimento econômico da sociedade e suas possibilidades econômicas, ou seja, entre a produção efetiva e a fronteira de produção. Assim, um país com escassez de materiais pode se desenvolver ao utilizar eficientemente o recurso humano, que é o fator essencial.

Mendes e Padilha Junior (2007) relatam que muitos autores consideram a comercialização como o mecanismo mais eficiente de desenvolvimento econômico, especialmente devido à importância do sistema de distribuição.

A infraestrutura apresenta-se como um eficiente indicador do desenvolvimento econômico, por representar bens de capital que contribuem para as atividades dos vários setores da economia, como por exemplo, as rodovias pavimentadas, ferrovias, portos marítimos e hidroviários, as redes de comunicação e os suprimentos de energia, todos necessários para apoiar a produção e a comercialização, ou seja, o agronegócio.

A qualidade da infraestrutura afeta diretamente tanto o potencial de crescimento econômico, quanto o próprio desenvolvimento econômico.

Para uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento, além das taxas de crescimento da renda, devem ser analisadas as mudanças que contribuem para um processo de mudança social global, com implicações não apenas econômicas, mas também sociais, culturais e psicológicas. Essas mudanças incluem os movimentos de trabalho, capital, ideias e localização da produção dentro de áreas geográficas.

As mudanças estão relacionadas à terceira revolução tecnológica, ou seja, aos avanços de novos materiais como: ligas metálicas ultraleves, biocombustíveis, entre outros, os quais estão transformando o equilíbrio dos fatores de produção e até os hábitos de consumo (MENDES e PADILHA, 2007).

De acordo com os conceitos supracitados, vale a pena ressaltar os estágios de desenvolvimento e as classificações em que as nações se encontram.

2.5.2.1 Estágios de Desenvolvimento

Esta seção trata dos estágios que as nações atingem ao longo do tempo.

O modelo mais conhecido de classificação dos países, segundo o estágio de desenvolvimento econômico, é desenvolvido por Walt Rostow (MENDES e PADILHA JUNIOR, 2007).

Esse modelo identificou cinco estágios, em que o crescimento é o movimento de um estágio para o seguinte, e os países, nos três primeiros estágios, são considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento:

1. Sociedade tradicional;
2. Pré-condições para a decolagem;
3. Decolagem;
4. Condução para a maturidade;
5. Alto consumo em massa.

Vasconcellos (2008) explica cada uma dessas etapas da seguinte forma:

- Sociedade tradicional: predomina o setor agrário, com pouca tecnologia e baixa renda *per capita*.
- Pré-requisitos para a arrancada: aumento da taxa de acumulação de capital, em relação à taxa de crescimento demográfico, qualificação da mão de obra habilitada para a produção especializada em grande escala, aumento da produtividade agrícola que, com seu excedente, financia a expansão industrial principalmente os de consumo básicos (alimentação, têxteis, etc.). Paralelamente, durante esse período, são feitos grandes investimentos em infraestrutura básica (transportes, comunicações, energia saneamento).
- Arrancada (*take-off*): institucionaliza-se na sociedade, a partir de algumas mudanças, tais como, aumento da taxa de investimento líquida, surgimento de novos segmentos industriais, associados a bens de consumo duráveis; inicia-se uma política voltada ao social e institucional, favorável ao desenvolvimento sustentável.
- Marcha para o amadurecimento: geralmente para haver o amadurecimento, é necessário de um período em torno de 40 anos. A moderna tecnologia se estende dos setores líderes, que impulsionaram a arrancada, para os demais setores.
- Consumo em massa: ocorre quando os setores líderes destinam sua produção para bens de consumo duráveis de alta tecnologia e serviços, como automóveis, eletrodomésticos, computadores, ou seja, a renda da população aumenta que seu objetivo deixa de ser apenas bens de consumo, tais como, a alimentação e a moradia.

A importância do desenvolvimento econômico está mais relacionada com a distribuição do produto, melhoria da qualidade de vida, bem-estar e com o grau de utilização da capacidade produtiva de um país, ou seja, ela denota a utilização crescente da potencialidade produtiva de um país (MENDES e PADILHA JUNIOR, 2007).

A teoria de etapas de Rostow esclarece quais são as passagens para o desenvolvimento econômico, ou seja, o processo que deve dar sequência a cada passo de cada etapa (VASCONCELLOS, 2008).

2.5.3 A agricultura e Desenvolvimento Econômico

Ao longo do tempo, percebem-se a expansão populacional e o crescimento das necessidades da sociedade, junto com estes dois acontecimentos, tem surgido o imperativo de ampliar a variedade e a quantidade de bens produzidos.

A agricultura, embora seja uma atividade voltada para a subsistência, em especial no Brasil, tem contribuído muito para a geração de emprego, distribuição de renda, saldo positivo na balança comercial; dessa forma contribuindo para o crescimento econômico da nação.

Como visto a agricultura é um elo importante para o crescimento e o desenvolvimento econômico. Isso porque ela é a motriz geradora de atividades para o setor da indústria e serviços, ou seja, para que o setor primário, aqui subentendido como agricultura e pecuária, cresça e desenvolva, ela precisa que conjuntamente os outros setores deem suporte para a realização das suas atividades. Desse modo, os outros setores também estarão em crescimento em virtude deste ciclo.

Alguns economistas consideravam a agricultura indiferente, passiva e dependente dos estímulos econômicos provenientes do setor urbano-industrial e do setor público. Discriminavam a agricultura, de forma que os recursos deveriam ser mobilizados apenas para a indústria, inspirados na época, pela

industrialização soviética das décadas 20 e 30, que provocava o chamado *viés urbano*⁴ (SOUZA, 2005).

De acordo com Souza (2005), por meio dessa abordagem, criou-se o modelo do impacto urbano-industrial. Segundo esse modelo, a implantação de grandes projetos industriais, a criação de novos centros urbanos e a criação de empregos diretos e indiretos causou impactos revolucionários na agricultura, de tal maneira que elevaram a demanda por alimentos e matérias-primas.

No final dos anos 1960, essa situação começou a mudar, ou seja, os setores agrícolas e industriais iniciaram a sua consolidação, e nas décadas seguintes, o quadro estabilizou-se de tal modo que a agricultura estimulava o resto da economia.

Assim, entende-se que a modernização industrial é uma consequência da contribuição da agricultura no desenvolvimento econômico.

Diante desse otimismo na agricultura, Souza (2005) afirma que pode haver uma correlação positiva entre o crescimento agrícola e o crescimento dos demais setores, podendo ocorrer tanto na participação da agricultura no produto total, como por suas interligações intersetoriais, principalmente com a indústria.

Percebe-se a existência de crescimento mais do que proporcional por meio do efeito multiplicador, em toda economia, por meio do crescimento agrícola. Mas, diante desse resultado, haveria uma mudança estrutural, em que a participação do produto agrícola no produto total cairia em longo prazo (RAO E CABALLERO, *apud* SOUZA, 2005).

O desenvolvimento da agricultura não pode mais ser visto como independente, mas comandada pela dinâmica da indústria, ou seja, transformando-a em um ramo industrial, que compra insumos e vende matérias-primas (MARTINE, 1990).

Essa dependência que liga a agricultura com o resto da economia decorre de cinco funções básicas (JOHNSTON e MELLOR, *apud* SOUZA, 2005):

⁴ Enquanto os recursos fluíam para a indústria, ocorria intenso fluxo migratório, com o deslocamento da pobreza do meio rural para os municípios.

1. Liberar mão de obra para ser empregada na indústria e evitar a elevação dos salários pagos;
2. Fornecer alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial. À medida que a demanda cresce com o desenvolvimento, cresce a urbanização.
3. Gerar divisas para o país, por meio das exportações de produtos agrícolas, a fim de financiar o desenvolvimento, adquirir importações e amortizar a dívida externa.
4. Transferir poupanças para inversões na indústria e para a implantação da infraestrutura econômica e social.
5. Constituir mercados para bens industriais, complementando os mercados urbanos.

Quanto maior for a oferta de alimentos industrializados, conseqüentemente, maior o aumento da produção da indústria e da agropecuária, favorecendo o crescimento econômico e melhorando o bem-estar social, ao gerar maior nível de emprego e renda.

A partir da realização dessas cinco funções básicas, constata-se simultaneamente, a presença de dois fenômenos distintos entrelaçados:

- agroindustrialização crescente, como beneficiamento e industrialização;
- penetração do capitalismo no campo, implicando o uso mais intensivo de insumos modernos e administração científica.

Um terceiro fenômeno que provoca a reversão da penetração do capitalismo no campo, já presente na Europa e nos EUA, compreende a presença predominante de propriedades de tamanho médio, gerida por mão de obra familiar.

Essa tendência explica-se pela destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura de larga escala, em virtude do deslocamento das culturas para terras menos férteis, tendo em vista o crescimento demográfico.

O uso mais intensivo de insumos modernos eleva os custos e deprime os lucros. Lucros baixos, ou nulos, na margem extensiva de cultivo, inviabilizam a empresa capitalista. Contudo, torna possível a produção familiar em pequenas escalas, em que as receitas totais apenas cobrem os custos, sendo as empresas rurais familiares altamente subsidiadas pelo estado (NAKANO, 1981).

De acordo com Souza (2005), a agricultura influi positivamente nas decisões de investimentos conjuntos da economia, por meio da estabilidade dos preços dos alimentos:

- Aumentar a produtividade do capital e do trabalho do resto da economia e, assim, a taxa de crescimento global, ao gerar excedentes exportáveis e ao reduzir a taxa de inflação.
- Contribuir com o efeito aprendizagem do governo no processo de desenvolvimento, especialmente na mobilização de recursos para investimentos em bens públicos, como infraestrutura rural.
- Contribuir para redução da pobreza, mediante a reforma agrária e a elevação da produtividade da terra e do trabalho.
- Proteger o meio ambiente, tal como o espaço verde, e reduzir a concentração de gases na atmosfera (efeito estufa).

2.5.4 A Modernização da Agricultura Brasileira e seus Impactos Negativos

Na década de 1950, o crescimento da produção agrícola no Brasil era por conta da expansão da área cultivada. A partir da década de 60, esse crescimento ficou por conta da “Revolução Verde⁵”. Nesse período, agrupou-se um pacote tecnológico à agricultura, o que mudou a base técnica resultante, passando a ser conhecida como modernização da agricultura brasileira (SANTOS, 1986).

⁵ Composto de novas práticas agrícolas, ou seja, utilização de novas sementes melhoradas, insumos industriais e mecanização.

Esse processo intensificou-se a partir dos anos 70, em virtude do aumento expressivo da utilização de máquinas agrícolas, bem como do aumento do uso de adubos químicos defensivos e herbicidas.

Além do avanço tecnológico no campo, surgem com essa modernização os complexos agroindustriais, representando a integração técnica entre a indústria de insumos, agropecuária e indústria de processamento (agroindústria) e distribuição.

Segundo Brum (1988), as principais razões da modernização da agricultura são:

- a) elevação da produtividade do trabalho visando ao aumento do lucro;
- b) redução dos custos unitários de produção para vencer a concorrência;
- c) necessidade de superar os conflitos entre o capital e o latifúndio, visto que a modernização levantou a questão da renda da terra;
- d) possibilidade de implantação do complexo agroindustrial no país.

Brum (1988), assim como descreve as principais razões da modernização da agricultura, também demonstra a evolução de um setor que precisa crescer e desenvolver para poder contribuir positivamente na economia.

Com o crescimento em busca de maior produtividade para competir no mercado, alguns impactos negativos são passíveis de serem encontrados.

- A agricultura brasileira apresentou-se, ao longo da sua história, subordinada à lógica do capital, como um setor de transferência de riquezas (AGUIAR, *apud* AGRA, 2001)
- Entre as décadas de 1970 a 1980, reduziu-se o número de estabelecimentos com até 10 hectares; tinha-se anteriormente um total da área do país de 52,2% nessa estrutura, reduzido para 50,4%. Em contrapartida, aumentou o número de estabelecimentos com mais de 1.000 hectares de 0,7 para 0,9% (SANTOS, 1986).
- Nesse mesmo período, houve outro fator significativo: a expulsão do homem do campo com a mecanização. Foram 30 milhões de pequenos

produtores expulsos de suas terras, aumentando consideravelmente o êxodo rural (MARTINE, 1990).

Portanto, a área dos pequenos estabelecimentos, ocupada por pequenos produtores familiares, foi incorporada por grandes proprietários. “Esses pequenos produtores e suas famílias perderam o lugar que tinham para morar e para trabalhar, perderam suas lavouras de auto-sustento e, principalmente, foram deslocados do seu principal meio de produção – a terra”, (MARTINE, 1990).

A partir da década de 80, ficou inviável para o governo apoiar uma política agrícola para os pequenos agricultores. A tendência foi a adoção de regulamentação indireta com apoio do setor privado (SOUZA, 2005).

Para o governo, uma das características essenciais para se ter acesso ao crédito rural seria a rentabilidade, ou seja, quanto mais terra, maior facilidade de crédito e maiores ganhos especulativos; maiores também seriam a concentração e a centralização de capitais no campo.

Com o aumento da produção da monocultura, as exportações aumentaram e, conseqüentemente, o saldo positivo da balança comercial. Contudo, essa política de expansão da fronteira agrícola, para novas áreas de plantio e produção no interior do país, implica o aparecimento de problemas ambientais, tais como, o desmatamento e o uso de recursos não biodegradáveis, como combustíveis, fertilizantes, pesticidas e herbicidas, que poluem os recursos hídricos (SOUZA, 2005).

Esses grandes produtores rurais, com concentração de áreas de mais de mil hectares, segundo Stedile (2009), aliaram-se a empresas transnacionais, aos quais fornecem os insumos e o maquinário agrícola. Em seguida, os conglomerados estrangeiros passam a controlar o mercado com a garantia da compra das *commodities*⁶ impondo os preços.

A maior parte da produção se destina ao mercado externo e, por ter que repartir o lucro, fazendeiros procuram aumentar a escala, concentrando ainda

⁶*Commodities* são mercadorias que atendam ao menos três requisitos mínimos: Padronização; Possibilidade de entrega em datas acordadas e; Possibilidade de armazenagem ou venda em unidades padronizadas.

mais terra e produção, o que acaba prejudicando o interesse da economia nacional.

Isso é verificado porque a modernização agrícola concentrou-se nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, com a produção de monocultura de produtos exportáveis, como soja e cana de açúcar, deixando à margem regiões mais pobres, onde predominam os pequenos produtores agrícolas.

O agente indutor desse processo de desigualdade da modernização da agricultura brasileira é o Estado, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), dos subsídios e das políticas de maxidesvalorização cambial, que atuou em benefício dos grandes proprietários e das multinacionais, assumindo seus custos e riscos de produção e repassando-os à sociedade (AGRA, 2001).

Pode-se, então, afirmar que a modernização só foi possível mediante a intervenção do estado, sendo um processo totalmente induzido pelas políticas públicas concentradoras (MARTINE, 1990).

Seguindo esse mesmo raciocínio, Cordeiro (1996), *apud* Agra (2001), ressalta que a promoção da modernização agrícola desigual aconteceu por intermédio do estado que não se preocupou com os impactos negativos que poderia causar, ou seja, gerando o que se denomina como um modelo agrícola bimodal, isto é, convivência de sistemas produtivos intensivos e extensivos, modernos e tradicionais, de ricos e de pobres.

Apesar de serem grandes as distorções ambientais advindas da modernização da agricultura, inadequada aos padrões brasileiros, o caráter mais doloroso dessa modernização diz respeito aos impactos sociais no campo brasileiro (AGRA, 2001).

Além do problema de concentração de renda, há o fato de sustentação com o alto índice de uso dos produtos agroquímicos, colocando o Brasil na posição de maior consumidor mundial de defensivos agrícolas, degradando o solo e contaminando as águas e os alimentos.

Segundo Stedile (2009), o agronegócio é totalmente dependente do capital financeiro. Esse modelo é inviável do ponto de vista econômico, pois

nenhum país se desenvolveu exportando matéria-prima. A falta de valor agregado aos produtos primários prejudica a economia e impede que os demais setores cresçam junto.

A seguir, apresenta-se quadro síntese demonstrativo dos pontos positivos e negativos do setor agropecuário para o desenvolvimento econômico, de acordo com os autores citados na referência utilizada neste estudo.

Quadro 1 - Pontos Positivos do Setor Agropecuário de acordo com os autores.

Autor		Pontos Positivos do Setor Agropecuário para o Desenvolvimento Econômico
SOUZA (2005)	Correlação positiva: crescimento agrícola e demais setores.	• Afirma que pode haver uma correlação positiva entre o crescimento agrícola e o crescimento dos demais setores.
SANTOS (2001)	PIB - Agropecuário	• A medida que cresce o PIB da agricultura, outros setores crescem simultaneamente.
BONELLI (2001)	Resultados positivos, melhores condições de vida.	• O desenvolvimento agropecuário atingiu resultados positivos para diversos setores na sociedade, e, principalmente, foram melhoradas as condições de vida.
JOHNSTON e MELLOR (<i>apud</i> SOUZA, 2005):	Ligação da agricultura com o resto da economia, por cinco funções básicas:	• Liberação da mão de obra para ser empregada na indústria e evitar a elevação dos salários pagos; • Fornecimento de alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial; • Geração de divisas para o país através das exportações de produtos agrícolas, a fim de financiar o desenvolvimento, adquirir importações e amortizar a dívida externa; • Transferência de poupanças para inversões na indústria e para a implantação da infraestrutura econômica e social; • Constituição de mercados para bens industriais, complementando os mercados urbanos.
SOUZA (2005)	A agricultura influi positivamente nas decisões de investimentos conjuntos da economia, por meio da estabilidade dos preços dos alimentos:	• Aumento da produtividade do capital e do trabalho; • Contribuição com o efeito aprendizagem do governo no processo de desenvolvimento, especialmente na mobilização de recursos para investimentos em bens públicos, como infraestrutura rural; • Contribuição para redução da pobreza, mediante a reforma agrária e a elevação da produtividade da terra e do trabalho; • Proteção ao meio ambiente, tal como, o espaço verde e a concentração de gases na atmosfera (efeito estufa).

Fonte: elaborada pela autora

Quadro 2 - Pontos Negativos do Setor Agropecuário de acordo com os Autores.

AUTOR		Pontos Negativos do Setor Agropecuário ao Desenvolvimento Econômico
MONTELLA (2009)	Dependência do Governo	• Até o início dos anos 90, registram-se extrema dependência de recursos oficiais e forte dependência do Governo no financiamento de suas atividades, principalmente, na comercialização, via Política de Garantia de Preços Mínimos
MARTINE (1990)	Concentração de terra	• Décadas de 70 a 80, houve redução do número de estabelecimentos com até 10 hectares, em contrapartida, aumentou o número de estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, de 0,7 para 0,9%. • Expulsão do homem do campo, com a mecanização. Foram 30 milhões de pequenos produtores expulsos de suas terras, aumentando consideravelmente o êxodo rural.
BRESSER-PEREIRA (2007)	Doença Holandesa	• A doença holandesa se torna uma grande falha no mercado, pois, quando não neutralizada, constitui-se em obstáculo fundamental ao crescimento econômico, ou seja, esse fenômeno é decorrente da existência de recursos naturais baratos e abundantes, usados principalmente para

		produção de <i>commodities</i> , o que eleva seus próprios preços, ocasionando falta de valor agregado aos produtos primários, o que enfraquece o setor industrial.
SOUZA (2005)	Problemas ambientais: desmatamento, uso de recursos não biodegradáveis	Aumento da produção da monocultura e maiores níveis de exportações implicam expansão da fronteira agrícola para novas áreas de plantio e produção no interior do país, gerando problemas ambientais pelo desmatamento e uso de recursos não biodegradáveis, como combustíveis, fertilizantes, pesticidas e herbicidas, que poluem os recursos hídricos.
STEDILE (2009)	Latifúndios e monocultura	- O agronegócio está baseado em latifúndios voltados para a monocultura de grandes escalas em produtividade, com cana, café, soja, laranja, algodão ou pecuária extensiva. - Nos anos 90, implantou-se a maneira de produção, chamada de agronegócio, por meio da hegemonia de capital financeiro e das empresas transnacionais. Além do problema de concentração de renda, registra-se o fato de haver um alto índice de uso de produtos agrotóxicos, colocando o Brasil na posição de maior consumidor mundial de venenos agrícolas. - Crítica o setor, no ponto de vista econômico, pois nenhum país se desenvolveu exportando matéria-prima, o país utiliza 200 milhões de hectares para criar 240 milhões de cabeças de boi de forma extensiva, que se destinam basicamente para a exportação, sem nenhum valor agregado.
AGRA (2001)	Modernização da agricultura de grandes latifúndios, tornando-se excludente com o pequeno produtor.	A modernização da agricultura foi conduzida paralelamente com a modernização do latifúndio brasileiro, que seria o potencial comprador dos produtos industriais. O avanço tecnológico e as leis excludentes do capitalismo introduzidas no campo geraram grandes diferenças: um processo de modernização heterogêneo, excludente e parcial.

Fonte: elaborada pela autora

2.6 INDICADORES

Esta seção apresenta, de forma sucinta, o conceito dos indicadores usados para este estudo, bem como o indicador que venha mensurar crescimento econômico, tais como: o Produto Interno Bruto (PIB), o Produto Interno Bruto per capita e o Produto Interno Bruto Agropecuário. Após a descrição desses, serão apresentados também os indicadores sociais, além do indicador socioeconômico, o Índice Firjan de Desenvolvimento dos Municípios.

2.6.1 O Produto Interno Bruto - PIB

Pretende-se com este capítulo conceituar Produto Interno Bruto (PIB), indicador que foi escolhido para mensurar o crescimento econômico do setor agropecuário nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

O PIB, segundo Krugman e Well (2007), é o valor total de todos os bens e serviços finais produzidos na economia durante um dado período, normalmente um ano.

De acordo com o IBGE, a produção de um país é medida por meio do PIB, que leva em conta três grupos principais:

- Agropecuária: formada por agricultura, extrativismo vegetal e pecuária;
- Indústria: que engloba extrativismo mineral, transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil; e
- Serviços: que incluem comércio, transporte, comunicação, serviços da administração pública e outros serviços.

2.6.1.1 O Produto Interno Bruto - PIB *per capita*

O conceito de PIB *per capita*⁷ é uma média de ganho da população absoluta sobre a receita gerada dentro do país, ou seja, é o PIB total de uma nação dividido pelo número de habitantes residentes no país.

Portanto, PIB *per capita* não quer dizer que todas as pessoas do próprio país tenham a mesma renda. Ao tratar de desenvolvimento, esses aspectos devem ser levados em consideração, mesmo com um PIB *per capita* razoável.

Quanto pior a distribuição da renda de um país, mais a renda estará nas mãos de poucos habitantes, o que não é de caráter prático para qualidade de vida das pessoas (GREMAUD *et al*, 2008).

⁷PIB *per capita* é a soma de toda a riqueza produzida pelo país dividido pelo número de habitantes nele residente.

O PIB *per capita*, junto a outros determinantes, é importante para a formação de um indicador social, mas não é o único. Para Krugman e Well (2007), um país que tem o PIB elevado tem condições de ter uma população saudável e bem educada e, no geral, ter uma boa qualidade de vida. Mas não há uma equivalência perfeita entre PIB e qualidade de vida, pois, como já foi afirmado antes, pode haver a concentração de renda em uma parte da população.

O desenvolvimento econômico de um país, segundo Gremaud *et al* (2008), é definido pela qualidade de vida de seus habitantes, não se pode apenas examinar o crescimento da produção.

Além do fator renda (PIB *per capita*), outros determinantes que complementam desenvolvimento devem ser analisados juntos, como por exemplo, os aspectos distributivos da renda e os indicadores sociais (GREMAUD *et al*, 2008).

2.6.1.2 O Produto Interno Bruto - PIB - Agropecuário

A atividade agropecuária pode ser mensurada por vários indicadores, o que foi utilizado neste estudo é o indicador PIB que vem mensurar o crescimento econômico. Acredita-se que esse indicador facilita a investigação acerca do setor econômico dos municípios do Estado de MS.

O setor primário é composto pelo setor agropecuário, que mede o desempenho da agricultura (lavouras, sem computar os insumos, o processamento e a distribuição dos produtos) e, também, o desempenho da pecuária.

O critério utilizado para o cálculo do percentual do PIB - Agropecuário restringe-se apenas à produção primária com pouco processamento e valor agregado.

A confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o Centro de Pesquisas Econômicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (CEPEA/ESALQ) aperfeiçoaram a metodologia para cálculo do PIB e

apresentaram dados mais confiáveis sobre o PIB da agricultura e do agronegócio, facilitando a análise da composição da renda do setor, ao discriminar o valor adicionado para cada componente importante na cadeia produtiva (SANTOS, 2001).

Como Mato Grosso do Sul não possui esses dados (pois o cálculo do PIB - Agropecuário é apenas do setor primário, e esse não incorpora a renda estimada, quando há possibilidade de agregar valor aos produtos agrícolas), essa margem é transferida para os demais setores.

Para melhor compreensão, apresentam-se a seguir exemplos de dois produtos agrícolas do setor primário, cuja contribuição para a economia acaba diminuindo do montante total, pois parte desse percentual, na mensuração da atividade, é transferida aos demais setores.

O primeiro exemplo vem a ser o algodão, sua pluma pode evoluir até o algodão cardado, para engordar o PIB agrícola. Por outro lado, o fio que surge na etapa seguinte do processo produtivo faz parte do PIB industrial. A partir daí, qualquer produto que surgir, decorrente de sua diversificação ou elaboração, continuará aumentando o PIB industrial.

Outro exemplo é a cachaça: o Brasil consome cerca de dois bilhões de litros de cachaça por ano. O PIB agrícola contabiliza apenas a parte que se refere ao valor da cana de açúcar, mas sua transformação em cachaça é contabilizada para o PIB industrial.

Portanto, fica claro que o aumento, por exemplo, da produção de algodão e cana de açúcar, além de ocasionar o crescimento absoluto do PIB setorial, permite a expansão da indústria com intensidade mais que proporcional. Assim, o PIB da agricultura perde participação percentual no total e, à medida que cresce, faz com que outro setor cresça simultaneamente (SANTOS, 2001).

2.6.2 Indicadores Sociais

Os indicadores sociais, por muito tempo, eram limitados apenas aos domínios técnicos e acadêmicos. Depois, começaram a se juntar ao

vocabulário corrente dos agentes políticos responsáveis, definindo-se como prioridades das políticas sociais e alocação dos recursos públicos (JANNUZZI, 2006).

Segundo Jannuzzi (2006), nesta virada de século, os Indicadores Sociais deixaram de figurar apenas nos diagnósticos e relatórios governamentais, ganhando um papel mais relevante nas arenas de discussão político-social da sociedade brasileira.

De acordo com o autor, vários fatores contribuíram para a propagação crescente do uso de Indicadores Sociais na sociedade brasileira, como:

- Fatores de natureza político-institucional, bem como o progresso da democratização política nas últimas décadas, o aumento do acesso às fontes de informação, o surgimento de organizações sociais, a pressão popular por maior transparência e por maior efetividade social do gasto público;
- Fatores de natureza econômico-social, como a persistência dos problemas sociais e históricos, da pobreza e da desigualdade, o aumento do risco ao desemprego e a exclusão social.

De acordo com Jannuzzi (2006), Indicador Social pode ser compreendido como:

É uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou programático. É um recurso metodológico, empiricamente referido que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

O Indicador Social é um elo entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. Entretanto, para formulação e reformulação de políticas públicas, é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social.

A qualidade de vida da população de um país está relacionada diretamente com Indicadores Sociais. Esses fornecem informações importantes como: esperança ao nascer, quantidade de médicos e leitos hospitalares por habitante, acesso à água potável, entre outros. Existem também indicadores relacionados com a educação, verificando taxa de

alfabetização e quantidade média dos anos na escola. Dessa forma, eles permitem analisar oportunidades no mercado de trabalho para a população residente em seu país (GREMAUD *et al*, 2008).

Taxas de analfabetismo, rendimento médio do trabalho, taxas de mortalidade infantil, taxas de desemprego, índice de *Gini*, proporção de crianças matriculadas em escolas são, nesse sentido, indicadores sociais, ao se traduzirem em cifras tangíveis e operacionais de várias dimensões, relevantes, específicas e dinâmicas da realidade social (JANNUZZI, 2006).

De acordo com as definições citadas, indicadores sociais servem para retratar a realidade social, de uma maneira mais simplificada, porém objetiva e padronizada.

Segundos estudos do Ministério dos Municípios ⁸, existem identificados no Brasil mais de 45 Sistemas de Índices Sintéticos, abrangendo 816 indicadores sobre 25 temas diferentes. Diante disso, o IFDM, fruto de longa pesquisa do corpo técnico do Sistema FIRJAN e de consultas a especialistas externos e a diversos órgãos de gestão pública, preenche essa lacuna, apresentando uma série anual de cálculo simplificado e baseado em dados oficiais.

Na próxima seção, discute-se o indicador IFDM, indicador selecionado para este estudo, que mede a realidade social de cada município do Estado de Mato Grosso do Sul.

2.6.2.1 Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM

Na busca por um indicador que venha mensurar o desenvolvimento humano, no mesmo período que se utilizou o PIB - Agropecuário, deparou-se com o IFDM (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal).

De acordo com a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2009), dando continuidade à série histórica do IFDM, apresenta-se divulgação do IFDM, relativo aos dados oficiais de 2006. O IFDM surgiu em resposta à

⁸ Ministério das Municípios, Citado em IFDM- Notas Metodológicas. Jul 2008. Disponível em: www.firjan.org.br.

ação 97 do Mapa de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, que propôs a criação de um índice para acompanhar de forma permanente o desenvolvimento humano, econômico e social no interior do estado.

A metodologia é pioneira e única, e o IFDM distingue-se por ter periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional. Estas características possibilitam o acompanhamento do desenvolvimento humano, econômico e social de todos os municípios brasileiros, apresentando uma série anual, de forma objetiva e com base exclusiva em dados oficiais.

Uma das vantagens do IFDM é permitir a orientação de ações públicas e acompanhar seus impactos sobre o desenvolvimento dos municípios – não obstante a possibilidade de agregação por estados. Desse modo, constitui-se uma importante ferramenta de gestão pública e de *accountability*⁹ democrática.

A metodologia permite a comparação quantitativa tanto serial, quanto temporal dos municípios analisados, isto é, ao saber que o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal varia entre zero e um, sendo quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento da localidade.

Nesse sentido, estipularam-se as seguintes classificações: municípios com IFDM entre 0 e 0,4 são considerados de baixo estágio de desenvolvimento; entre 0,4 e 0,6, desenvolvimento regular; entre 0,6 e 0,8, desenvolvimento moderado; e entre 0,8 e 1,0, alto desenvolvimento (FIRJAN, 2009).

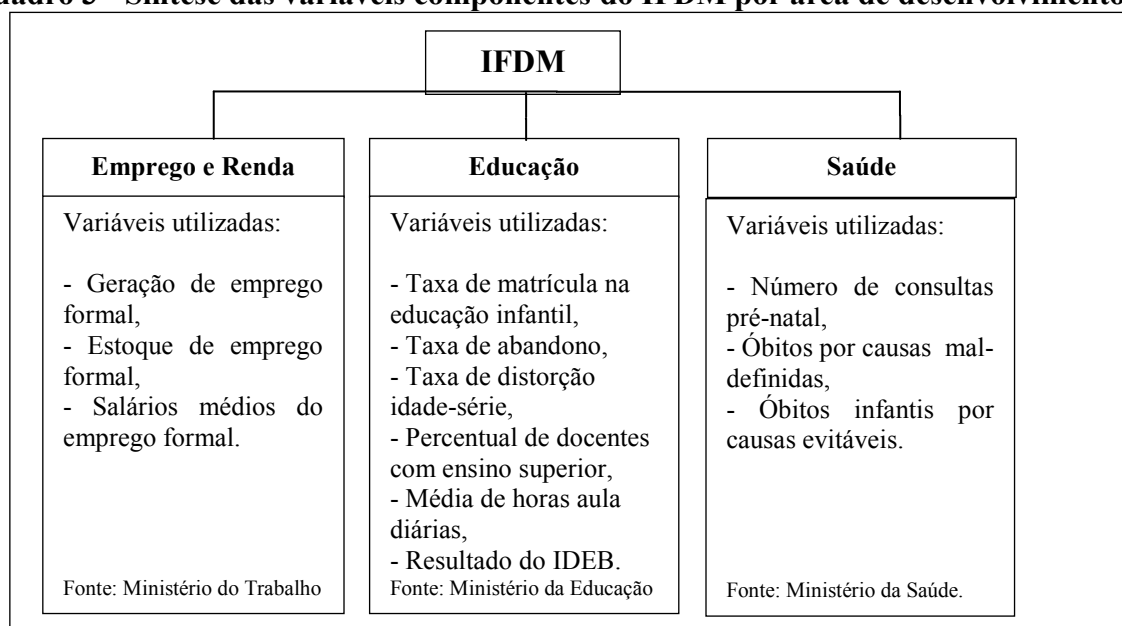
A FIRJAN na elaboração do indicador IFDM utiliza, como bases de dados, estatísticas oficiais e públicas, que são originadas muitas vezes nos registros administrativos obrigatórios. Esses grandes bancos de dados possuem as características de ter periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional, além de baixo custo de coleta e fácil acesso ao público em geral.

⁹*Accountability* remete à obrigação de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados. É um conceito da esfera ética com significados variados, frequentemente é usado em circunstâncias que denotam responsabilidade social, imputabilidade, obrigações e prestação de contas. Na administração, a *accountability* é considerada um aspecto central da governança, tanto na esfera pública como na privada, como a controladoria ou contabilidade de custos.

Portanto, o indicador IFDM permite um acompanhamento socioeconômico por parte das gestões administrativas públicas, suprimindo uma necessidade real. Privilegiando as áreas de responsabilidade e intervenção das prefeituras, especialmente em educação e saúde. Contudo, é importante chamar atenção que os resultados não dependem exclusivamente destas, mas, sim, de ações conjuntas e responsáveis das três esferas de governo, bem como da iniciativa privada e da sociedade civil organizada (IFDM, 2008).

O IFDM considera, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento humano: Emprego e Renda, Educação e Saúde, como mostra no Quadro 3, possuindo igual peso no cálculo para avaliação dos municípios brasileiros.

Quadro 3 - Síntese das variáveis componentes do IFDM por área de desenvolvimento.



Fonte: IFDM (2008)

Para cada área de desenvolvimento humano, o IFDM tem sua metodologia de cálculo, que será tratado em breve resumo para melhor compreensão desse indicador.¹⁰

¹⁰ Para maiores esclarecimentos consultar IFDM, Notas Metodológicas 01 Jul.08. Disponível em: www.firjan.org.br.

a) Emprego e Renda

De acordo com IFDM (2008), o indicador do segmento de emprego e renda identifica a movimentação e as características do mercado formal de trabalho, cujos dados são disponibilizados pelo Ministério do Trabalho.

Este indicador, como o nome sugere, é formado por duas dimensões: emprego formal (postos de trabalho gerados no ano) e renda (salário médio mensal do trabalhador). As variáveis escolhidas em cada dimensão espelham sucintamente em termos absolutos a quantidade e qualidade do emprego gerado.

Com a metodologia adotada pela FIRJAN, criaram-se mecanismos para que fosse possível captar tanto a evolução da geração de empregos formais e salários praticados, quanto o nível de desenvolvimento que eles possuem e/ou representa. Assim, cada uma dessas variáveis foi analisada e avaliada por seu tamanho relativo e sua evolução no tempo.

Porém, essas dimensões tanto para o emprego formal como o salário médio mensal, possuem o mesmo peso no indicador final de Emprego e Renda, cabendo a cada uma 50% do total.

Com a preocupação de dar igual importância para essas duas dimensões e para haver um equilíbrio das forças de quantidade e qualidade, traduzidas, respectivamente, pelo saldo quantitativo de postos de trabalho criados e pela remuneração desses trabalhos, o cálculo utilizado pela FIRJAN observa o movimento natural esperado para cada local e região, ou seja, para regiões onde há uma maior criação de empregos, observam-se menores salários. Em situação contrária, observa-se que onde há melhores salários pagos, comumente não há grandes quantidades de novos postos de trabalho.

O quadro abaixo demonstra as variáveis utilizadas para formação do indicador emprego e renda e seus respectivos pesos para a composição final do indicador.

Tabela 2 - IFDM-emprego e Renda – Emprego Formal (50%)

Indicadores	Geração de Emprego/estoque	Ordenação de Geração Negativa	Média Trienal da Geração de Emprego	Ordenação das Médias Negativas	Saldo Absoluto t	Saldo Absoluto t-1	Saldo Absoluto t-2
Pesos	7,5%	2,5%	7,5%	2,5%	15,0%	10,0%	5,0%

Fonte: IFDM (2008).

Tabela 3 - Emprego e Renda – Salário Médio Mensal (50%)

Indicadores	Crescimento Real Anual	Ordenação de Crescimento Anual Negativo	Crescimento Real/Média Trienal	Ordenação Crescimento Trienal Negativo	Valor Corrente do Salário
Pesos	5%	2,5%	5%	2,5%	35,0%

Fonte: IFDM (2008).

b) Educação

Quando se fala em países com bom desenvolvimento econômico, logo se sabe que a preocupação com educação são fatores essenciais tanto pela iniciativa pública como privada.

A educação é apontada como um dos principais pilares do desenvolvimento de um país, uma vez que uma população com educação de qualidade possui mão de obra mais qualificada, o que a torna mais competente e apta a receber melhor novos investimentos e novas tecnologias, podendo, assim, acompanhar as exigências do mundo moderno.

Segundo IFDM (2008), ter educação de qualidade não se restringe ao aluno e à escola, mas, sim, à comunidade onde a escola se insere, dando as principais diretrizes da conduta da vida em sociedade, com valores morais, éticos e sociais, com externalidades positivas a diversas áreas.

Segundo Paes e Barros e Mendonça (1997), a educação tende a provocar algumas mudanças, tais como: aumento dos salários, da produtividade, da expectativa de vida, os recursos familiares existentes são mais bem utilizados, redução no tamanho da família, com o declínio no número de filhos e aumento na qualidade de vida destes, reduzindo, portanto, o grau de pobreza futuro.

De acordo com FIRJAN (2009), o IFDM - Educação foi idealizado para captar tanto a oferta quanto a qualidade da educação oferecida nos municípios brasileiros, em escolas públicas e privadas, de acordo com as competências constitucionais de todos os municípios.

Para atingir tal finalidade, define-se um conjunto de indicadores para a composição do IFDM – Educação. A seguir expõem-se as variáveis, as quais são retratadas no quadro abaixo:

Tabela 4 - IFDM Educação

Área	Ensino Infantil	Ensino Fundamental				
Indicadores	Atendimento Educação Infantil	Distorção Idade Série	Docentes com Curso Superior	Média de Horas Aula Diárias	Abandono	Média IDEB ¹¹
Pesos	20%	10%	15%	15%	15%	25%

Fonte: IFDM (2008)

Nota: Escolas Privadas e Públicas (Municipal, Estadual e Federal); IDEB apenas Estadual e Municipal.

c) Saúde

No ponto de vista da FIRJAN (2009), é um desafio analisar a área da saúde apenas com dados estatísticos, principalmente pela falta de consonância entre os pesquisadores da área sobre quais são os melhores indicadores, tanto da saúde da população como do serviço público que presta atendimento à população, principalmente se forem consideradas as mais variadas realidades brasileiras.

Uma das principais dificuldades está em encontrar dados restritos e autênticos em determinados locais: uma delas, segundo o FIRJAN, ocorre pela

¹¹ IDEB é o índice de Desenvolvimento da Educação Básica, foi criada em 2007, ele mede a qualidade da educação e sua escala vai de 0 a 10. Fonte: Ministério da Educação.

própria característica do sistema de saúde e do atendimento oferecido nos municípios-polos – entendem-se estes como aqueles municípios que prestam atendimento a outros circunvizinhos, o que dificulta a coleta de informação e dados; outra é a baixa qualidade dos registros, mesmo os obrigatórios e municipalizados, como os da atenção básica, sendo muito frequente a sub ou super notificação.

Para minimizar esses problemas, por meio de consultas a especialistas, o IFDM procurou utilizar bancos de dados que fossem relevantes e confiáveis. Dessa forma, foram priorizados os bancos de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e sobre Nascidos Vivos (SINASC).

Ademais, procurou-se por indicadores de variáveis confiáveis e reconhecidas de controle local, pois cada município tem sua própria realidade e suas especialidades, ou seja, não se pode exigir que os mais diversos municípios possuam hospitais de ponta em todas as especialidades médicas.

Na tabela abaixo, apresenta-se de forma resumida as variáveis que compõem o IFDM – Saúde.

Tabela 5 - IFDM Saúde

Área	ATENÇÃO BÁSICA		
Indicadores	Percentual de Mais de 6 Consultas Pré-natal por nascido vivo	Óbitos de Causas Mal Definidas	Taxa de Óbito de menores de 5 anos por causas evitáveis (por 10 nv)
Pesos	33,3%	33,3%	33,3 %

Fonte: IFDM (2008)

Considerando a importância de conhecer melhor o indicador utilizado para este estudo, nota-se que ele revela a situação de cada município do Estado de Mato Grosso do Sul, demonstrando se existe ou não desenvolvimento socioeconômico, com relação às principais atividades de cada município.

3 METODOLOGIA

Para realização deste estudo, fez-se um levantamento dos dados secundários de 76 municípios pertencentes ao Estado de Mato Grosso do Sul, referentes ao ano de 2006, em termos de acesso a dados compatíveis, sendo: PIB - Agropecuário e o índice de indicador socioeconômico IFDM 2006.

Optou-se pelo IFDM como o indicador para este estudo, por ter seus dados publicados anualmente e por ser compatível para o ano estudado. Registra-se que o Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal (IDH-M) é censitário e não possui dados suficientes por município, no estado, para o ano de 2006.

O IFDM foi desenvolvido diretamente para avaliar o desenvolvimento dos municípios, utilizaram-se os dados dos municípios de MS, enquanto o IDH-M é uma adaptação do IDH desenvolvido apenas para analisar os mais diferentes países (FIRJAN 2009). Essa técnica permite tanto a comparação relativa, quanto a absoluta entre municípios ao longo do tempo, uma vez que sua metodologia permite especificar se uma melhoria relativa se deve a fatores específicos do município em questão ou a piora dos demais.

A atividade agropecuária pode ser mensurada por vários indicadores. Em busca de mensurar essa atividade como crescimento econômico, a princípio se pretendia utilizar o PIB do agronegócio, mas este se tornou inviável, em virtude da insuficiência de dados para esse tipo de estudo e mediante ao fato que os cálculos existentes são para os estados como um todo e não em nível municipal.

Diante dessa situação, houve a necessidade de um reducionismo, o que antes iria utilizar PIB do agronegócio, com maior aprofundamento de todo o conjunto que envolve todo o setor, teve que adequar à realidade e apenas mensurar o setor primário por meio do PIB - Agropecuário.

A atividade primária é composta pelo setor agropecuário e mede o desempenho da agricultura (lavouras, sem computar os insumos, processamento e distribuição dos produtos), bem como o da pecuária, ou seja,

esse critério para o cálculo do PIB - Agropecuário restringe apenas à produção com pouco processamento e valor agregado.

Com a escolha dos indicadores utilizados, foi feito um levantamento desses dados durante o mês de agosto de 2009. Após esse processo, foi realizado o teste de correlação linear de *Pearson*, e também teste de diferenças de médias, em que se verificou se existe ou não diferença entre o percentual de participação da Agropecuária e o IFDM Geral. O mesmo teste foi realizado entre o percentual de participação da Agropecuária com os índices que mensuram os segmentos de educação, saúde e emprego e renda, de acordo com a metodologia utilizada pela própria FIRJAN (2009), que classifica os municípios segundo o grau de desenvolvimento social.

Os municípios foram classificados em categorias, e fez-se um estudo comparativo entre esses grupos com a participação da agropecuária no PIB, analisando-os e identificando os municípios com maior e o menor índice social em cada subárea ao qual aglutina o índice total, ou seja, tanto no âmbito de saúde, emprego e renda como em educação.

Dentro das classificações obtidas por meio do indicador social IFDM, foi verificada a participação do PIB-Agropecuário para as seguintes situações:

1. Participação da agropecuária no PIB maior, os indicadores socioeconômicos são menores;
2. Participação da agropecuária no PIB menor, os indicadores socioeconômicos são maiores;
3. Não há nenhuma relação entre a participação da agropecuária no PIB e os indicadores socioeconômicos para cada município.

Além da classificação do indicador IFDM, de acordo com a própria metodologia FIRJAN, após os dados tabulados, foi feita uma classificação dos municípios de acordo com o valor do PIB - Agropecuário (do maior para o menor). O critério utilizado para essa classificação foi o próprio valor do PIB - Agropecuário em intervalos de 15%, em busca de melhor análise quanto à realidade encontrada nos municípios.

3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

Trata-se de um estudo qualiquantitativo, o qual observa um fenômeno social a partir do registro de dados numéricos, ou seja, do percentual de composição do setor agropecuário do PIB de Mato Grosso do Sul, bem como os índices do IFDM.

De acordo com a classificação elaborada por Vergara (2006), a pesquisa constitui-se em uma investigação de natureza exploratória sob a forma de pesquisa bibliográfica, documental, periódicos especializados e estudo de caso, por meio de dados secundários, devido ao tema abordado ser pouco explorado na bibliografia disponível no país.

Convém salientar que o estudo apresentou características de estudos comparativos, uma vez que se utilizaram registros numéricos que foram analisados um frente ao outro, visando ao levantamento das hipóteses, o que é típico de uma pesquisa de cunho exploratório (RICHARDSON *et al.*, 1975).

3.2 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados a partir de fontes secundárias, entre o início e o final de agosto de 2009. Após a coleta, foi-se montado um banco de dados utilizando o *software (minitab)*, versão demo.

Os registros documentais utilizados têm origem no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Estado do Meio Ambiente, dos Municípios, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC), Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN).

3.3 UNIVERSOS DA PESQUISA

Para estabelecer o universo a ser estudado, foram considerados, como população, os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, analisando-se 76 municípios, ficando fora do estudo a capital Campo Grande, por ter uma realidade econômica muito diferente dos demais municípios, sendo considerada com *outlier*,¹² ou seja, dados fora do padrão, bem como Figueirão por ter sido criado recentemente no ano de 2003 e não possuir dados suficientes para a finalidade estudada.

3.4 TRATAMENTO DE DADOS

Optou-se por selecionar e organizar os dados por meio de planilhas eletrônicas para, posteriormente, analisar a possível relação entre os indicadores estudados.

Foi realizado o teste de correlação linear de *Pearson*, para analisar se há ou não relação entre as duas variáveis selecionadas neste estudo, ou seja, analisar se pode haver correlação significativa entre os indicadores: PIB - Agropecuário e o indicador social IFDM.

Correlação linear, de acordo com Batalha (2001), é utilizada para avaliar a existência de uma relação linear entre os pares de valores (x,y). A relação entre duas variáveis pode ser verificada graficamente com a construção de diagramas de dispersão no qual os dados amostrais são emparelhados e plotados em um eixo vertical.

Sendo esse o primeiro passo para a realização de um estudo de correlação, eles representam relações que podem existir entre pares de valores, ou seja, quando as variáveis x e y variam conjuntamente de forma linear, tanto positivo ou negativo, pode-se afirmar que existe uma correlação linear entre as variáveis (BATALHA, 2001).

¹² *Outlier*= As observações que apresentam um grande afastamento das restantes ou são inconsistentes com elas são habitualmente designadas por *outliers*. . Pode ser caracterizado pela sua relação com as restantes observações que fazem parte da amostra. O seu distanciamento em relação a essas observações é fundamental para se fazer a sua caracterização. Essas observações são também designadas por observações "anormais", contaminantes, estranhas, extremas ou aberrantes. (FIGUEIRA, 1998).

Essa correlação pode ser avaliada pela covariância:

$$Cov = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{n}$$

Quando a correlação for positiva, tanto x e y , o valor é positivo, ou seja, ambos crescem no mesmo sentido. Mas, quando a covariância for negativa, registra-se uma variável decresce em relação à outra que aumenta.

Nos demais casos, quando a covariância for pequena ou próxima de zero, há a indicação de que não existe correlação linear (SARTORIS, 2003).

Segundo Sartoris (2003), em estatística descritiva, o coeficiente de correlação de *Pearson*, também chamado de "coeficiente de correlação produto-momento" ou simplesmente de " ρ de *Pearson*", mede o grau da correlação (e a direção dessa correlação, se positiva ou negativa) entre duas variáveis de escala métrica. Esse coeficiente, normalmente representado por ' ρ ' assume apenas valores entre -1 e 1.

Assim, utiliza-se o coeficiente de correlação entre duas variáveis definido por Pearson como:

$$r = \frac{S_{xy}}{\sqrt{S_{xx} S_{yy}}} \quad \text{onde } S_{xy} = \sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y}); S_{xx} = \sum (x_i - \bar{x})^2; \text{ e } S_{yy} = \sum (y_i - \bar{y})^2$$

O coeficiente de correlação apresenta algumas características importantes, de acordo com (BATALHA 2001):

- É adimensional.
- Se a correlação é perfeita e positiva, o coeficiente é igual a 1. Se for negativa e perfeita, entre as duas variáveis, isto é, se uma aumenta, a outra sempre diminui, será igual a -1.
- Se não existir correlação linear perfeita, será $-1 < r < 1$.

4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste Capítulo, discorre-se sobre a exploração, a análise e a interpretação do material obtido na fase da coleta de dados.

4.1 ANÁLISES EXPLORATÓRIAS DOS DADOS PARA A APLICAÇÃO DE CORRELAÇÃO LINEAR E TESTE DE MÉDIAS

Após os dados coletados e sistematizados no programa estatístico, foi realizado o teste de correlação linear de *Pearson*, e não se constatou correlação significativa (-0,227) entre o IFDM e a participação da agropecuária no PIB municipal (p-valor = 0,043).

O mesmo foi feito para os segmentos que formam o indicador Geral, composto por Educação, Emprego e Renda, e Saúde, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 6 - Teste de Correlação linear para os indicadores que compõem o IFDM- dos Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul – MS (2006).

Nível	Correlação	P
Emprego e Renda	- 0,472	< 0,001
Educação	-0,110	0,345
Saúde	0,123	0,289
Geral	-0,227	0,049

Fonte: Elaborada pela Autora.

Quanto ao setor saúde, pode-se concluir que houve uma pequena correlação positiva, de 0,123 e p-valor = 0,289, que será melhor explicada posteriormente.

Para os testes realizados, os grupos dos municípios de Mato Grosso do Sul foram classificados de acordo com a própria metodologia adotada pela FIRJAN, que classifica os municípios de acordo com seu índice de desenvolvimento, como ilustra o quadro abaixo.

Quadro 4 - Classificação do IFDM.

IFDM	Classificação
0 a 0,4	Baixo estágio de desenvolvimento
0,4 a 0,6	Desenvolvimento regular
0,6 a 0,8	Desenvolvimento moderado
0,8 a 1,0	Alto desenvolvimento

Fonte: FIRJAN (2009).

Os municípios pertencentes ao Mato Grosso do Sul tiveram valores de IFDM entre 0,4 e 0,8, ou seja, ficaram nos grupos considerados com de “Desenvolvimento Regular” e “Desenvolvimento Moderado”, conforme mostra o gráfico 1.

Tabela 7 - Estatísticas descritivas dos grupos de IFDM*- MS (2006).

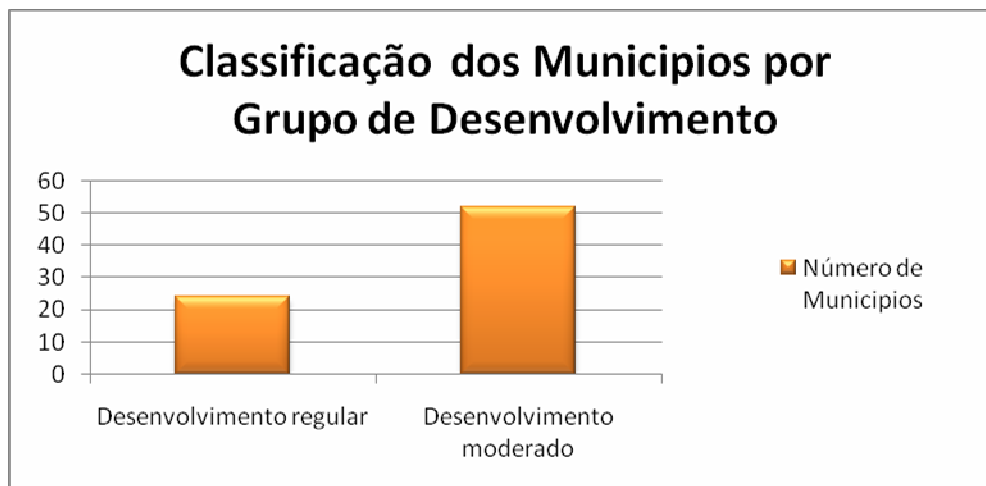
Grupo	N	Média	Mínimo	Máximo
Desenvolvimento regular	24	0,56	0,45	0,60
Desenvolvimento moderado	52	0,65	0,60	0,74

Fonte: Elaborada pela autora

* Os valores estão aproximados com duas casas decimais, mas na análise foram feitos com cinco casas decimais.

Nota-se que, entre os municípios estudados, nenhum deles pertence aos dois extremos, ou seja, nem pertence ao baixo desenvolvimento nem ao alto desenvolvimento social, ficando os municípios classificados apenas em grupos de desenvolvimento intermediários.

Gráfico 1 - Classificação por Grupo de Desenvolvimento - IFDM dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul – MS (2006).

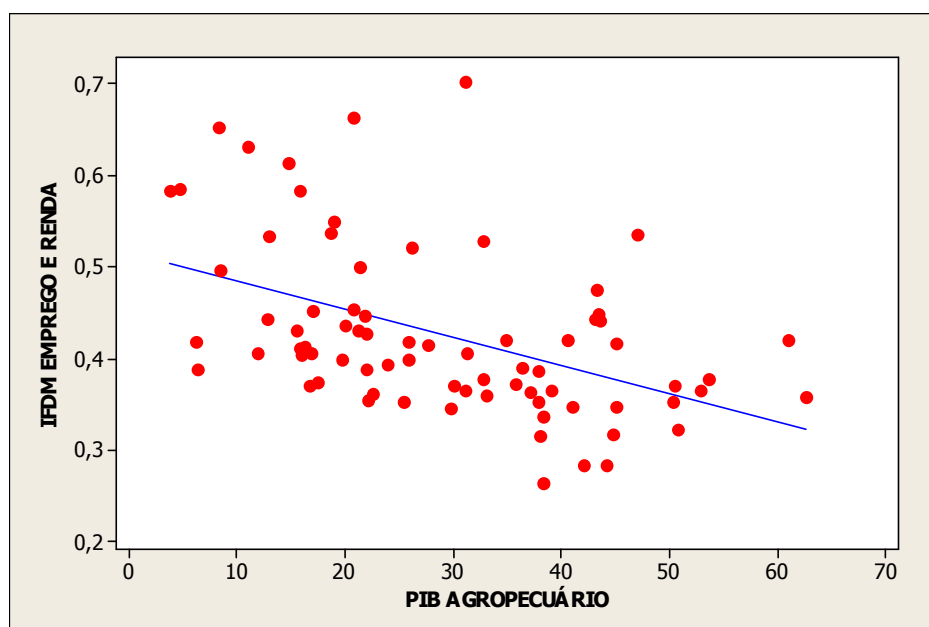


Fonte: FIRJAN (2009) elaborada pela autora.

Foram estudados 76 municípios, dos quais 52 foram classificados como pertencentes ao grupo de Desenvolvimento Moderado e 24 ao grupo de Desenvolvimento Regular.

A seguir, expõem-se gráficos de dispersão para cada uma das áreas que aglutinam o indicador final, a fim de identificar os municípios que têm os melhores indicadores para cada segmento e, também, quais são os municípios com os piores índices, analisando qual desses subíndices ajuda ou não na média geral do IFDM para as respectivas localidades.

Gráfico 2 – Diagrama de Dispersão entre IFDM-Emprego e Renda e a participação no PIB-Agropecuário dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul – MS (2006)



Elaborada pela autora

Fonte:

A área de Emprego e Renda, de acordo com a classificação dos municípios estudados, apresentou um dos piores índices atingidos, ou seja, essa área fez com que a média geral dos municípios caísse.

De acordo com o gráfico da dispersão, confirma-se que não houve correlação ou influência direta da participação do PIB - Agropecuário na análise do IFDM-Emprego e Renda.

Mesmo não havendo correlação entre esses indicadores, convém apresentar alguns destaques para os municípios que tiveram os melhores e piores índices, os quais se distanciaram da média geral, ou seja, da reta linear conforme mostra o gráfico.

Um dos pontos que houve grande distanciamento é o da cidade de Rio Brilhante, que obteve boa classificação quanto ao seu índice, ficando no grupo Desenvolvimento Moderado, com IFDM-Emprego e Renda de 0,70.

De acordo com dados obtidos na SEMAC (2006), o município representa 1,12% da área territorial do estado, sendo considerado de médio porte, com economia baseada no comércio, seguida pela agricultura, e para o ano estudado possui um PIB - Agropecuário de 31,12%.

É um município com boa arrecadação de ICMS, com destaque para o setor agrícola, ocupando a 9º posição no estado com sua contribuição para formação do PIB/MS. Atualmente, é considerada como maior polo da agroindústria oriunda do setor sucroalcooleira do estado, sendo considerado o segundo maior município com produção de cana de açúcar no Brasil¹³, segundo Gehlen (2009).

Outro município que se manteve distanciado da reta linear foi São Gabriel do Oeste, com índice IFDM-emprego e renda de 0,66.

Segundo a SEMAC (2006), São Gabriel do Oeste com área de 1,08% no estado, tem sua economia baseada na indústria e comércio, com PIB-Agropecuário de 20,80% no ano de 2006.

Quanto aos indicadores que indicam seu desenvolvimento socioeconômico, suas características são parecidas com as de Rio Brilhante, ficando classificado em quase todos os segmentos como desenvolvimento moderado. Apenas em relação à saúde, subiu sua média para o grupo de alto desenvolvimento.

Esse município destacou-se no setor da indústria, com sua maior participação na arrecadação de ICMS por atividade. Para formação do PIB/MS, ele ocupa o 13º lugar no ranking do estado; possui característica produtora de grãos, como soja, milho, sorgo e também produção de pecuária: bovinos e suínos, o qual é conhecido como a cidade do Porco no Roleta¹⁴, indicando ser um município que recebe turistas, em virtude da tradição da

¹³GEHLEN, M.A. MS tem 6 municípios entre os 50 com maior produção rural, Correio do Estado. Campo Grande, 18 de outubro de 2009.

¹⁴ Porco no rolete= prática e costume da cidade, em fazer festa do porco, assar no rolete.

feira, o que evidentemente melhora na renda da população e na qualidade de vida.

No que se refere ao ramo da indústria dessa cidade, o que chamou a atenção foi a quantidade de indústrias voltadas para área da agroindústria: sendo onze no ramo de alimentos e dez estabelecimentos que trabalham na prestação de serviços de armazenagem para grãos.

De acordo com Mendes e Padilha (2007), esses municípios, como indicaram os índices, possuem um bom desenvolvimento social e econômico em todas as áreas pesquisadas, confirmando o conceito do autor. Portanto, para haver o processo de desenvolvimento econômico, é necessária a transformação das economias rurais, de modo a centrá-las na industrialização e na prestação de serviços, pois a sociedade depende de um sistema de comercialização, e que evidentemente causa necessidade de uma mudança e organização no que se refere às atividades comerciais agrícolas.

Ao encontro dessa linha de pensamento, Souza (2005) afirma que no setor da agricultura pode haver uma correlação positiva entre o crescimento agrícola e os demais setores, podendo, ainda, ocorrer, tanto na participação da agricultura no produto total, como por suas interligações intersetoriais principalmente com a indústria, como nos municípios de Rio Brilhante e São Gabriel do Oeste, pois ambos demonstram que já iniciaram suas atividades no ramo agroindustrial.

Esses municípios, embora possuam um bom desenvolvimento socioeconômico, não apresentaram correlação entre os indicadores IFDM – emprego e renda junto ao PIB - Agropecuário, o que pode ser explicado pelo fato de os setores primários desses municípios ainda não possuírem valor agregado suficiente para o aumento do crescimento econômico, quando se trata de todos os municípios do estado.

Ainda de acordo com o observado no gráfico de dispersão, os municípios que obtiveram os piores índices foram Anaurilândia com 0,28 e Laguna Carapã com 0,26, que apresentou um grande distanciamento da reta linear.

De acordo com dados da SEMAC (2006), o município possui um percentual no PIB - Agropecuário considerável de 38,37%, mas tem pouca participação na indústria. Área territorial é pequena, pois representa apenas 0,48% no estado.

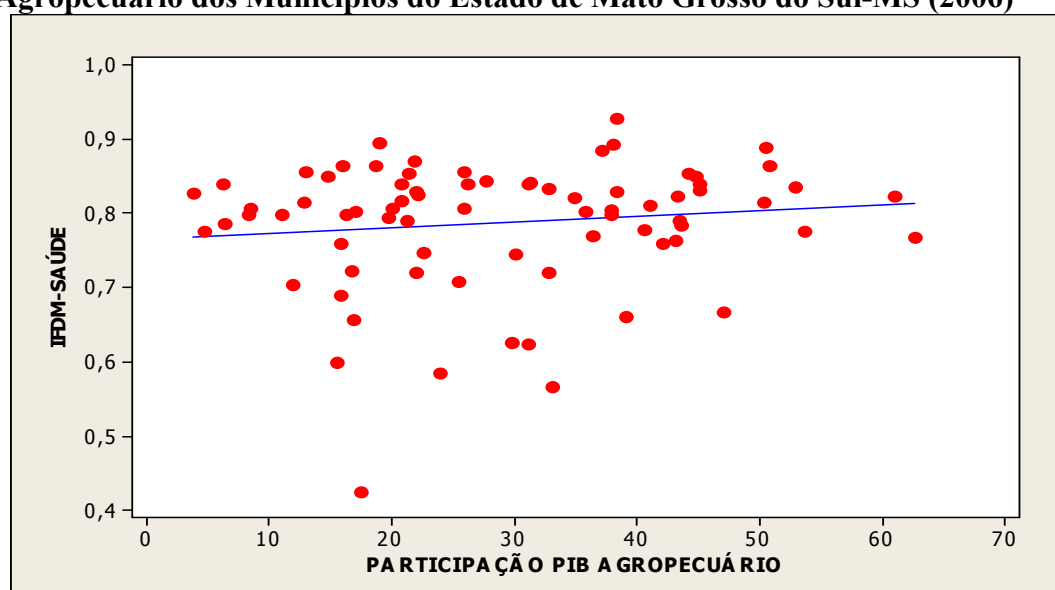
Convém registrar que o município apresenta uma pequena arrecadação de ICMS, destacando-se o setor da agricultura, com a produção de grãos (milho e soja), bem como o da pecuária, especificamente com os bovinos, que possuem uma posição distante na contribuição para formação do PIB/MS, ocupando a 52º lugar no ranking do estado.

Nota-se que esse município obteve uma boa média quanto ao IFDM geral, conquistada pelas áreas da saúde e educação, confirmando o que mencionam Gremaud *et al* (2008), para os quais, havendo qualidade de vida da população, os indicadores devem estar diretamente relacionados e, dessa forma, permite analisar oportunidades no mercado de trabalho para a população residente.

Contrariando o que o autor disse, não houve melhorias para o indicador emprego e renda em Laguna Carapã, pois se pode afirmar que na realidade são setores assistidos pelas esferas no âmbito municipal, estadual e federal.

No que se refere ao indicador IFDM-Saúde, o gráfico de dispersão mostra uma pequena correlação positiva com o PIB - Agropecuário.

Gráfico 3 – Diagrama de Dispersão entre IFDM-Saúde e a participação no PIB-Agropecuário dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul-MS (2006)



Fonte: Elaborada pela autora

O IFDM-Saúde foi o indicador que trouxe melhores resultados entre os municípios de MS. A média brasileira no ano de 2006 avançou em relações há anos anteriores, atingindo patamares de 0,7699 pontos. No estado, muitos de seus municípios atingiram maiores pontos que em nível nacional, destacando-se o município de Angélica com 0,93 pontos e Itaporã com índice de 0,89, que fazem parte do grupo de alto desenvolvimento.

Nota-se que houve correlação positiva entre o PIB-Agropecuário e o indicador IFDM-saúde. Embora seja pequena, vale destacar alguns municípios que apontaram maior distanciamento da reta linear, como pode ser notada no gráfico acima.

O município de Angélica é um desses, pois se destaca pelo bom índice da saúde. Em contraste com a área da saúde, esse município possui um baixo índice de emprego e renda, totalizando 0,34 pontos, o que o classifica no pior grupo, o de baixo desenvolvimento, e quanto à educação ficou dentro dos 0,74 pontos, ou seja, um estágio moderado de desenvolvimento.

Possuindo como principais atividades econômicas o comércio e os serviços, seguidos da agropecuária e com característica forte para a pecuária, apresenta maior arrecadação de ICMS no município e ocupa a 61ª posição no ranking, com relação a sua contribuição para formação do PIB/MS.

Quanto à atividade da agropecuária, sua participação no PIB-Agropecuário é de 39,09%, segundo relatórios da SEMAC (2006), destacando para produção (milho, mandioca, leite e mel), o que faz caracterizar o município como possuidor de uma agricultura de pequenos produtores rurais (agricultura familiar); e também com produção pecuária, com o gado bovino em regime extensivo.

Por outro lado, por ser um município pequeno, com menos de 7 mil habitantes de acordo com os dados da SEMAC (2006), possui uma gestão municipal junto a programas do governo, voltados para a assistência social, o que reforça e contribui para assistência às famílias no programa do governo federal.

Pode-se afirmar que, de acordo com o IFDM (2008), onde as políticas públicas são adotadas para o âmbito da saúde há mais atenção básica para a saúde da mulher e da criança.

Portanto, conclui-se que as melhorias voltadas para o setor da saúde fazem com que a grande maioria dos municípios eleve seus índices, contrariando os resultados obtidos por SANTOS (2001), os quais relatam que o crescimento do PIB da agricultura faz com que outro setor cresça simultaneamente.

O que pode ter ocorrido, também, é justamente ter um setor que represente bem a atividade da agropecuária em um município e, embora não melhore o nível de emprego e renda, possui bons índices de educação e saúde, o que são favorecidos por serem assistidos pelo governo em nível federal, estadual e municipal.

Ainda referente ao IFDM-Saúde, merecem destaque os municípios que obtiveram os piores índices, contrariando a equação da correlação existente, de acordo com o gráfico de dispersão, quais sejam: Tacuru e Japorã.

Esses municípios possuem uma participação relevante no setor do PIB-Agropecuário e baixo índice de IFDM-Saúde.

Tacuru é um município pequeno (SEMAG, 2006), está entre os piores PIB *per capita*, pois gera poucas divisas e empregos, ocupa o 59º lugar no ranking estadual com relação a sua contribuição para a formação do PIB/MS; sua participação no PIB-Agropecuário pode ser considerada alta (33,01%) e apresenta uma boa arrecadação do ICMS, no tocante à atividade pecuária, embora apresente IFDM-saúde de 0,56.

Porém, Tacuru revela ser um município sem assistência na área da saúde, em relação aos demais municípios do estado por parte dos gestores públicos. De acordo com dados da SEMAG, possui alto índice de mortalidade infantil e neonatal e conta apenas com um hospital com oito leitos e três centros de saúde no ano de 2006.

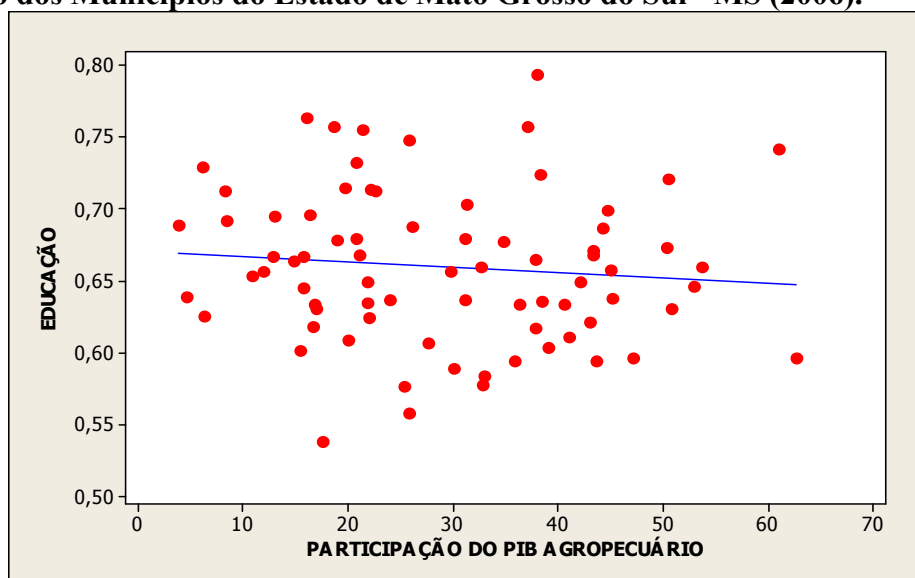
Japorã é o município que está bem distante da reta linear, o que contraria totalmente a equação, ou seja, possui um PIB-Agropecuário de 17,51% e baixo IFDM-Saúde, o menor índice com apenas 0,42.

De acordo com dados obtidos por meio da SEMAC (2006), no âmbito da saúde, Japorã tem um alto índice de mortalidade neonatal e infantil, possui apenas dois centros de saúde e nenhum hospital, demonstrando fragilidade na assistência em saúde para a população residente, comparando com os demais municípios.

Isso pode ser explicado pelo fato de este município possuir baixa arrecadação municipal e de ICMS, e pouca assistência dos programas do governo federal, ou seja, baixos investimentos em políticas públicas.

Esse fenômeno torna-se preocupante pela falta de assistência em alguns pequenos municípios do estado, como os exemplos citados acima; mesmo com os planos do governo federal, juntamente com órgãos competentes como o S.U.S (Sistema Único de Saúde), com atendimento e assistência gratuita a toda população, mostra-se que falta iniciativa e ações públicas voltadas para essa área de assistência que tanto necessita para melhoria de qualidade de vida.

Gráfico 4 - Diagrama de Dispersão entre IFDM- Educação e a Participação no PIB-Agropecuário dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul - MS (2006).



Fonte: Elaborada pela autora

De acordo com a dispersão entre IFDM-Educação e PIB-Agropecuário, pode-se registrar que não houve correlação. No entanto, não deixa de ser interessante discutir os municípios que se destacaram com os melhores e os menores índices de IFDM-educação, ou seja, são municípios que se distanciaram muito da reta linear.

Quanto à média nacional, o IFDM-Educação, em 2006, atingiu 0,6787 pontos. A nota máxima conquistada no estado de MS foi em Rio Negro, com índice de 0,79, passando da média nacional, ficando em primeiro lugar no ranking neste indicador, o que o classificou no grupo do desenvolvimento moderado. Seguindo nesse mesmo nível, têm-se o município de Cassilândia, com índice de 0,76, Chapadão do Sul, Taquarussu e Vicentina ambos com índice de 0,75.

Destaque como município número um em educação, Rio Negro possui uma economia baseada na agricultura, pecuária e comércio, com uma baixa população, estimada em 5.305 habitantes (SEMAC, 2006), apresentando um percentual do PIB-Agropecuário de 37,80%.

Dentro dos indicadores socioeconômicos, o IFDM-Educação classificou-o como o melhor município, atendendo aos requisitos adotados pela metodologia FIRJAN no IFDM (2008), cujo nível serve para avaliar o quanto o município oferta em escolas públicas ou privadas, de acordo com suas competências constitucionais. Para que o município obtenha êxito nesse âmbito, basta que tenha ensino fundamental e que seja adequado quanto aos parâmetros do IFDM, ou seja, apresente ensino fundamental de qualidade.

Isso pode ser comprovado em Rio Negro que, segundo SEMAC (2006), possui três escolas estaduais, duas municipais e uma particular. Para formação desse indicador, avalia-se o atendimento na educação infantil, no ensino fundamental, bem como qual é a distorção de Idade Série, qual o percentual de docentes com curso superior, médias de horas-aula, taxa de abandono e média do IDEB são consideradas adequados.

Nesse município, o índice IFDM-Emprego e renda obteve o pior resultado. Segundo Paes e Barros e Mendonça (1997), a educação tende a elevar os salários de acordo com o aumento da produtividade, expectativa de vida, redução do tamanho das famílias, que conseqüentemente ajuda a ter melhor qualidade de vida e redução de pobreza no futuro.

Porém, observa-se em Rio Negro que, mesmo com um melhor índice na educação, ainda não houve aumento de renda, não melhorando a qualidade de

vida. Para que isso de fato ocorra, o processo de desenvolvimento deve se dar ao longo do tempo, ou seja, em um período maior.

De acordo com os estágios de desenvolvimento apresentados por Walt Rostow *apud* Mendes e Padilha Junior (2007), Rio Negro possui característica de um município ainda no primeiro estágio para o desenvolvimento, pois comprova a predominância do setor agrário, ou seja, pouca tecnologia e baixa renda *per capita*.

Mas, de acordo com diversos autores mencionados no referencial, como, por exemplo, Mendes e Padilha Junior (2007), para haver desenvolvimento não é necessário somente uma boa renda, ou bom índice *de PIB per capita*, e sim elevados índices de educação e saúde.

Gremaud *et al* (2008), com outra linha de pensamento, explica que para quantificar o grau de desenvolvimento, quanto maior a renda, ou PIB *per capita*, maiores serão as chances de a população ter uma boa qualidade de vida.

Para fins desse estudo, foi considerado o conceito do autor citado acima, ou seja, é preciso que a população tenha uma boa renda, para que possa em consequência atingir seus outros objetivos e atender a suas necessidades, além, é claro, de estar em consonância entre a educação e saúde para terem melhor índice de desenvolvimento.

Quanto ao outro grupo de desenvolvimento, 10 municípios de MS ficaram classificados como desenvolvimento regular.

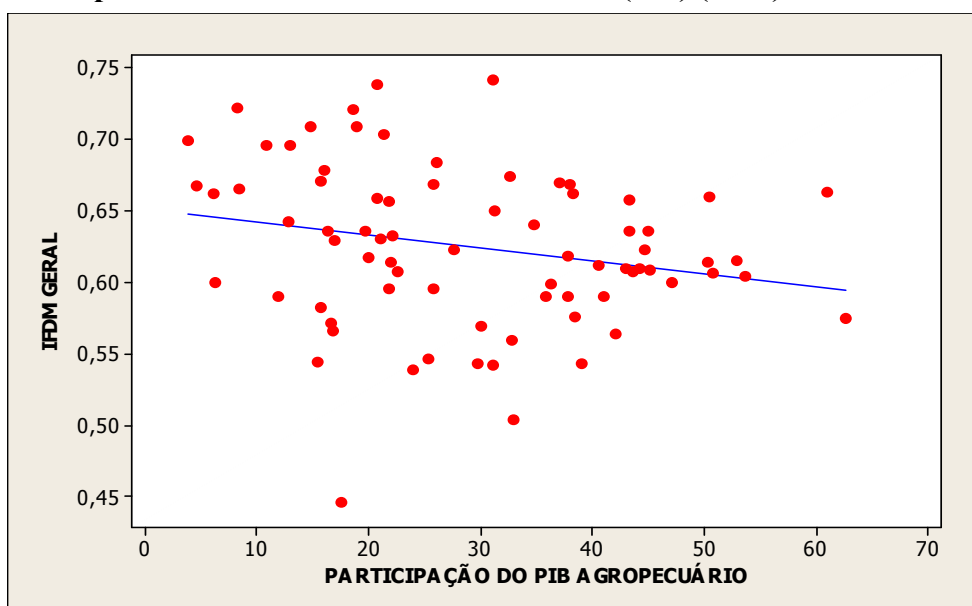
O município que obteve o menor índice no IFDM-Educação foi Japorã (0,53), como já foi mencionado, o mesmo possui baixo nível também na saúde (0,42) e na área de emprego e renda (0,37).

Japorã não atende aos critérios exigidos de acordo com as exigências da metodologia adotadas pela FIRJAN (2009), ou seja, para se ter bom índice de educação, precisa-se que a cidade apresente oferta e qualidade de educação apenas de ensino fundamental, tanto em escolas públicas e privadas.

Portanto, pode-se considerar a cidade de Japorã pouco desenvolvida no estado, encontrando-se em todas as áreas com baixo índice de

desenvolvimento socioeconômico. Além de também ter um pequeno crescimento econômico, conforme dados da SEMAC (2006), é o município que menos contribui para a formação do PIB/MS, possuindo o pior índice PIB *per capita*. Dessa maneira, conclui-se que Japorã é um município que precisa de ações imediatas dos órgãos competentes para todos os âmbitos do setor social, possibilitando, assim, melhorias na qualidade de vida das pessoas.

Gráfico 5 - Diagrama de Dispersão entre o IFDM e a Participação no PIB-Agropecuário dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul (MS) (2006).



Fonte: Elaborada pela autora

O PIB-Agropecuário não apresentou correlação com o IFDM Geral, mas convém destacar os pontos no gráfico de dispersão que estiveram mais distante da reta linear, ou seja, existem municípios com bons índices de IFDM geral e também com baixo índice.

No grupo de Desenvolvimento Moderado, destacam-se os municípios de Rio Brilhante e São Gabriel, ambos com índice (0,74).

Rio Brilhante, como já foi mencionado, obteve boa classificação em todas as áreas em relação ao desenvolvimento socioeconômico, ou seja, índice de 0,70 para IFDM-emprego e renda; 0,68 para IFDM educação e 0,84 IFDM da saúde, todos com moderado desenvolvimento, estando a saúde em alto desenvolvimento.

O município tem uma boa participação do PIB-Agropecuário (31,12 %) e bom índice de IFDM geral (0,74), mas contraria a equação, demonstrando não haver correlação, ou seja, o PIB cresce e o IFDM também.

São Gabriel do Oeste, também, com 0,74 de IFDM geral, é uma cidade que possui bons indicadores sociais, como emprego e renda, índice de 0,66; para a área da saúde 0,81 e na educação 0,73.

Os dois municípios possuem a mesma característica, o que contraria a equação, pois possuem uma razoável percentagem do PIB-Agropecuário e uma boa média do indicador IFDM geral.

Esse fenômeno ocorrido com os municípios mencionados acima confirma o entendimento de Milone (1988), ou seja, que desenvolvimento é um processo de domínio consecutivo do setor de produção primário (agricultura), seguido do secundário (manufatura) e por fim do setor terciário (comércio e serviço). Entende-se que, além das mudanças de caráter quantitativo, deve haver modificações que alterem a composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia. De acordo com o referido autor, deve-se observar a presença de características que definam desenvolvimento econômico ao longo do tempo como:

1. Crescimento do bem estar econômico, através dos indicadores de natureza econômica como: produto nacional total, produto nacional per capita;
2. Diminuição dos níveis de pobreza, desemprego, desigualdade;
3. Elevação das condições de saúde, nutrição, educação, moradia.

Ainda de acordo com o autor, esses municípios indicam ter uma boa qualidade de vida por possuírem bons indicadores sociais, crescimento econômico caminhando para a industrialização, boa geração de emprego, bom índice de saúde e educação.

Esses municípios possuem um bom desenvolvimento socioeconômico, mas, como se sabe, não houve correlação entre os indicadores IFDM-emprego e renda junto ao PIB-Agropecuário, podendo-se concluir que os setores primários ainda não possuem valor agregado suficiente para o aumento do crescimento econômico, quando se trata de todos os municípios do estado.

Para o grupo de desenvolvimento regular, os municípios que obtiveram os melhores índices foram Porto Murtinho e Terenos com 0,60. Ainda nessa

categoria, os municípios que tiveram os piores índices foram Tacuru com 0,50 e Japorã com 0,45.

Novamente o município de Japorã em destaque, justamente por obter baixos índices em todas as áreas que determina o IFDM geral (0,45), ou seja, saúde (0,42), educação (0,53) e emprego e renda com o pior índice (0,37).

Este demonstrou ser um município desassistido pelo âmbito das esferas municipal, estadual e federal e apresentou como atividade econômica a agropecuária e o comércio/serviço, com baixíssima geração de emprego. Esses subíndices permitiram que a média geral mostrasse realmente a realidade desse município.

Para a área de emprego e renda, esse fenômeno pode ser confirmado com as citações feito por Drucker (2002), ou seja, o município possui certa produção agrícola, podendo ser confirmado com dados fornecidos pela SEMAC. Mas, como o autor afirma, o crescimento agrícola aumenta, mas não na mesma proporção em relação ao PIB, e relata faltar valor agregado, transferindo essa margem aos demais setores.

Para verificar se há diferença entre o percentual de participação da Agropecuária entre os grupos de IFDM, foi realizado o teste de diferença de médias, com 95% de confiabilidade. Os resultados estão na tabela abaixo.

Tabela 8 - Teste de diferenças de médias entre os grupos de IFDM e o percentual de participação da agropecuária no PIB dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul-MS (2006).

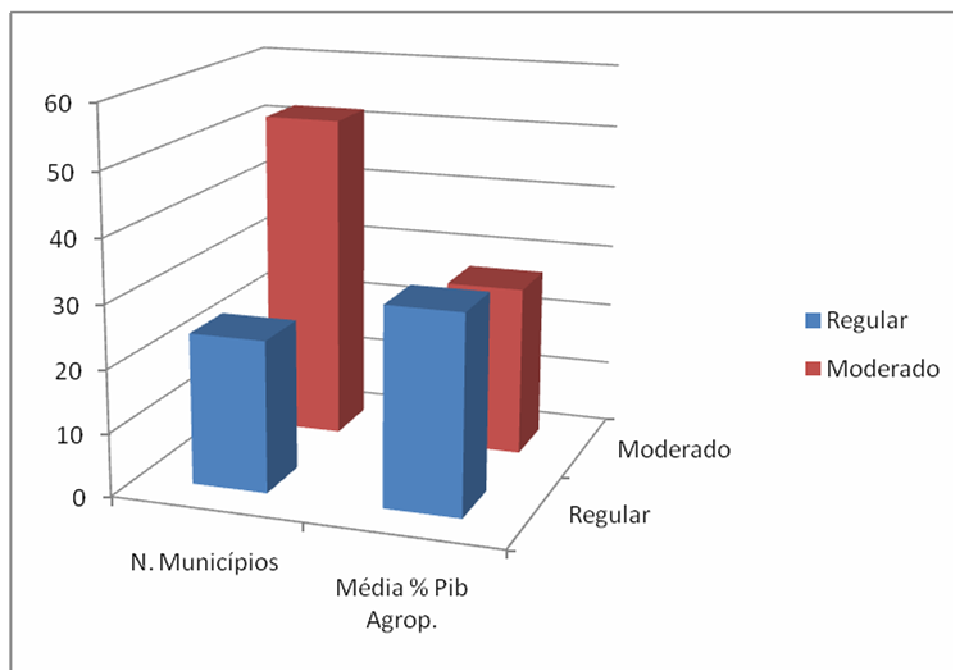
	Level	N	Média IFDM	Média PIB Agrop.	D.P.	F	P
Emprego e Renda	Baixo	35	0,35	33,92	12,66	6,58	0,002
	Regular	36	0,46	24,52	13,76		
	Moderado	5	0,65	17,2	9,08		
Educação	Regular	10	0,58	35,45	12,98	3,03	0,086
	Moderado	66	0,67	27,3	13,9		
Saúde	Regular	4	0,54	22,52	7,76	0,38	0,687
	Moderado	30	0,74	29,02	14,84		
	Alto	42	0,85	28,46	13,91		
IFDM Geral	Regular	24	0,56	31,34	11,79	1,6	0,211
	Moderado	52	0,65	27	14,78		

Fonte: Elaborada pela autora

Com análise dos dados dos municípios estudados, no total de 76, identificou-se cada área que forma o indicador IFDM junto ao PIB-Agropecuário, para analisar onde a atividade agropecuária influencia o setor socioeconômico.

Considerando o teste de diferenças, criaram-se gráficos de histograma para melhor visualização.

Gráfico 6 - Média Geral dos grupos IFDM Geral e Média do PIB-Agropecuário nos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul - MS (2006).

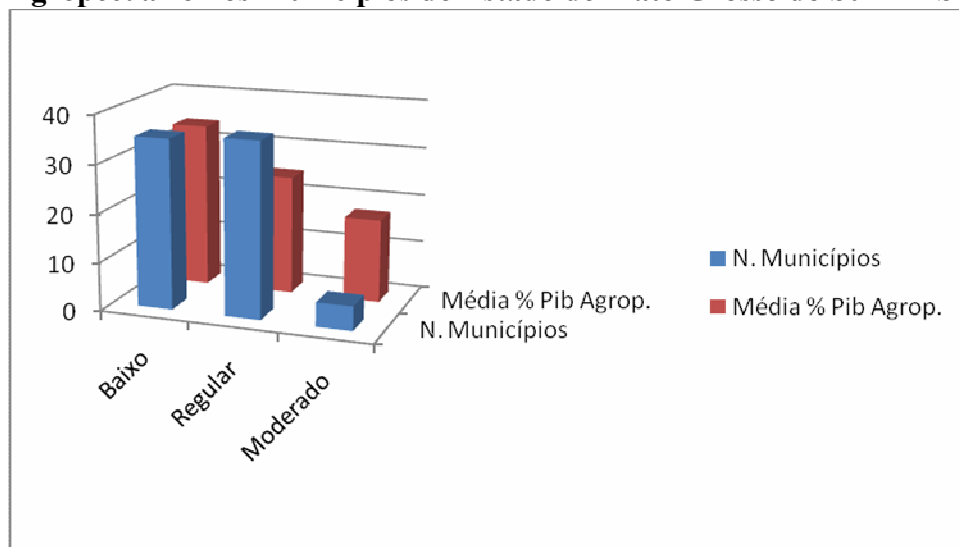


Fonte: Elaborada pela autora

Os municípios de MS classificaram-se em dois grupos de desenvolvimento: 24 no grupo de desenvolvimento regular, com média de IFDM 0,56 e média do PIB-Agropecuário 31,34%; e 52 municípios no grupo de moderado desenvolvimento, com a média de 0,65 para o IFDM geral e 27 % média do percentual do PIB-Agropecuário.

Quanto à área do IFDM-Emprego e Renda e ao percentual de participação da agropecuária no PIB do município, os indicadores demonstram que os municípios estão classificados em três grupos de desenvolvimento socioeconômico.

Gráfico 7 - Média Geral dos grupos IFDM-Emprego e Renda e Média do PIB-Agropecuário nos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul – MS (2006).



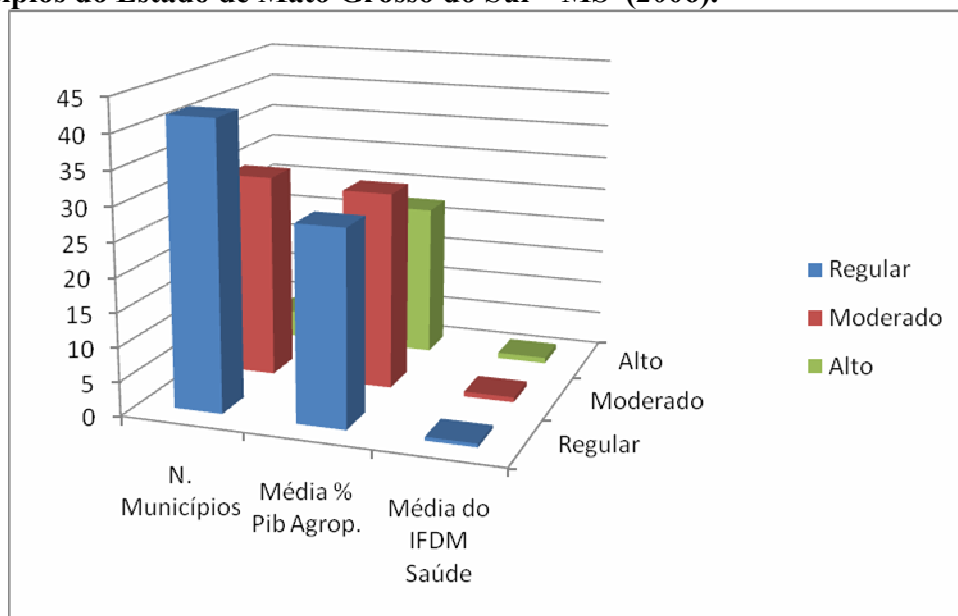
Fonte: Elaborada pela autora

De acordo com o histograma, observa-se que o melhor resultado obtido foi a classificação de cinco municípios como de desenvolvimento moderado, possuindo a média do IFDM-Emprego e Renda de 0,65 e a média do percentual do PIB-Agropecuário de 17,2%. Para os municípios que se classificaram no grupo de desenvolvimento regular, um total de 36, registraram-se a média de IFDM-Emprego e Renda de 0,46 e a média PIB-Agropecuário de 33,92%. Por fim, os municípios que se classificaram no grupo de pior índice, ou seja, baixo desenvolvimento, foram 35 municípios, um número expressivo, com média de IFDM-Emprego e Renda de 0,35 e média do PIB-Agropecuário de 24.52%.

No desenvolvimento socioeconômico, para o âmbito de emprego e renda, nota-se que os índices são menores, em comparação com os demais segmentos, e esse item faz com que a média geral do índice venha cair, podendo ser explicado, assim, o baixo índice de geração de emprego e renda no setor.

O Estado de Mato Grosso do Sul apresenta resultados significativos no setor agropecuário, pois, embora não sendo um estado com grande população, possui grandes extensões de terras propícias para a agricultura e a pecuária, principalmente de corte extensiva, tendo como principal atividade o setor do agropecuário.

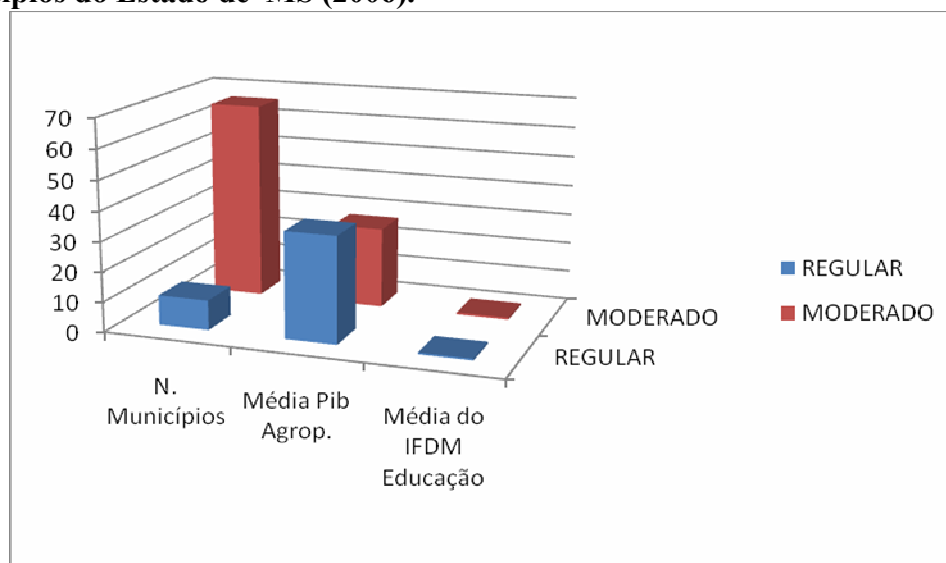
Gráfico 8 - Médias por grupos de IFDM-Saúde e Médias do PIB-Agropecuário nos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul – MS (2006).



Fonte: Elaborada pela autora

Segundo o IFDM-Saúde, os municípios são classificados em três grupos: o grupo de Alto Desenvolvimento, com um grande número de municípios (42), apresentando a média de 0,85 e a média do PIB-Agropecuário de 28,46%; no grupo de Desenvolvimento Moderado, há 30 municípios, com a média do IFDM-Saúde de 0,74 e a do PIB-Agropecuário de 29,02%; finalizando, há o grupo de Desenvolvimento Regular, com quatro municípios, com a média no grupo de IFDM-Saúde de 0,54 e do PIB-Agropecuário de 22,52 %, demonstrando que no geral o indicador que avalia a saúde é ótimo em comparação com as demais subáreas para formação do IFDM.

Gráfico 9 - Média dos grupos IFDM Educação e Média do PIB-Agropecuário nos Municípios do Estado de MS (2006).



Fonte: Elaborada pela autora

No tocante à vertente de educação, os municípios do Estado de MS classificaram-se nos dois grupos intermediários de desenvolvimento, sendo a grande maioria (66 municípios) no grupo de desenvolvimento moderado, com a média para o IFDM educação de 0,67 e a média do PIB-Agropecuário de 27,3%; e 10 municípios com o desenvolvimento regular, com a média do IFDM educação de 0,58 e a média do PIB-Agropecuário de 35,35%.

De acordo com os histogramas, com a tabela e o teste de diferenças das médias, pode-se afirmar que não houve influência direta do setor agropecuário no indicador IFDM, com exceção apenas para a saúde.

A próxima tabela pertence à classificação de acordo com o próprio valor do PIB-Agropecuário, em ordem decrescente para avaliar os possíveis grupos que formam a média do indicador para cada área.

Tabela 9 - Classificação de Grupos por meio do PIB-Agropecuário dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul –MS (2006).

PIB-Agropecuário	N	Média PIB Agropecuário %	Média PIB Indústria %	Média PIB Com/Serviço %	IFDM Geral	IFDM E/ R	IFDM Educação	IFDM Saúde
60,01 – 63,0%	2	61,75%	3,25%	35,01%	0,618	0,389	0,669	0,796
45,01% - 63,0%	8	49,41%	5,68%	44,91%	0,618	0,386	0,653	0,815
30,01% - 45,0%	25	38,04%	9,99%	51,96%	0,613	0,391	0,655	0,793
15,1% - 30,0%	30	21,11%	15,78%	63,78%	0,620	0,434	0,660	0,766
0,1% - 15,0%	11	9,2%	24,16%	66,67%	0,668	0,523	0,675	0,805

Fonte: SEMAC (2006) e FIRJAN (2009), elaborada pela autora.

Em busca de melhor identificar a realidade em que os municípios encontram-se, de acordo com sua atividade econômica, dividiram-se os municípios conforme o seu percentual adquirido pela atividade da agropecuária em intervalos de 15%, classificando-os em cinco grupos do maior para o menor (alta participação, média alta, média, regular e baixa participação).

Percebe-se que os municípios que demonstraram maior aptidão para o setor agropecuário possuem uma média do PIB de 61,75%, e os municípios que pertencem a esse grupo apresentam média para o PIB comércio/serviço de 35,01% e uma percentagem baixíssima para o PIB-indústria, com apenas 3,25% de média.

Os municípios que foram classificados no grupo de média de alta participação possuem uma média do PIB-Agropecuário de 49,41%. De acordo com os dados apresentado, os municípios para essa classificação obtiveram a média do PIB comércio/serviço praticamente igual, e seu PIB-indústria subiu a média para 5,68%.

O terceiro grupo (média participação do PIB-Agropecuário) apresenta a média de 38,04% do PIB-Agropecuário, aumentando para 9,99% sua média para PIB-indústria e 51,96% para o PIB - comércio/serviço.

No quarto grupo (regular), os municípios classificaram-se com a média de 21,11% do PIB-Agropecuário, aumentando para 15,11% sua média no PIB-indústria e 63,78%, sua média para o PIB - comércio/serviço.

No quinto e último grupo (baixa participação), percebe-se que os municípios perdem cada vez mais sua participação no PIB-Agropecuário (média de 9,2%), no PIB-indústria (média 24,16%) e no PIB-comércio/serviço (média de 66,67%).

Observa-se que, conforme esses municípios deixem de ter a agropecuária como a principal atividade econômica, transferindo sua cota para o comércio/serviço e indústria, eles conseguem manter a média do indicador social IFDM geral em torno de 0,66.

Diante dos dados coletados e trabalhados, verificou-se que o setor agropecuário não influi diretamente no desenvolvimento socioeconômico,

apenas na área da saúde, o que foi confirmado por haver uma pequena correlação positiva, ou seja, por meio de ações públicas voltadas para atender a toda a população do estado.

Pode-se concluir que, à medida que a atividade agropecuária perde participação no PIB, gradativamente aumenta a média do PIB do comércio/serviço e, também, a do PIB-indústria.

Quanto aos índices para cada área de desenvolvimento, é interessante notar que, a partir do grupo de municípios cuja média para o PIB-Agropecuário vai caindo, gradativamente sobe o PIB-industrial, aumentando em seguida o nível do índice IFDM-emprego e renda.

A seguir, expõem-se tabelas com os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, os quais foram analisados demonstrando o ranking do IFDM geral e tabela em ordem decrescente do PIB-Agropecuário, comparando-as com os demais setores e seus respectivos indicadores do IFDM.

Tabela 10 – Ranking IFDM Geral dos Municípios do Estado de MS 2006.

<i>Ranking IFDM</i>		<i>IFDM</i>	<i>E & R</i>	<i>Educação</i>	<i>Saúde</i>
Estadual					
2	Rio Brillhante	0,74	0,70	0,68	0,84
3	São Gabriel do Oeste	0,74	0,66	0,73	0,82
4	Bataguassu	0,72	0,65	0,71	0,80
5	Chapadão do Sul	0,72	0,54	0,76	0,87
6	Nova Andradina	0,71	0,61	0,66	0,85
7	Itaporã	0,71	0,55	0,68	0,90
8	Vicentina	0,70	0,50	0,76	0,85
9	Dourados	0,70	0,58	0,69	0,83
10	Naviraí	0,69	0,53	0,70	0,86
11	Corumbá	0,69	0,63	0,65	0,80
12	Maracaju	0,68	0,52	0,69	0,84
13	Cassilândia	0,68	0,41	0,76	0,86
14	Sonora	0,67	0,53	0,66	0,83
15	Eldorado	0,67	0,58	0,67	0,76
16	Taquarussu	0,67	0,36	0,76	0,88
17	Aparecida do Taboado	0,67	0,40	0,75	0,86
18	Rio Negro	0,67	0,32	0,79	0,89
19	Ladário	0,67	0,59	0,64	0,78
20	Três Lagoas	0,67	0,50	0,69	0,81
21	Alcinópolis	0,66	0,42	0,74	0,82
22	Angélica	0,66	0,34	0,72	0,93
23	Fátima do Sul	0,66	0,42	0,73	0,84
24	Jateí	0,66	0,37	0,72	0,89
25	Bodoquena	0,66	0,45	0,68	0,84
26	Nova Alvorada do Sul	0,66	0,48	0,67	0,82
27	Batayporã	0,66	0,45	0,65	0,87
28	Costa Rica	0,65	0,41	0,70	0,84
29	Jardim	0,64	0,44	0,67	0,82
30	Glória de Dourados	0,64	0,42	0,68	0,82
31	Paranaíba	0,64	0,40	0,71	0,79
32	Brasilândia	0,64	0,42	0,66	0,83
33	Caarapó	0,64	0,41	0,70	0,80
34	Água Clara	0,64	0,45	0,67	0,79
35	Deodápolis	0,63	0,36	0,71	0,83
36	Sidrolândia	0,63	0,43	0,67	0,79
37	Anastácio	0,63	0,45	0,63	0,80
38	Bela Vista	0,62	0,42	0,61	0,84
39	Rochedo	0,62	0,32	0,70	0,85
40	Pedro Gomes	0,62	0,39	0,67	0,80
41	Coxim	0,62	0,44	0,61	0,81
42	Corguinho	0,62	0,36	0,65	0,84
43	Aquidauana	0,61	0,39	0,62	0,83
44	Caracol	0,61	0,35	0,67	0,82
45	Camapuã	0,61	0,42	0,63	0,78
46	Itaquiraí	0,61	0,44	0,62	0,76
47	Selvíria	0,61	0,28	0,69	0,86
48	Jaraguari	0,61	0,35	0,64	0,84
49	Juti	0,61	0,44	0,59	0,79
50	Ivinhema	0,61	0,36	0,71	0,75
51	Bandeirantes	0,61	0,32	0,63	0,87
52	Inocência	0,60	0,38	0,66	0,77
53	Mundo Novo	0,60	0,39	0,63	0,79
54	Porto Murtinho	0,60	0,54	0,60	0,67
55	Terenos	0,60	0,39	0,63	0,77
56	Guia Lopes da Laguna	0,59	0,43	0,64	0,72
57	Aral Moreira	0,59	0,42	0,56	0,81
58	Dois Irmãos do Buriti	0,59	0,35	0,61	0,81
59	Ponta Porã	0,59	0,41	0,66	0,71
60	Novo Horizonte do Sul	0,59	0,37	0,59	0,80
61	Rio Verde de Mato Grosso	0,59	0,35	0,62	0,80
62	Douradina	0,58	0,41	0,65	0,69

63	Laguna Carapã	0,58	0,26	0,64	0,83
64	Santa Rita do Pardo	0,57	0,36	0,60	0,77
65	Sete Quedas	0,57	0,37	0,62	0,72
66	Bonito	0,57	0,37	0,59	0,75
67	Amambaí	0,57	0,41	0,63	0,66
68	Anaurilândia	0,56	0,28	0,65	0,76
69	Nioaque	0,56	0,38	0,58	0,72
70	Miranda	0,55	0,35	0,58	0,71
71	Coronel Sapucaia	0,54	0,43	0,60	0,60
72	Ribas do Rio Pardo	0,54	0,37	0,60	0,66
73	Antônio João	0,54	0,35	0,66	0,63
74	Iguatemi	0,54	0,37	0,64	0,62
75	Paranhos	0,54	0,39	0,64	0,58
76	Tacuru	0,50	0,36	0,58	0,57
77	Japorã	0,45	0,37	0,54	0,42

Fonte: FIRJAN (2009). Campo Grande* e Figueirão* não fazem parte desse estudo.

A tabela acima relaciona todos os municípios em ordem do maior índice IFDM geral para o menor.

Tabela 11 - Demonstrativo de ranking por ordem decrescente na participação do PIB-Agropecuário, em comparação com o IFDM, nos Municípios do Estado de MS, 2006.

<i>MUNICÍPIOS</i>	<i>Agropecuária</i>	<i>Indústria</i>	<i>Com e Serv</i>	<i>IFDM</i>	<i>E & R</i>	<i>Educação</i>	<i>Saúde</i>
Santa Rita do Pardo	62,60	3,20	34,20	0,57	0,36	0,60	0,77
Alcinópolis	60,90	3,29	35,81	0,66	0,42	0,74	0,82
Figueirão	58,72	3,90	37,37	Nd	0,41	Nd	0,93
Inocência	53,68	4,78	41,54	0,60	0,38	0,66	0,77
Corguinho	52,83	3,96	43,21	0,62	0,36	0,65	0,84
Bandeirantes	50,80	4,46	44,74	0,61	0,32	0,63	0,87
Jateí	50,48	4,54	44,98	0,66	0,37	0,72	0,89
Caracol	50,26	4,92	44,82	0,61	0,35	0,67	0,82
Porto Murtinho	47,04	5,20	47,76	0,60	0,54	0,60	0,67
Jaraguari	45,13	6,74	48,13	0,61	0,35	0,64	0,84
Brasilândia	45,02	10,84	44,13	0,64	0,42	0,66	0,83
Rochedo	44,69	7,02	48,29	0,62	0,32	0,70	0,85
Selvíria	44,23	6,25	49,52	0,61	0,28	0,69	0,86
Juti	43,56	6,43	50,01	0,61	0,44	0,59	0,79
Água Clara	43,34	10,65	46,01	0,64	0,45	0,67	0,79
Nova Alvorada do Sul	43,24	14,32	42,44	0,66	0,48	0,67	0,82
Itaquiraí	43,04	7,10	49,87	0,61	0,44	0,62	0,76
Anaurilândia	42,09	6,70	51,21	0,56	0,28	0,65	0,76
Dois Irmãos do Buriti	41,05	5,96	52,99	0,59	0,35	0,61	0,81
Camapuã	40,58	5,20	54,22	0,61	0,42	0,63	0,78
Ribas do Rio Pardo	39,01	26,00	34,98	0,54	0,37	0,60	0,66
Laguna Carapã	38,37	7,30	54,33	0,58	0,26	0,64	0,83
Angélica	38,31	6,54	55,15	0,66	0,34	0,72	0,93
Rio Negro	37,95	7,79	54,26	0,67	0,32	0,79	0,89
Rio Verde de Mato Grosso	37,86	7,85	54,29	0,59	0,35	0,62	0,80
Pedro Gomes	37,83	5,59	56,58	0,62	0,39	0,67	0,80
Taquarussu	37,05	6,09	56,86	0,67	0,36	0,76	0,88
Terenos	36,34	18,90	44,75	0,60	0,39	0,63	0,77
Novo Horizonte do Sul	35,82	8,89	55,29	0,59	0,37	0,59	0,80
Glória de Dourados	34,84	8,00	57,16	0,64	0,42	0,68	0,82
Tacuru	33,01	8,22	58,77	0,50	0,36	0,58	0,57
Nioaque	32,80	13,11	54,08	0,56	0,38	0,58	0,72
Sonora	32,69	15,84	51,67	0,67	0,53	0,66	0,83
Costa Rica	31,22	15,98	52,80	0,65	0,41	0,70	0,84
Iguatemi	31,17	8,66	60,17	0,54	0,37	0,64	0,62
Rio Brillhante	31,12	15,47	53,41	0,74	0,70	0,68	0,84
Bonito	30,00	8,23	61,76	0,57	0,37	0,59	0,75
Antônio João	29,79	7,76	62,45	0,54	0,35	0,66	0,63
Bela Vista	27,63	12,24	60,13	0,62	0,42	0,61	0,84
Maracaju	26,13	11,99	61,88	0,68	0,52	0,69	0,84
Aral Moreira	25,83	5,33	68,84	0,59	0,42	0,56	0,81
Aparecida do Taboado	25,81	28,02	46,17	0,67	0,40	0,75	0,86

Miranda	25,36	10,49	64,15	0,55	0,35	0,58	0,71
Paranhos	23,91	8,51	67,58	0,54	0,39	0,64	0,58
Ivinhema	22,58	10,77	66,65	0,61	0,36	0,71	0,75
Deodápolis	22,10	13,50	64,40	0,63	0,36	0,71	0,83
Aquidauana	21,91	11,59	66,50	0,61	0,39	0,62	0,83
Guia Lopes da Laguna	21,89	17,18	60,93	0,59	0,43	0,64	0,72
Bataiporã	21,80	28,90	49,29	0,66	0,45	0,65	0,87
Vicentina	21,32	10,96	67,72	0,70	0,50	0,76	0,85
Sidrolândia	21,13	26,49	52,38	0,63	0,43	0,67	0,79
São Gabriel do Oeste	20,80	13,55	65,65	0,74	0,66	0,73	0,82
Bodoquena	20,79	31,83	47,38	0,66	0,45	0,68	0,84
Coxim	19,97	10,41	69,62	0,62	0,44	0,61	0,81
Paranaíba	19,66	12,19	68,16	0,64	0,40	0,71	0,79
Itaporã	18,87	12,88	68,25	0,71	0,55	0,68	0,90
Chapadão do Sul	18,68	5,83	75,49	0,72	0,54	0,76	0,87
Japorã	17,51	10,22	72,27	0,45	0,37	0,54	0,42
Anastácio	17,00	29,36	53,64	0,63	0,45	0,63	0,80
Amambaí	16,86	16,33	66,81	0,57	0,41	0,63	0,66
Sete Quedas	16,72	15,07	68,21	0,57	0,37	0,62	0,72
Caarapó	16,27	21,41	62,32	0,64	0,41	0,70	0,80
Cassilândia	16,01	23,75	60,24	0,68	0,41	0,76	0,86
Douradina	15,80	8,70	75,50	0,58	0,41	0,65	0,69
Eldorado	15,78	16,80	67,41	0,67	0,58	0,67	0,76
Coronel Sapucaia	15,47	12,79	71,74	0,54	0,43	0,60	0,60
Nova Andradina	14,79	35,99	49,22	0,71	0,61	0,66	0,85
Naviraí	12,92	32,56	54,52	0,69	0,53	0,70	0,86
Jardim	12,77	10,38	76,86	0,64	0,44	0,67	0,82
Ponta Porã	11,89	15,64	72,47	0,59	0,41	0,66	0,71
Corumbá	10,93	13,42	75,64	0,69	0,63	0,65	0,80
Três Lagoas	8,38	37,09	54,52	0,67	0,50	0,69	0,81
Bataguassu	8,24	45,42	46,34	0,72	0,65	0,71	0,80
Mundo Novo	6,34	20,64	73,02	0,60	0,39	0,63	0,79
Fátima do Sul	6,16	17,26	76,58	0,66	0,42	0,73	0,84
Ladário	4,62	17,68	77,70	0,67	0,59	0,64	0,78
Dourados	3,83	19,68	76,49	0,70	0,58	0,69	0,83
Campo Grande	1,15	19,08	79,77	0,82	0,87	0,71	0,89

Fonte: Semac (2006) e FIRJAN (2009) elaborada pela autora.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A agricultura, nas últimas décadas, tem passado por profundas transformações, saindo de uma era em que as tarefas se encontravam mais centradas na força humana para outra, em que as atividades se encontram baseadas no conhecimento sistematizado e no uso intensivo de tecnologia avançada.

Perante o exposto, observou-se que o setor agropecuário brasileiro teve que acompanhar o avanço desse segmento, no intuito de aumentar sua produção e produtividade. Nesse aumento de produção, inclui-se também a expansão de novas fronteiras agrícolas, terras férteis e agricultáveis, ocasionando o aumento da produtividade agrícola e da pecuária.

Mato Grosso do Sul foi um dos estados que despertou interesse com relação à exploração de novas áreas e, por ser conhecido nacionalmente como uma região que se destaca pela sua vocação na agropecuária, foi objeto escolhido para a realização deste estudo.

Com o intuito de analisar o setor agropecuário, utilizou-se o indicador PIB-Agropecuário, com dados socioeconômicos de cada município do Estado de Mato Grosso do Sul.

A articulação entre o indicador de crescimento com o de desenvolvimento acaba por envolver um aparato conceitual muito complexo, além de apresentar dificuldade para se reunir dados e séries históricas de ambos no mesmo período.

Para possibilitar essa reflexão, neste estudo se utilizou do índice de desenvolvimento dos municípios – IFDM, que considera três áreas de referência, as quais possibilitam mensurar a qualidade de vida humana. As áreas consideradas pelo IFDM são: área da educação, saúde e a geração de emprego e renda.

O trabalho se propôs a responder a seguinte problemática de pesquisa: Existe alguma relação entre o PIB-Agropecuário no desenvolvimento

socioeconômico nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2006?

Buscando responder ao problema proposto neste estudo, o caminho foi percorrido focou quatro objetivos específicos.

Em resposta ao primeiro objetivo específico, que foi identificar o PIB-Agropecuário de 2006, nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul e comparar com o PIB global destes mesmos municípios, observou-se que os municípios estudados têm grande variação da participação do setor agropecuário no PIB.

O PIB-Agropecuário apresenta variações entre 62,6% para o município de Santa Rita do Pardo e 3,83% para o município de Dourados, e uma média de 29 % para todos os municípios.

Para chegar a um melhor resultado, foi realizada uma classificação dos municípios por grupo decrescente em participação da agropecuária no PIB, obtendo-se 5 grupos de municípios com intervalo de 15%, como mostra a tabela.

Tabela 12- Classificação dos municípios em grupos de acordo com a composição do PIB Agropecuária, no Estado de Mato Grosso do Sul –MS (2006).

PIB-Agropecuário	N	Média PIB Agropecuário %	Média PIB Indústria %	Média PIB Com/Serviço %	IFDM Geral	IFDM E/ R	IFDM Educação	IFDM Saúde
60,01 – 63,0%	2	61,75%	3,25%	35,01%	0,618	0,389	0,669	0,796
45,01% - 63,0%	8	49,41%	5,68%	44,91%	0,618	0,386	0,653	0,815
30,01% - 45,0%	25	38,04%	9,99%	51,96%	0,613	0,391	0,655	0,793
15,1% - 30,0%	30	21,11%	15,78%	63,78%	0,620	0,434	0,660	0,766
0,1% - 15,0%	11	9,2%	24,16%	66,67%	0,668	0,523	0,675	0,805

Fonte: Elaborada pela autora

O primeiro grupo, com a maior média do PIB, abrangeu apenas dois municípios, os quais demonstraram maior aptidão para o setor agropecuário com média do PIB de 61,75%. Os municípios que pertencem a esse grupo apresentaram média para o PIB-comércio/serviço de 35,01% e uma percentagem baixíssima para o PIB-indústria, apenas 3,25% de média.

O passo seguinte foi levantar o índice socioeconômico (IFDM) de 2006, nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, para cada subárea: saúde, educação, emprego e renda.

Em relação ao indicador de IFDM-Saúde, os municípios classificaram-se em três grupos: o grupo de Alto Desenvolvimento (42 municípios); o de Desenvolvimento Moderado (30 municípios) e, finalizando, o de Desenvolvimento Regular (4 municípios).

O município que mais se destacou foi Angélica, com índice de 0,93, classificando-se no grupo de alto desenvolvimento para essa área, e o que apresentou menor destaque foi Japorã, com 0,42 de índice, classificando-se no pior grupo de desenvolvimento. O IFDM-Saúde apresentou média de 0,79, e suas variações foram 0,14 e -0,37 respectivamente, ou seja, o município de Angélica ficou com índice de +0,14, acima da média, acontecendo o inverso com o município de Japorã, com -0,37, abaixo da média.

Para o IFDM-Educação, os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul se classificaram nos dois grupos intermediários de desenvolvimento. A grande maioria (66 municípios) ficou no grupo de desenvolvimento moderado e apenas 10 fizeram parte do grupo de desenvolvimento regular. Os municípios com os maiores e os menores índices foram Rio Negro, com 0,79, e novamente o município de Japorã, com 0,44. A média geral foi 0,66. Em relação à média desse indicador, as variações foram de +0,13 para Rio Negro, e -0,22 para Japorã, demonstrando novamente que esse município está abaixo do índice de média.

Quanto ao IFDM-Emprego e Renda, os municípios obtiveram os piores índices comparados com as demais áreas sociais, foram classificados em três grupos de acordo com a metodologia FIRJAN, sendo que o de desenvolvimento moderado ficou com apenas 5 municípios. Os que se classificaram no grupo de desenvolvimento regular foram 36 e, por fim, os municípios que se classificaram no grupo de pior índice, ou seja, de baixo desenvolvimento foi um número expressivo, 35 municípios. O município que teve o maior índice foi Rio Brilhante, com 0,70, e Laguna Carapã ficou com o pior, ou seja, de 0,26.

Para o IFDM Geral, os municípios ficaram classificados em dois grupos de desenvolvimento, sendo 24 para o grupo de Desenvolvimento Moderado, 52 municípios como Desenvolvimento Regular.

O município que obteve o melhor índice de IFDM geral foi novamente Rio Brilhante, com 0,74; e o menor índice ficou com Japorã, com 0,44. Nessa área, a média dos municípios foi 0,62 de IFDM geral e, em relação a essa média, a variação registrada foi Rio Brilhante +0,12 (acima) e Japorã -0,18 (abaixo da média).

Em resposta ao terceiro e ao quarto objetivos propostos, que era comparar os índices de participação da agropecuária no PIB dos municípios do ano de 2006, com os respectivos índices de desenvolvimento socioeconômico, e verificar se há uma relação entre esses indicadores, foram realizados dois testes distintos: análise de correlação e teste de diferença de médias, sendo que, em ambos os testes, não foram detectadas diferenças ou associações entre os valores de IFDM e o percentual da agropecuária no PIB do município, com exceção da área social (saúde), em que houve uma pequena correlação positiva.

O indicador que trouxe melhores resultados entre os municípios de MS foi o IFDM-Saúde. Pode-se concluir que houve correlação positiva entre o PIB-Agropecuário e o indicador IFDM-Saúde, embora seja pequena.

Destaca-se o município de Angélica, com índice de 0,93, classificando-se no grupo de alto desenvolvimento. Quanto ao PIB-Agropecuário, sua participação é de 38,31%, ficando no grupo de média participação em relação aos demais municípios do estado. O município possui uma gestão municipal voltada para a assistência social, auxiliada por programas do governo federal, o que reforça e contribui para o atendimento das famílias assistidas.

Ainda referente ao IFDM-Saúde, merece destaque Japorã, como o município que obteve o pior índice. Ele possui um PIB-Agropecuário de 17,51%, participação regular em relação ao setor agropecuário, comparado com os demais municípios do estado, e baixo IFDM-Saúde, o menor índice (0,42).

De acordo com dados obtidos por meio da SEMAC (2006), no âmbito da saúde, Japorã tem um alto índice de mortalidade neonatal e infantil e possui apenas dois centros de saúde e nenhum hospital, demonstrando ser fraco no

que concerne à assistência em saúde para a população local, comparando com os demais municípios.

Isso pode ser explicado pelo fato de esta cidade possuir baixa arrecadação municipal e de ICMS e pouca assistência dos programas do governo federal, ou seja, baixos investimentos em políticas públicas.

Esse fenômeno torna-se preocupante pela falta de assistência em alguns pequenos municípios do estado, como o exemplo citado acima. Mesmo com os planos do governo federal junto com os órgãos competentes, o S.U.S. (Sistema Único de Saúde), com atendimento e assistência gratuita a toda população, faltam iniciativas e ações públicas voltadas para essa área importante para a melhoria de qualidade de vida da população

Quanto à área da Educação, pode-se concluir que não houve correlação entre a análise feita com os indicadores IFDM-Educação e PIB-Agropecuário.

O município que mais destacou nessa área social foi Rio Negro, com índice de 0,79, passando da média nacional (0,67), classificando-se no grupo do desenvolvimento moderado, com percentual do PIB-Agropecuário de 37,80, o que o faz classifica-se no grupo de média participação. O município possui uma economia baseada na agropecuária e no comércio, com uma baixa população, estimada em 5.305 habitantes (SEMAC, 2006).

Dentro dos indicadores socioeconômicos, o IFDM-Educação classificou-o como o melhor município, justamente por atender aos requisitos adotados pela metodologia FIRJAN no IFDM (2006), cujo nível serve para avaliar o quanto o município oferta em escolas públicas ou privadas, de acordo com suas competências constitucionais. Para que o município obtenha êxito, nesse âmbito, basta que tenha ensino fundamental e que seja adequado aos parâmetros do IFDM, ou seja, apresente este nível de ensino com qualidade.

Nesse município, o índice IFDM-Emprego e Renda obteve o pior resultado. Segundo Paes, Barros e Mendonça (1997), a educação tende a elevar os salários de acordo com o aumento da produtividade, expectativa de vida, redução do tamanho das famílias, que consequentemente ajuda a ter

melhor qualidade de vida, redução de pobreza no futuro. Mas, isso acontece no médio e longo prazo.

Assim, o que se observa em Rio Negro, mesmo com o melhor índice na educação, não há um razoável nível de renda.

O município que obteve o menor índice de IFDM-Educação foi Japorã, com 0,53 e com uma regular participação no setor agropecuário de 17,51% do PIB. Conclui-se que Japorã é um município que precisa de ações imediatas dos órgãos competentes, para todos os âmbitos do setor social, possibilitando, assim, melhorias na qualidade de vida das pessoas.

Quanto à análise realizada entre os indicadores PIB-Agropecuária e IFDM-emprego e renda, foi concluído que não houve correlação ou influência direta. IF

Rio Brilhante foi o município que obteve o melhor índice (0,70), classificado no grupo Desenvolvimento Moderado. Sua participação no PIB-Agropecuário foi de 31,12%, ficando no grupo dos classificados como regular.

De acordo com dados da SEMAC (2006), sua economia é baseada no comércio, seguido da agricultura. Tem uma boa arrecadação de ICMS, com destaque para o setor agrícola, ocupa a 9º posição no estado com sua contribuição para formação do PIB/MS. Atualmente, é considerado como maior polo da agroindústria, oriunda do setor sucroalcooleiro do estado, considerado como o segundo maior município com produção de cana de açúcar no Brasil (GEHLEN, 2009).

De acordo com Mendes e Padilha (2007), esse município, como indicaram os índices, possui um bom desenvolvimento social e econômico em todas as áreas pesquisadas. Portanto, para haver o processo de desenvolvimento econômico, é necessária a transformação das economias rurais, de modo a centrá-las na industrialização e na prestação de serviços. A sociedade depende de um sistema de comercialização, o que causa a necessidade de mudança e organização no que se refere às atividades comerciais agrícolas.

Nessa área, de emprego e renda, Laguna Carapã foi o município que obteve o pior índice, 0,26. Segundo dados da SEMAC (2006), o município possui um percentual no PIB-Agropecuário regular de 38,37% e, mesmo assim, possui pouca participação na indústria.

Embora não represente muito no estado, ocupando o 52º lugar no *ranking*, com sua contribuição na formação do PIB/MS e sua pequena arrecadação municipal e de ICMS, destaca-se o setor da agricultura, na produção de grãos (milho e soja) e um pouco de pecuária (especificamente bovinos).

Não houve melhorias no indicador emprego e renda em Laguna Carapã. A geração de empregos é baixa e muitos setores são assistidos pelas esferas no âmbito municipal, estadual e federal.

E, por fim, a análise entre o PIB-Agropecuário e o IFDM Geral não apresentou correlação. O município de Rio Brillante, como já foi mencionado, obteve boa classificação em todas as áreas em relação ao desenvolvimento socioeconômico, ou seja, índice de 0,70 para IFDM-Emprego e Renda; 0,68 para o IFDM da educação e 0,84 IFDM da saúde; todos com moderado desenvolvimento, estando a saúde em alto desenvolvimento, o que fez obter uma média no IFDM geral de 0,74.

E São Gabriel do Oeste, com 0,74 de IFDM geral; emprego e renda com índice de 0,66; para a área da saúde, 0,81 e, na educação, 0,73.

Esses municípios indicam ter uma boa qualidade de vida por possuírem bons indicadores sociais e crescimento econômico caminhando para a industrialização, boa geração de emprego, bom índice de saúde e educação.

O pior índice nessa análise foi, novamente, o município de Japorã índice de (0,45), classificando no grupo de desenvolvimento regular.

Esse município possui baixos índices em todas as áreas e o IFDM geral é de 0,45: saúde 0,42; educação 0,53 e emprego e renda com o pior índice, 0,37.

Este demonstrou ser um município desassistido pelas autoridades municipal, estadual e federal. Com atividade econômica voltada para a

agropecuária e o comércio/serviço, com baixíssima geração de emprego. Esses subíndices fizeram com que a média geral mostrasse realmente a realidade desse município.

O desenvolvimento social dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a classificação adotada pela FIRJAN, o IFDM, estão classificados entre os níveis de moderado e médio-alto, quanto ao estágio de desenvolvimento, ou seja, não ficaram em nenhum lado dos pontos extremos.

Pode-se considerar que os municípios têm um bom estágio de desenvolvimento, porém, de acordo com a análise, conclui-se que o índice que mensura a situação econômica, que é o percentual do PIB-Agropecuário, demonstrou uma pequena correlação positiva com o indicador da área da saúde, o que não aconteceu com os demais setores sociais, não havendo nenhuma relação com o desenvolvimento socioeconômico (emprego e renda; educação e IFDM geral) nos municípios estudados no referido ano de 2006.

O desenvolvimento socioeconômico, indicado como em bom estágio de desenvolvimento, pode ser explicado por meio das políticas públicas adotadas pelo governo federal, voltadas à assistência social, como bolsa-família, vale-gás e o Sistema Único de Saúde – SUS, que atende à população gratuitamente, além da educação, com nível fundamental e nível médio, como foi avaliado.

Nota-se que muitos desses municípios, que possuem uma boa média do IFDM geral, estão na classificação de Desenvolvimento Moderado, justamente pelos indicadores de educação e saúde, que ajudaram a levantar a média geral.

No geral, pode-se concluir que os municípios de MS possuem vocação para a agropecuária, com boa produtividade, porém por produzirem produtos do setor primário, isso pouco representa economicamente para formação da composição do PIB-Agropecuário.

Vale ressaltar que os resultados obtidos se referem a Mato Grosso do Sul, não sendo possível extrapolar as conclusões do presente trabalho para outras unidades da federação.

5.1 CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO

Nota-se a importância da expansão do setor agropecuário para os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, pois determina as dinâmicas econômicas e demográficas e, conseqüentemente, a qualidade de vida. Sabe-se que os municípios de MS possuem vocação agrícola, através de suas extensões de terras agricultáveis, recursos naturais existentes (terra, clima, e mão de obra).

Este estudo contribui para uma melhor análise da realidade em que se encontram os municípios de Mato Grosso do Sul, despertando uma reflexão atenta para as necessidades da formulação de políticas públicas voltadas tanto para o crescimento e o desenvolvimento, não só do setor agropecuário, mas também de todos os envolvidos com esse setor.

Pode-se notar que MS é um estado com baixa densidade demográfica, pouco industrializada, apenas com destaque para produção da pecuária (gado em regime extensivo, frangos de corte, suínos, etc) e para a agricultura (setor canavieiro e produção de *commodities* agrícolas), pois são produtos que possuem pouco valor agregado e de baixa contribuição economicamente, em valores para a formação do PIB/MS.

Com relação ao setor agropecuário, percebe-se que é um setor com alta tecnologia de produção e produtividade, embora necessite continuar o processamento de desenvolvimento, ou seja, partir para a agroindustrialização, o que tornará o setor mais forte, além de possibilitar maior contribuição para o crescimento econômico e evidentemente dos demais setores, ou seja, aumento de emprego e renda, que, junto com ações do governo em educação e saúde, fará que de fato a qualidade de vida da população dos municípios de Mato Grosso do Sul sejam de alto desenvolvimento social.

Para trabalhos futuros, sugere-se que sejam utilizados dados do indicador IDH-M, e também a realização do cruzamento com dados do PIB-agronegócio, que venha a mensurar o setor com maior profundidade.

O levantamento dos dados históricos, tanto do setor econômico, como do indicador social, também é necessário em futuros estudos, a fim de se obter dados mais consistentes.

Sugere-se, também, aprofundar estudos nos demais setores da economia, como secundário e terciário, por meio de levantamento do número de indústrias no ramo alimentício.

Vale ressaltar que esses estudos vêm ao encontro da necessidade de industrialização dos produtos agrícolas produzidos no Estado de Mato Grosso do Sul e, com isso, conseqüentemente agrega valor e gera novos e em maior quantidade de postos de trabalho.

REFERÊNCIAS

- AGRA, N. G; SANTOS, R. F. **A modernização da Agricultura Brasileira e seus Impactos.** In: Anais do XXXIX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Administração Agrária, Campina Grande, PARAÍBA, 2001.
- ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de Agronegócio.** São Paulo: Atlas, 2005.
- ARRUDA, E. E ; LIMA FILHO, D. O; TREDEZINI, C. A. O; SILVEIRA, G.S. **Trabalhadores assentados e trabalhadores acampados em Mato Grosso do Sul, no período de 1983 a 2003.** XLIV CONGRESSO DA SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”, Fortaleza, CEARA, 2006.
- BARROS, A. J. P. **Projeto de Pesquisa:** propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial.** São Paulo: Atlas, 2001.
- BATALHA, M.O. **Recursos Humanos e Agronegócio:** GEPAI-A evolução do Perfil Profissional. Jaboticabal, SÃO PAULO: Novos Talentos, 2005.
- BATALHA, M. O.; LAGO DA SILVA, A. **Gerenciamento de sistemas agroindustriais:** definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. *Gestão Agroindustrial.* São Paulo: Atlas, 2001. p. 21-63.
- BONELLI, R. **Impactos econômicos e sociais de longo prazo da expansão agropecuária no Brasil:** revolução invisível e inclusão social. Texto para Discussão n. 838. ISSN 1415-4765. Relatório de pesquisa realizado para a EMBRAPA, maio de 2001.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Doença Holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana. In: **Revista de Economia Política** 28 (1): 47-71, 2007.
- BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura:** trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CALLADO, A. A. C. **Agronegócio.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- CARVALHO, M. A.; SILVA, C. L. **Exportações agrícolas e desindustrialização:** uma contribuição ao debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, Salvador, BA. Anais... Bahia: ANPEC, 2006.
- COLLIS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração:** um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2 ed.. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- CORRÊA, A. S. ; MIZUSAKI, M. Y. . **Produção Agrícola e sua Reestruturação Produtiva no Estado de Mato Grosso do Sul.** In: 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. Impacto de las nuevas modalidades de producción, 2009.

COUTO, A. T. **A Viabilidade de um Projeto Sustentável em Assentamentos Rurais de Reforma Agrária** – Sociedade & Natureza. Uberlândia 16 (30): 57 – 74 Jun. 2004.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa, Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DRUCKER, P. F. **A Administração na Próxima Sociedade**. Tradução de Nivaldo Montigelli Jr. São Paulo: Nobel, 2002.

EHLER, E. O que entender por agricultura sustentável? In: VEIGA, J. E. da (Org.). **Ciência ambiental: primeiros mestrados**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 1998, p. 81-102.

FIGUEIRA, M. M. C. **Identificação de outliers**. Millenium No. 12. Outubro de 1998.

FIRJAN- Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Disponível em: ifdm.firjan.org.br. Acessado em 24 de agosto de 2009.

GEHLEN, M. A. **MS tem 6 municípios entre os 50 com maior produção rural**. (Correio do Estado). Campo Grande, 18 de outubro de 2009. Caderno Economia, p. 7 A

GEPAI: **Gestão Agroindustrial**: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais/Coordenador Mario Otávio Batalha. 2 ed. v. 1. São Paulo: Atlas, 2001.

GEPAI: **Gestão Agroindustrial**: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais/Coordenador Mario Otávio Batalha. 3 ed., vol. 2. São Paulo: Atlas, 2001.

GREMAUD, A.P. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUANZIROLI, C. E. **Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações**. TD 186. Abril de 2006.

IFDM. **Notas Metodológicas**. 1º de julho de 2008.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2006.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. In: Revista do Serviço Público. Brasília, 56 (2): 137-160 Abr./Jun. 2005.

KRUGMAN, P. R.; WELLS, R. **Introdução à Economia**. Tradução Helga Hoffmann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LEME, A. M. V. **Revista Indústria da Alimentação**. N. 1. Disponível em http://www.peabirus.com.br/redes/form/post?pub_id=414. Acesso em 6 de agosto de 2007.

LUNA, S. V. **Planejamento de Pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1996.

PINHO, Diva Benevides (coord.). **Manual de economia: Estudo e Ensino**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

MARTINE, G. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira**. Planejamento e Políticas Públicas, v. 1, n. 3, p. 3-44, jun. 1990.

MATTAR, J. **Metodologia Científica na Era da Informática**. São Paulo: Saraiva: 2008.

MAPA- **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Acessado em 10 de janeiro de 2008.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem economia**. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

MEC – **Ministério da Educação**. Acessado em 10 de fevereiro de 2010. Disponível em: ministério da educação <http://ideb.mec.gov.br/>.

MDIC - **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Acessado em: 10 de janeiro de 2008.

MDS - **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/conheca> Acessado em: 10 de maio de 2009.

M. T. E. RAIS. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/rais/2008/ms.pdf>. Acessado em: 9 de agosto de 2009.

MONTELLA, M. A. E. **Crédito e Financiamento** - Bancos Oficiais. XXI Congresso Brasileiro de Avicultura, em Porto Alegre- maio 2009. Disponível em <http://pt.engormix.com/MA-avicultura/artigos/credito-financiamento-bancos-oficiais>. Acesso em 30 de junho de 2009.

MOURA, F. A; SAUER, L. **Reflexões sobre Metodologia de Construção do IDH e suas Implicações Quantitativas**. In: Desafio: Revista de Economia e Administração. UFMS. v. 10, n. 20, Jan./Abr. 2008.

NAKANO, Y. A. **Destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura**. In: Revista de Economia Política, v.1, n. 3, jul/set.1981.

NASCIMENTO, K. L. *et al* . **A dependência crescente do agronegócio para os saldos de comércio exterior brasileiro, 1998 a 2007**. SOBER, Rio Branco, ACRE, 2008.

NEVES, M. F. **Agribusiness: conceito, tendências e desafios**. São Paulo: Saraiva, 2006.

NEVES, M. F. **Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

PAES DE BARROS, R.; MENDONÇA, R. **Investimentos Em Educação e Desenvolvimento Econômico**. Texto Para Discussão Nº 525, IPEA 1997.

PIZZI, J. O. **Desenvolvimento e suas Exigências Morais**. 2005. Disponível em: www.ucpel.tche.br/filosofia. Acesso em: 5 de novembro de 2008.

RODRIGUES, R. **Feira de Negócios Rurais de Mato Grosso do Sul**, realizada em 22/11/ 2007, Pavilhão Albano Franco, em Campo Grande (MS).

SANTOS, B. R. E. **Caminho da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Evoluir, 2001.

SANTOS, R. F. dos. Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira. In: SANTOS, R. F. dos. **Presença de vieses de mudança técnica da agricultura brasileira**. São Paulo: USP/IPE, p. 39-78, 1986.

SARTORIS, A. **Estatística e Introdução à Econometria**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SEMAC - **Secretaria de Estado do Meio Ambiente, dos Municípios, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia**. Disponível em: <http://www.semac.gov.br>, acesso 1º de junho de 2009.

SEMAC - **Secretaria de Estado do Meio Ambiente, dos Municípios, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia**. RELEASE RESULTADOS DO PRODUTO INTERNO BRUTO DE MS PARA 2006. Disponível em : <http://www.semac.gov.br> Acesso 16 dezembro de 2009.

SEMAC- **Secretaria de Estado do Meio Ambiente, dos Municípios, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia**. Produto Interno Bruto Municipal 2002-2007. Disponível em: <http://www.semac.gov.br> Acesso 16dezembro de 2009.

SILVA, A. M. J. F da. **Publicado originalmente em janeiro de 2007 no Jornal Local (Valença-RJ)**. Disponível em: <http://www.faa.edu.br/economia/55.htm> acesso: 05 de agosto de 2008.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2005.

STEDILE, J. P. **É Preciso um Novo Modelo Agrícola Para o País**. (Folha de S. Paulo). São Paulo, 10 de agosto de 2009. Caderno Brasil p. A3.

VASCONCELLOS, M.A.S. de; GARCIA, M.E. **Fundamentos de Economia**. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

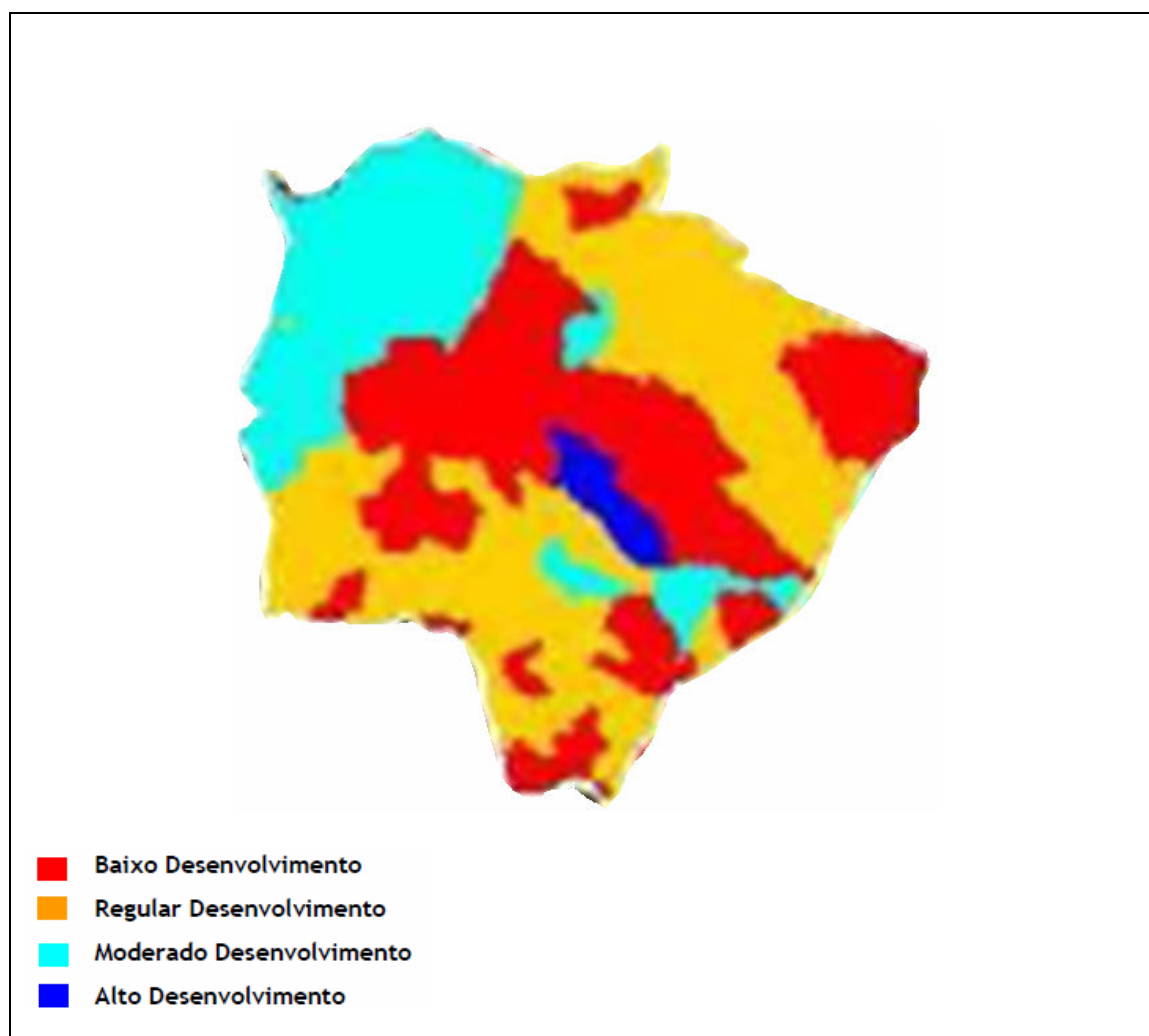
VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 9 ed. -São Paulo: Atlas: 2007.

VIEIRA, R. M; VARREIRO, L. R; ILHA, A. S. **O Comportamento Da População Rural E Do Emprego Na Agricultura No Estado De Mato Grosso Do Sul, No Período De 1998 A 2006**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco, ACRE, 2008.

ANEXOS

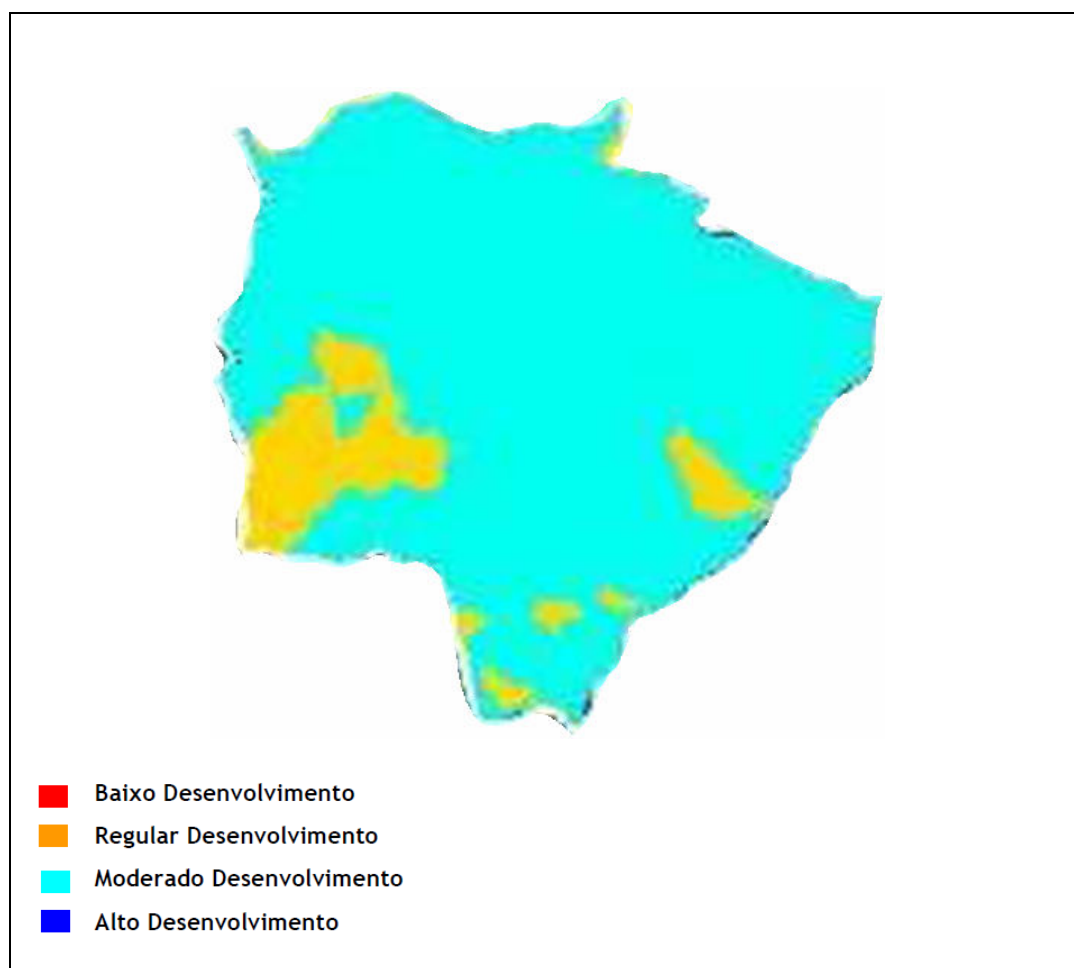
Anexo 1

Figura 1- Mapa de Desenvolvimento IFDM-emprego e Renda



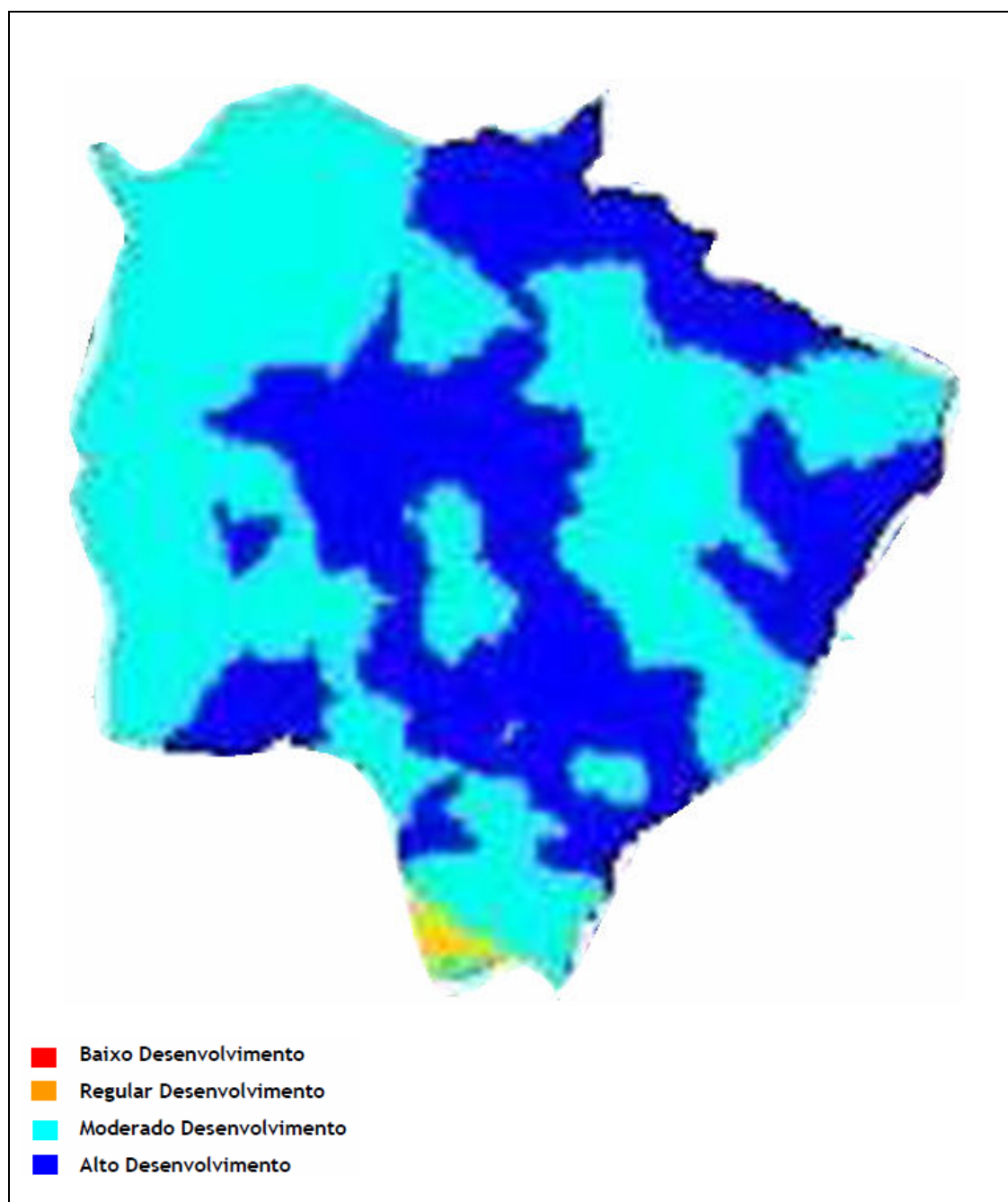
Anexo 2

Figura2- Mapa de Desenvolvimento do IFDM Educação



Anexo 3

Figura 3. Mapa de Desenvolvimento IFDM-Saúde



Anexo 4

Ranking IFDM Geral dos Municípios de MS 2006.

<i>Ranking IFDM</i>		<i>IFDM</i>	<i>E & R</i>	<i>Educação</i>	<i>Saúde</i>
Estadual					
2	Rio Brillhante	0,74	0,70	0,68	0,84
3	São Gabriel do Oeste	0,74	0,66	0,73	0,82
4	Bataguassu	0,72	0,65	0,71	0,80
5	Chapadão do Sul	0,72	0,54	0,76	0,87
6	Nova Andradina	0,71	0,61	0,66	0,85
7	Itaporã	0,71	0,55	0,68	0,90
8	Vicentina	0,70	0,50	0,76	0,85
9	Dourados	0,70	0,58	0,69	0,83
10	Naviraí	0,69	0,53	0,70	0,86
11	Corumbá	0,69	0,63	0,65	0,80
12	Maracaju	0,68	0,52	0,69	0,84
13	Cassilândia	0,68	0,41	0,76	0,86
14	Sonora	0,67	0,53	0,66	0,83
15	Eldorado	0,67	0,58	0,67	0,76
16	Taquarussu	0,67	0,36	0,76	0,88
17	Aparecida do Taboado	0,67	0,40	0,75	0,86
18	Rio Negro	0,67	0,32	0,79	0,89
19	Ladário	0,67	0,59	0,64	0,78
20	Três Lagoas	0,67	0,50	0,69	0,81
21	Alcinópolis	0,66	0,42	0,74	0,82
22	Angélica	0,66	0,34	0,72	0,93
23	Fátima do Sul	0,66	0,42	0,73	0,84
24	Jateí	0,66	0,37	0,72	0,89
25	Bodoquena	0,66	0,45	0,68	0,84
26	Nova Alvorada do Sul	0,66	0,48	0,67	0,82
27	Batayporã	0,66	0,45	0,65	0,87
28	Costa Rica	0,65	0,41	0,70	0,84
29	Jardim	0,64	0,44	0,67	0,82
30	Glória de Dourados	0,64	0,42	0,68	0,82
31	Paranaíba	0,64	0,40	0,71	0,79
32	Brasilândia	0,64	0,42	0,66	0,83
33	Caarapó	0,64	0,41	0,70	0,80
34	Água Clara	0,64	0,45	0,67	0,79
35	Deodápolis	0,63	0,36	0,71	0,83
36	Sidrolândia	0,63	0,43	0,67	0,79
37	Anastácio	0,63	0,45	0,63	0,80
38	Bela Vista	0,62	0,42	0,61	0,84
39	Rochedo	0,62	0,32	0,70	0,85
40	Pedro Gomes	0,62	0,39	0,67	0,80
41	Coxim	0,62	0,44	0,61	0,81
42	Corguinho	0,62	0,36	0,65	0,84
43	Aquidauana	0,61	0,39	0,62	0,83
44	Caracol	0,61	0,35	0,67	0,82
45	Camapuã	0,61	0,42	0,63	0,78
46	Itaquiraí	0,61	0,44	0,62	0,76
47	Selvíria	0,61	0,28	0,69	0,86
48	Jaraguari	0,61	0,35	0,64	0,84
49	Juti	0,61	0,44	0,59	0,79
50	Ivinhema	0,61	0,36	0,71	0,75
51	Bandeirantes	0,61	0,32	0,63	0,87
52	Inocência	0,60	0,38	0,66	0,77
53	Mundo Novo	0,60	0,39	0,63	0,79
54	Porto Murtinho	0,60	0,54	0,60	0,67
55	Terenos	0,60	0,39	0,63	0,77
56	Guia Lopes da Laguna	0,59	0,43	0,64	0,72
57	Aral Moreira	0,59	0,42	0,56	0,81
58	Dois Irmãos do Buriti	0,59	0,35	0,61	0,81
59	Ponta Porã	0,59	0,41	0,66	0,71

60	Novo Horizonte do Sul	0,59	0,37	0,59	0,80
61	Rio Verde de Mato Grosso	0,59	0,35	0,62	0,80
62	Douradina	0,58	0,41	0,65	0,69
63	Laguna Carapã	0,58	0,26	0,64	0,83
64	Santa Rita do Pardo	0,57	0,36	0,60	0,77
65	Sete Quedas	0,57	0,37	0,62	0,72
66	Bonito	0,57	0,37	0,59	0,75
67	Amambaí	0,57	0,41	0,63	0,66
68	Anaurilândia	0,56	0,28	0,65	0,76
69	Nioaque	0,56	0,38	0,58	0,72
70	Miranda	0,55	0,35	0,58	0,71
71	Coronel Sapucaia	0,54	0,43	0,60	0,60
72	Ribas do Rio Pardo	0,54	0,37	0,60	0,66
73	Antônio João	0,54	0,35	0,66	0,63
74	Iguatemi	0,54	0,37	0,64	0,62
75	Paranhos	0,54	0,39	0,64	0,58
76	Tacuru	0,50	0,36	0,58	0,57
77	Japorã	0,45	0,37	0,54	0,42

Fonte: FIRJAN (2009). Campo Grande* e Figueirão* não fazem parte desse estudo.

Anexo 5

Ranking IFDM-emprego e Renda 2006

<i>Ranking Estadual</i>		<i>Ranking IFDM - Emprego e Renda</i>	<i>IFDM</i>	<i>E & R</i>	<i>Educação</i>	<i>Saúde</i>
Geral	E&R					
2	2	Rio Brilhante	0,74	0,70	0,68	0,84
3	3	São Gabriel do Oeste	0,74	0,66	0,73	0,82
4	4	Bataguassu	0,72	0,65	0,71	0,80
11	5	Corumbá	0,69	0,63	0,65	0,80
6	6	Nova Andradina	0,71	0,61	0,66	0,85
19	7	Ladário	0,67	0,59	0,64	0,78
15	8	Eldorado	0,67	0,58	0,67	0,76
9	9	Dourados	0,70	0,58	0,69	0,83
7	10	Itaporã	0,71	0,55	0,68	0,90
5	11	Chapadão do Sul	0,72	0,54	0,76	0,87
54	12	Porto Murtinho	0,60	0,54	0,60	0,67
10	13	Naviraí	0,69	0,53	0,70	0,86
14	14	Sonora	0,67	0,53	0,66	0,83
12	15	Maracaju	0,68	0,52	0,69	0,84
8	16	Vicentina	0,70	0,50	0,76	0,85
20	17	Três Lagoas	0,67	0,50	0,69	0,81
26	18	Nova Alvorada do Sul	0,66	0,48	0,67	0,82
25	19	Bodoquena	0,66	0,45	0,68	0,84
37	20	Anastácio	0,63	0,45	0,63	0,80
34	21	Água Clara	0,64	0,45	0,67	0,79
27	22	Batayporã	0,66	0,45	0,65	0,87
29	23	Jardim	0,64	0,44	0,67	0,82
46	24	Itaquiraí	0,61	0,44	0,62	0,76
49	25	Juti	0,61	0,44	0,59	0,79
41	26	Coxim	0,62	0,44	0,61	0,81
36	27	Sidrolândia	0,63	0,43	0,67	0,79
71	28	Coronel Sapucaia	0,54	0,43	0,60	0,60
56	29	Guia Lopes da Laguna	0,59	0,43	0,64	0,72
21	30	Alcinópolis	0,66	0,42	0,74	0,82
30	31	Glória de Dourados	0,64	0,42	0,68	0,82
45	32	Camapuã	0,61	0,42	0,63	0,78
57	33	Aral Moreira	0,59	0,42	0,56	0,81
23	34	Fátima do Sul	0,66	0,42	0,73	0,84
32	35	Brasilândia	0,64	0,42	0,66	0,83
38	36	Bela Vista	0,62	0,42	0,61	0,84
33	37	Caarapó	0,64	0,41	0,70	0,80
62	38	Douradina	0,58	0,41	0,65	0,69
59	39	Ponta Porã	0,59	0,41	0,66	0,71
67	40	Amambai	0,57	0,41	0,63	0,66
28	41	Costa Rica	0,65	0,41	0,70	0,84
13	42	Cassilândia	0,68	0,41	0,76	0,86
31	43	Paranaíba	0,64	0,40	0,71	0,79
17	44	Aparecida do Taboado	0,67	0,40	0,75	0,86
75	45	Paranhos	0,54	0,39	0,64	0,58
55	46	Terenos	0,60	0,39	0,63	0,77
53	47	Mundo Novo	0,60	0,39	0,63	0,79
43	48	Aquidauana	0,61	0,39	0,62	0,83
40	49	Pedro Gomes	0,62	0,39	0,67	0,80
52	50	Inocência	0,60	0,38	0,66	0,77
69	51	Nioaque	0,56	0,38	0,58	0,72
77	52	Japorã	0,45	0,37	0,54	0,42
60	53	Novo Horizonte do Sul	0,59	0,37	0,59	0,80
66	54	Bonito	0,57	0,37	0,59	0,75
65	55	Sete Quedas	0,57	0,37	0,62	0,72
24	56	Jateí	0,66	0,37	0,72	0,89
72	57	Ribas do Rio Pardo	0,54	0,37	0,60	0,66
74	58	Iguatemi	0,54	0,37	0,64	0,62
42	59	Corguinho	0,62	0,36	0,65	0,84
16	60	Taquarussu	0,67	0,36	0,76	0,88
50	61	Ivinhema	0,61	0,36	0,71	0,75
76	62	Tacuru	0,50	0,36	0,58	0,57
64	63	Santa Rita do Pardo	0,57	0,36	0,60	0,77
35	64	Deodápolis	0,63	0,36	0,71	0,83
44	65	Caracol	0,61	0,35	0,67	0,82
70	66	Miranda	0,55	0,35	0,58	0,71
61	67	Rio Verde de Mato Grosso	0,59	0,35	0,62	0,80
58	68	Dois Irmãos do Buriti	0,59	0,35	0,61	0,81

48	69	Jaraguari	0,61	0,35	0,64	0,84
73	70	Antônio João	0,54	0,35	0,66	0,63
22	71	Angélica	0,66	0,34	0,72	0,93
51	72	Bandeirantes	0,61	0,32	0,63	0,87
39	73	Rochedo	0,62	0,32	0,70	0,85
18	74	Rio Negro	0,67	0,32	0,79	0,89
47	75	Selvíria	0,61	0,28	0,69	0,86
68	76	Anaurilândia	0,56	0,28	0,65	0,76
63	77	Laguna Carapã	0,58	0,26	0,64	0,83
Nd	Nd	Figueirão	nd	0,41	nd	0,93

Fonte: FIRJAN (2009).

Anexo 6

Ranking IFDM Educação 2006

Ranking Estadual		Ranking IFDM – Educação	IFDM	Educação	E & R	Saúde
Geral	Educação					
18	1	Rio Negro	0,67	0,79	0,32	0,89
13	2	Cassilândia	0,68	0,76	0,41	0,86
5	3	Chapadão do Sul	0,72	0,76	0,54	0,87
16	4	Taquarussu	0,67	0,76	0,36	0,88
8	5	Vicentina	0,70	0,76	0,50	0,85
17	6	Aparecida do Taboado	0,67	0,75	0,40	0,86
21	7	Alcinópolis	0,66	0,74	0,42	0,82
3	8	São Gabriel do Oeste	0,74	0,73	0,66	0,82
23	9	Fátima do Sul	0,66	0,73	0,42	0,84
22	10	Angélica	0,66	0,72	0,34	0,93
24	11	Jateí	0,66	0,72	0,37	0,89
31	12	Paranaíba	0,64	0,71	0,40	0,79
35	13	Deodápolis	0,63	0,71	0,36	0,83
4	14	Bataguassu	0,72	0,71	0,65	0,80
50	15	Ivinhema	0,61	0,71	0,36	0,75
28	17	Costa Rica	0,65	0,70	0,41	0,84
39	18	Rochedo	0,62	0,70	0,32	0,85
33	19	Caarapó	0,64	0,70	0,41	0,80
10	20	Naviraí	0,69	0,70	0,53	0,86
20	21	Três Lagoas	0,67	0,69	0,50	0,81
9	22	Dourados	0,70	0,69	0,58	0,83
12	23	Maracaju	0,68	0,69	0,52	0,84
47	24	Selvíria	0,61	0,69	0,28	0,86
2	25	Rio Brilhante	0,74	0,68	0,70	0,84
25	26	Bodoquena	0,66	0,68	0,45	0,84
7	27	Itaporã	0,71	0,68	0,55	0,90
30	28	Glória de Dourados	0,64	0,68	0,42	0,82
44	29	Caracol	0,61	0,67	0,35	0,82
26	30	Nova Alvorada do Sul	0,66	0,67	0,48	0,82
34	31	Água Clara	0,64	0,67	0,45	0,79
36	32	Sidrolândia	0,63	0,67	0,43	0,79
29	33	Jardim	0,64	0,67	0,44	0,82
15	34	Eldorado	0,67	0,67	0,58	0,76
40	35	Pedro Gomes	0,62	0,67	0,39	0,80
6	36	Nova Andradina	0,71	0,66	0,61	0,85
14	37	Sonora	0,67	0,66	0,53	0,83
52	38	Inocência	0,60	0,66	0,38	0,77
32	39	Brasilândia	0,64	0,66	0,42	0,83
73	40	Antônio João	0,54	0,66	0,35	0,63
59	41	Ponta Porã	0,59	0,66	0,41	0,71
11	42	Corumbá	0,69	0,65	0,63	0,80
27	43	Batayporã	0,66	0,65	0,45	0,87
68	44	Anaurilândia	0,56	0,65	0,28	0,76
42	45	Corguinho	0,62	0,65	0,36	0,84
62	46	Douradina	0,58	0,65	0,41	0,69
19	47	Ladário	0,67	0,64	0,59	0,78
48	48	Jaraguari	0,61	0,64	0,35	0,84
75	49	Paranhos	0,54	0,64	0,39	0,58
74	50	Iguatemi	0,54	0,64	0,37	0,62
63	51	Laguna Carapã	0,58	0,64	0,26	0,83
56	52	Guia Lopes da Laguna	0,59	0,64	0,43	0,72
67	53	Amambai	0,57	0,63	0,41	0,66
45	54	Camapuã	0,61	0,63	0,42	0,78
55	55	Terenos	0,60	0,63	0,39	0,77
51	56	Bandeirantes	0,61	0,63	0,32	0,87
37	57	Anastácio	0,63	0,63	0,45	0,80
53	58	Mundo Novo	0,60	0,63	0,39	0,79
43	59	Aquidauana	0,61	0,62	0,39	0,83
46	60	Itaquirai	0,61	0,62	0,44	0,76
65	61	Sete Quedas	0,57	0,62	0,37	0,72
61	62	Rio Verde de Mato Grosso	0,59	0,62	0,35	0,80
58	63	Dois Irmãos do Buriti	0,59	0,61	0,35	0,81
41	64	Coxim	0,62	0,61	0,44	0,81
38	65	Bela Vista	0,62	0,61	0,42	0,84
72	66	Ribas do Rio Pardo	0,54	0,60	0,37	0,66
71	67	Coronel Sapucaia	0,54	0,60	0,43	0,60
54	68	Porto Murtinho	0,60	0,60	0,54	0,67
64	69	Santa Rita do Pardo	0,57	0,60	0,36	0,77

49	70	Juti	0,61	0,59	0,44	0,79
60	71	Novo Horizonte do Sul	0,59	0,59	0,37	0,80
66	72	Bonito	0,57	0,59	0,37	0,75
76	73	Tacuru	0,50	0,58	0,36	0,57
69	74	Nioaque	0,56	0,58	0,38	0,72
70	75	Miranda	0,55	0,58	0,35	0,71
57	76	Aral Moreira	0,59	0,56	0,42	0,81
77	77	Japorã	0,45	0,54	0,37	0,42

Anexo 7

Ranking IFDM SAUDE 2006

<i>Ranking IFDM - Saúde</i>	<i>IFDM</i>	<i>E & R</i>	<i>Educação</i>	<i>Saúde</i>
Angélica	0,66	0,34	0,72	0,93
Itaporã	0,71	0,55	0,68	0,90
Rio Negro	0,67	0,32	0,79	0,89
Jateí	0,66	0,37	0,72	0,89
Taquarussu	0,67	0,36	0,76	0,88
Batayporã	0,66	0,45	0,65	0,87
Chapadão do Sul	0,72	0,54	0,76	0,87
Bandeirantes	0,61	0,32	0,63	0,87
Cassilândia	0,68	0,41	0,76	0,86
Aparecida do Taboado	0,67	0,40	0,75	0,86
Naviraí	0,69	0,53	0,70	0,86
Selvíria	0,61	0,28	0,69	0,86
Vicentina	0,70	0,50	0,76	0,85
Rochedo	0,62	0,32	0,70	0,85
Nova Andradina	0,71	0,61	0,66	0,85
Bela Vista	0,62	0,42	0,61	0,84
Costa Rica	0,65	0,41	0,70	0,84
Fátima do Sul	0,66	0,42	0,73	0,84
Rio Brillhante	0,74	0,70	0,68	0,84
Bodoquena	0,66	0,45	0,68	0,84
Jaraguari	0,61	0,35	0,64	0,84
Maracaju	0,68	0,52	0,69	0,84
Corguinho	0,62	0,36	0,65	0,84
Sonora	0,67	0,53	0,66	0,83
Brasilândia	0,64	0,42	0,66	0,83
Aquidauana	0,61	0,39	0,62	0,83
Laguna Carapã	0,58	0,26	0,64	0,83
Dourados	0,70	0,58	0,69	0,83
Deodápolis	0,63	0,36	0,71	0,83
Nova Alvorada do Sul	0,66	0,48	0,67	0,82
Alcinópolis	0,66	0,42	0,74	0,82
Glória de Dourados	0,64	0,42	0,68	0,82
São Gabriel do Oeste	0,74	0,66	0,73	0,82
Caracol	0,61	0,35	0,67	0,82
Jardim	0,64	0,44	0,67	0,82
Dois Irmãos do Buriti	0,59	0,35	0,61	0,81
Três Lagoas	0,67	0,50	0,69	0,81
Aral Moreira	0,59	0,42	0,56	0,81
Coxim	0,62	0,44	0,61	0,81
Pedro Gomes	0,62	0,39	0,67	0,80
Anastácio	0,63	0,45	0,63	0,80
Novo Horizonte do Sul	0,59	0,37	0,59	0,80
Rio Verde de Mato Grosso	0,59	0,35	0,62	0,80
Corumbá	0,69	0,63	0,65	0,80
Bataguassu	0,72	0,65	0,71	0,80
Caarapó	0,64	0,41	0,70	0,80
Paranaíba	0,64	0,40	0,71	0,79
Água Clara	0,64	0,45	0,67	0,79
Sidrolândia	0,63	0,43	0,67	0,79
Mundo Novo	0,60	0,39	0,63	0,79
Juti	0,61	0,44	0,59	0,79
Camapuã	0,61	0,42	0,63	0,78
Ladário	0,67	0,59	0,64	0,78
Inocência	0,60	0,38	0,66	0,77
Terenos	0,60	0,39	0,63	0,77
Santa Rita do Pardo	0,57	0,36	0,60	0,77
Itaquiraí	0,61	0,44	0,62	0,76
Eldorado	0,67	0,58	0,67	0,76
Anaurilândia	0,56	0,28	0,65	0,76
Ivinhema	0,61	0,36	0,71	0,75
Bonito	0,57	0,37	0,59	0,75
Sete Quedas	0,57	0,37	0,62	0,72
Guia Lopes da Laguna	0,59	0,43	0,64	0,72
Nioaque	0,56	0,38	0,58	0,72
Miranda	0,55	0,35	0,58	0,71
Ponta Porã	0,59	0,41	0,66	0,71
Douradina	0,58	0,41	0,65	0,69

Porto Murtinho	0,60	0,54	0,60	0,67
Ribas do Rio Pardo	0,54	0,37	0,60	0,66
Amambaí	0,57	0,41	0,63	0,66
Antônio João	0,54	0,35	0,66	0,63
Iguatemi	0,54	0,37	0,64	0,62
Coronel Sapucaia	0,54	0,43	0,60	0,60
Paranhos	0,54	0,39	0,64	0,58
Tacuru	0,50	0,36	0,58	0,57
Japorã	0,45	0,37	0,54	0,42
Figueirão	nd	0,41	nd	0,93

Anexo 8

Demonstrativo de ranking dos municípios por ordem decrescente na participação do PIB-Agropecuário em comparação com o IFDM 2006

<i>MUNICÍPIOS</i>	<i>Agropecuária</i>	<i>Indústria</i>	<i>Com e Serv</i>	<i>IFDM</i>	<i>E & R</i>	<i>Educação</i>	<i>Saúde</i>
Santa Rita do Pardo	62,60	3,20	34,20	0,57	0,36	0,60	0,77
Alcinópolis	60,90	3,29	35,81	0,66	0,42	0,74	0,82
Figueirão	58,72	3,90	37,37	nd	0,41	Nd	0,93
Inocência	53,68	4,78	41,54	0,60	0,38	0,66	0,77
Corguinho	52,83	3,96	43,21	0,62	0,36	0,65	0,84
Bandeirantes	50,80	4,46	44,74	0,61	0,32	0,63	0,87
Jateí	50,48	4,54	44,98	0,66	0,37	0,72	0,89
Caracol	50,26	4,92	44,82	0,61	0,35	0,67	0,82
Porto Murtinho	47,04	5,20	47,76	0,60	0,54	0,60	0,67
Jaraguari	45,13	6,74	48,13	0,61	0,35	0,64	0,84
Brasilândia	45,02	10,84	44,13	0,64	0,42	0,66	0,83
Rochedo	44,69	7,02	48,29	0,62	0,32	0,70	0,85
Selvíria	44,23	6,25	49,52	0,61	0,28	0,69	0,86
Juti	43,56	6,43	50,01	0,61	0,44	0,59	0,79
Água Clara	43,34	10,65	46,01	0,64	0,45	0,67	0,79
Nova Alvorada do Sul	43,24	14,32	42,44	0,66	0,48	0,67	0,82
Itaquiraí	43,04	7,10	49,87	0,61	0,44	0,62	0,76
Anaurilândia	42,09	6,70	51,21	0,56	0,28	0,65	0,76
Dois Irmãos do Buriti	41,05	5,96	52,99	0,59	0,35	0,61	0,81
Camapuã	40,58	5,20	54,22	0,61	0,42	0,63	0,78
Ribas do Rio Pardo	39,01	26,00	34,98	0,54	0,37	0,60	0,66
Laguna Carapã	38,37	7,30	54,33	0,58	0,26	0,64	0,83
Angélica	38,31	6,54	55,15	0,66	0,34	0,72	0,93
Rio Negro	37,95	7,79	54,26	0,67	0,32	0,79	0,89
Rio Verde de Mato Grosso	37,86	7,85	54,29	0,59	0,35	0,62	0,80
Pedro Gomes	37,83	5,59	56,58	0,62	0,39	0,67	0,80
Taquarussu	37,05	6,09	56,86	0,67	0,36	0,76	0,88
Terenos	36,34	18,90	44,75	0,60	0,39	0,63	0,77
Novo Horizonte do Sul	35,82	8,89	55,29	0,59	0,37	0,59	0,80
Glória de Dourados	34,84	8,00	57,16	0,64	0,42	0,68	0,82
Tacuru	33,01	8,22	58,77	0,50	0,36	0,58	0,57
Nioaque	32,80	13,11	54,08	0,56	0,38	0,58	0,72
Sonora	32,69	15,84	51,67	0,67	0,53	0,66	0,83
Costa Rica	31,22	15,98	52,80	0,65	0,41	0,70	0,84
Iguatemi	31,17	8,66	60,17	0,54	0,37	0,64	0,62
Rio Brillhante	31,12	15,47	53,41	0,74	0,70	0,68	0,84
Bonito	30,00	8,23	61,76	0,57	0,37	0,59	0,75
Antônio João	29,79	7,76	62,45	0,54	0,35	0,66	0,63
Bela Vista	27,63	12,24	60,13	0,62	0,42	0,61	0,84
Maracaju	26,13	11,99	61,88	0,68	0,52	0,69	0,84
Aral Moreira	25,83	5,33	68,84	0,59	0,42	0,56	0,81
Aparecida do Taboado	25,81	28,02	46,17	0,67	0,40	0,75	0,86
Miranda	25,36	10,49	64,15	0,55	0,35	0,58	0,71
Paranhos	23,91	8,51	67,58	0,54	0,39	0,64	0,58
Ivinhema	22,58	10,77	66,65	0,61	0,36	0,71	0,75
Deodápolis	22,10	13,50	64,40	0,63	0,36	0,71	0,83
Aquidauana	21,91	11,59	66,50	0,61	0,39	0,62	0,83
Guia Lopes da Laguna	21,89	17,18	60,93	0,59	0,43	0,64	0,72
Bataiporã	21,80	28,90	49,29	0,66	0,45	0,65	0,87
Vicentina	21,32	10,96	67,72	0,70	0,50	0,76	0,85
Sidrolândia	21,13	26,49	52,38	0,63	0,43	0,67	0,79
São Gabriel do Oeste	20,80	13,55	65,65	0,74	0,66	0,73	0,82
Bodoquena	20,79	31,83	47,38	0,66	0,45	0,68	0,84
Coxim	19,97	10,41	69,62	0,62	0,44	0,61	0,81
Paranaíba	19,66	12,19	68,16	0,64	0,40	0,71	0,79
Itaporã	18,87	12,88	68,25	0,71	0,55	0,68	0,90
Chapadão do Sul	18,68	5,83	75,49	0,72	0,54	0,76	0,87
Japorã	17,51	10,22	72,27	0,45	0,37	0,54	0,42
Anastácio	17,00	29,36	53,64	0,63	0,45	0,63	0,80
Amambaí	16,86	16,33	66,81	0,57	0,41	0,63	0,66
Sete Quedas	16,72	15,07	68,21	0,57	0,37	0,62	0,72
Caarapó	16,27	21,41	62,32	0,64	0,41	0,70	0,80
Cassilândia	16,01	23,75	60,24	0,68	0,41	0,76	0,86
Douradina	15,80	8,70	75,50	0,58	0,41	0,65	0,69
Eldorado	15,78	16,80	67,41	0,67	0,58	0,67	0,76
Coronel Sapucaia	15,47	12,79	71,74	0,54	0,43	0,60	0,60
Nova Andradina	14,79	35,99	49,22	0,71	0,61	0,66	0,85
Naviraí	12,92	32,56	54,52	0,69	0,53	0,70	0,86
Jardim	12,77	10,38	76,86	0,64	0,44	0,67	0,82
Ponta Porã	11,89	15,64	72,47	0,59	0,41	0,66	0,71

Corumbá	10,93	13,42	75,64	0,69	0,63	0,65	0,80
Três Lagoas	8,38	37,09	54,52	0,67	0,50	0,69	0,81
Bataguassu	8,24	45,42	46,34	0,72	0,65	0,71	0,80
Mundo Novo	6,34	20,64	73,02	0,60	0,39	0,63	0,79
Fátima do Sul	6,16	17,26	76,58	0,66	0,42	0,73	0,84
Ladário	4,62	17,68	77,70	0,67	0,59	0,64	0,78
Dourados	3,83	19,68	76,49	0,70	0,58	0,69	0,83
Campo Grande	1,15	19,08	79,77	0,82	0,87	0,71	0,89